

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL

ALINE MORSCHER

FORMAÇÃO E TRABALHO NO COTIDIANO DO FAZER-SAÚDE:
A INVENÇÃO DE PROBLEMAS E A CRIAÇÃO DE OUTROS POSSÍVEIS

VITÓRIA
2010

ALINE MORSCHEL

**FORMAÇÃO E TRABALHO NO COTIDIANO DO FAZER-SAÚDE:
A INVENÇÃO DE PROBLEMAS E A CRIAÇÃO DE OUTROS POSSÍVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros.

VITÓRIA
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M884f Morschel, Aline, 1983-
Formação e trabalho no cotidiano do fazer-saúde : a
invenção de problemas e a criação de outros possíveis / Aline
Morschel. – 2010.
114 f. : il.

Orientador: Maria Elizabeth Barros de Barros.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Trabalho - Análise. 2. Formação profissional. 3.
Humanização na saúde. 4. Cartografia. I. Barros, Maria Elizabeth
Barros de, 1951-. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

ALINE MORSCHEL

**FORMAÇÃO E TRABALHO NO COTIDIANO DO FAZER-SAÚDE:
A INVENÇÃO DE PROBLEMAS E A CRIAÇÃO DE OUTROS POSSÍVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, Dezembro de 2010.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Barros de Barros
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
ORIENTADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Coelho Heckert
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Prof.^a Dr.^a Liliana da Escóssia Melo
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

AGRADECIMENTO

Impossível seria aqui nomear todos que estiveram presentes durante este percurso que se materializa na forma deste trabalho de dissertação. Família, um amor inesperado e a cada dia reinventado, amigos de longas datas e de datas mais recentes, pessoas que me acolheram em seu lar nestas terras estrangeiras, colegas do Mestrado, dos grupos de pesquisa, especialmente do NEPESP e do 'Giraia-Laborde', pessoal da secretaria e professoras do PPGPSI e professores de outros programas convidados para compartilhar conosco seus trabalhos, e, ainda, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe, consultores e trabalhadores da PNH, trabalhadores da Saúde do Espírito Santo participantes da pesquisa... Enfim, pessoas que fizeram deste um trabalho tecido em parcerias, povoado por diferentes vozes de diferentes cantos com diferentes saberes e experiências que compuseram, não apenas uma escrita, mas um processo de formação alicerçado em cuidados- intervenções.

Não poderia deixar de mencionar, no entanto, Beth Barros, minha cúmplice e orientadora, Ana Heckert e Liliana da Escóssia, muito mais do que componentes da banca examinadora, nomes de força e parceiras imprescindíveis na feitura deste trabalho, construção de um possível, por vezes, tão improvável...

Minha gratidão.

Este trabalho contou, para sua realização, com bolsa de Mestrado fornecido pela 'Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES'.

CANTO EM QUALQUER CANTO¹

Vim cantar sobre essa terra
Antes de mais nada, aviso
Trago facão, paixão crua
E bons rocks no arquivo
Tem gente que pira e berra
Eu já canto, pio e silvo
Se fosse minha essa rua
O pé de Ipê tava vivo

Pro topo daquela serra
Vamos nós dois, vídeo e livros
Vou ficar na minha e sua
Isso é mais que bom motivo
Gorjearei pela terra
Para dar e ter alívio
Gorjeando eu fico nua
Entre o choro e o riso

Pintassilga, pomba, méloa
Águia lá do paraíso
Passarim, mundo da lua
Quando não trino, não sirvo
Caso a bela com a fera
Canto porque é preciso
Porque essa vida é árdua
Pra não perder o juízo

¹ Letra da música de Itamar Assumpção. Fonte: <http://www.vagalume.com.br/itamar-assumpcao/canto-em-qualquer-canto.htm>. Acesso em: 15 de Out. 2010.

E eu acho que a atividade de ensino, no limite, não teria sentido se não lhe déssemos, ou se não lhe atribuíssemos, em todo caso, o significado que aqui vai: já que se é pago para fazer pesquisa, o que pode controlar a pesquisa que se faz? De que maneira se pode manter a par aqueles que podem se interessar por ela e aqueles que têm alguns motivos de estar ligados a essa pesquisa? Como é que se pode fazer, se não finalmente pelo ensino, isto é, pela declaração pública, a prestação de contas pública, e relativamente regular, do trabalho que se está fazendo? **Michel Foucault.**

... desejando que esse texto atue como “prestação de contas pública” nas palavras emprestadas de Foucault e possa contribuir, de alguma forma, na construção de práticas de trabalho e saúde mais potentes e dignificantes.

RESUMO

O presente estudo trata da temática de formação e trabalho no campo da saúde pública. Para tal acompanhamos as atividades de um curso de formação de apoiadores institucionais ofertado pela Política Nacional de Humanização no estado do Espírito Santo no ano de 2009. Objetivamos, desde uma perspectiva cartográfica, compor um campo de pesquisa acompanhando/produzindo discussões sobre a temática em questão e problematizando como a PNH tem comparecido neste cenário, que questões têm sido levantadas, que impasses os trabalhadores têm se deparado em seu cotidiano do fazer-saúde, quais modos de enfrentamento têm sido disparados. Questões estas que nos parecem pertinentes por acreditarmos que os modos como os processos de formação e de trabalho são concebidos e realizados repercutem na produção ou não de mudanças nas práticas de saúde e na efetivação do SUS como política pública. Além da participação nos momentos presenciais do curso, realizamos entrevistas, utilizando um roteiro de perguntas iniciais para disparar conversas com trabalhadores-formandos e com os formadores, denominados apoiadores pedagógicos do curso acompanhado.

Palavras-chave: Formação e Trabalho em Saúde; Política Nacional de Humanização; Cartografia.

RESUMEN

El presente estudio trata el tema formación y trabajo en el campo de la salud pública. Con este fin acompañamos las actividades de un curso de formación de apoyadores institucionales ofrecido por la Política Nacional de Humanización en la provincia de Espírito Santo en el 2009. Objetivamos, desde una perspectiva cartográfica, componer un campo de investigación acompañando/produciendo discusiones sobre el tema en cuestión y problematizando como la PNH comparece en este contexto, que cuestiones han sido puestas, que dificultades los trabajadores encuentran en su cotidiano del hacer-salud y cuáles son los modos de enfrentamientos que allí se crían. Cuestiones esas que nos parecen pertinentes por creermos que los modos como los procesos de formación y trabajo son diseñados y realizados repercuten en la producción o no de cambios en las prácticas de salud y en la concretización del Sistema Único de Salud como política pública. Además de la participación en los momentos presenciales del curso, realizamos entrevistas, utilizando un guión de preguntas iniciales para disparar conversaciones con formandos-trabajadores y con los formadores, llamados apoyadores pedagógicos del curso que acompañamos.

Palabras-clave: Formación y trabajo en salud; Política Nacional de Humanización; Cartografía.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CTH – Câmara Técnica de Humanização

EPS – Educação Permanente em Saúde

HEMOES – Centro de Hemoterapia e Hematologia do Espírito Santo

HUMANIZASUS – Política Nacional de Humanização

MS – Ministério da Saúde

NEPESP – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Política

PNH – Política Nacional de Humanização

PNHAH – Programa Nacional de Humanização da Atenção Hospitalar

PPGPSI – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo

SESA – Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo

SUS – Sistema Único de Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UP – Unidade de Produção

US – Unidade de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. INICIO DE UM PERCURSO.....	14
1.1 Inquietações, errância e deslocamentos	18
'Pausa' para um 'causo' – produção de inquietações.....	18
1.2 A 'errância' constitutiva da vida – criação e invenção de problemas.....	22
1.3 Nosso Modo de Pesquisar – Perspectiva Cartográfica	26
1.4 Vida e Pesquisa: Abrindo questões.	28
Estrangeira, pesquisadora, inexperiência na experiência	28
2. NOSSO CAMPO DE INTERVENÇÃO.....	31
2.1 Formação e PNH	36
2.2 Formação de Apoiadores Institucionais no ES: Linhas Gerais	39
2.3 Procedimentos / Instrumentos Utilizados na Pesquisa.....	41
3. PROCESSOS DE TRABALHO E FORMAÇÃO EM SAÚDE.....	45
3.1 Entrada A – Trabalho no Contemporâneo	45
Trabalhador: uma vítima do capitalismo?	49
A crítica da crítica: o trabalho e a emergência de novas lutas.....	53
Contribuições da Ergologia e da Clínica da Atividade	64
3.2 Entrada B – Políticas de Formação	73
Linha 1 – Formação como Prática de Captura	78
Linha 2 – Formação como Prática de Liberdade	85
3.3 Um Emaranhado de Linhas: Afinal, o que pode um Curso?.....	94
4. CONCLUSÃO.....	100
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

INTRODUÇÃO

O enveredar por um caminho de pesquisa no diz de um percurso trilhado em que encontros, diferentes intensidades, modos de existência vão nos tocando, nos movendo. Nestes toques, suavidades, rugas, incômodos, alegrias, interrogações, aparentes ‘descaminhos’ vão sendo fabricados, tecidos por redes que ora esquentam, ora esfriam e que por força do habitar nos permitem dar passagem a algumas questões surgidas na trajetória traçada.

O trabalho de pesquisa que se presentifica nessa escrita foi desenvolvido em um Programa de Mestrado em terras até então desconhecidas por esta pesquisadora, que se vê, assim, a experimentar as delícias e as dores que se dão ao sair da zona de conforto, ao ousar por meios desconhecidos. O que antes era, então, uma espécie de ‘pulga atrás da orelha’, uma instigação investigativa, por assim dizer, em relação aos processos de trabalho em Saúde Pública, vai se adensando com problematizações acerca dos modos de formação que se dão neste campo.

Nos deslocamentos dessas andanças nos vimos, não sem tropeços, em meio à Política Nacional de Humanização (PNH). A oferta de um Curso de Apoiadores Institucionais para trabalhadores de diversos serviços públicos de Saúde do Espírito Santo é fruto da parceria entre Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde. Esse movimento nos oportunizou a construção de um campo de pesquisa que apostamos ser potente para a formulação de importantes questões acerca da temática ‘Formação e Trabalho no Cotidiano do Fazer-Saúde’.

Consoante à perspectiva cartográfica buscamos junto aos trabalhadores compor discussões que pudessem acionar um movimento de análise de práticas de formação, de trabalho, de produção de saúde, de construção de políticas públicas, enfim. O verbo ‘compor’ aqui não é aleatório ou desprezioso; é uma aposta numa conjugação entre os envolvidos no processo, como numa orquestra sinfônica em que a composição de uma melodia se dá nos arranjos que vão se formando no encontro, nas consonâncias e dissonâncias de diferentes sons de diferentes instrumentos musicais que cada participante – músico, trabalhador – vai operando, orquestrando.

Essa aposta já anuncia algumas referências conceituais de que nos servimos e com as quais inventamos instrumentos para fazer uma 'banda tocar'. Buscamos nos aliançar com produções que tomam o trabalho tanto como ponto de incidência de forças produtoras de repetição, de manutenção de uma certa ordem, bem como aquelas que percebem no labor um ponto de criação, de escapes, de invenção dos modos de trabalhar e de ser trabalhador. Procuramos, dessa forma, sustentar uma análise do trabalho em saúde sem grudarmo-nos nas grandes linhas que tomam o trabalho como categoria abstrata, apenas alvo da exploração capitalista. Problematizamos análises funcionalistas que incidem na descrição específica da execução de tarefas, excluindo a dimensão de produção social que necessariamente inscreve o trabalho no curso de um tempo histórico e social.

No tocante à formação, buscamos problematizar este conceito no contemporâneo, tomando o quê se passa em um curso entre práticas de captura e de liberdade. Para isso, recorreremos às produções foucaultianas sobre ética e formulamos questões sobre os modos de formação que têm sido forjados no campo da Saúde Pública. Buscamos, ainda, discutir como o dispositivo PNH tem formulado e atualizado este campo no tocante a ações – concepções e práticas – de formação e como toma os processos de trabalho como matéria-prima em suas discussões.

Afirmamos a indissociabilidade entre os processos de trabalho e formação como uma aposta na invenção de problemas e a criação de outros possíveis no trabalho em saúde. Afirmamos também o Trabalho (de cuidado, de fala, de escuta, de escrita...) a um só espaço-tempo, como efeito, processo e produto de Vida, constituído que é nas possibilidades e inventividades humanas. E afirmar tais indissociabilidades implica embates vitais!

1. INICIO DE UM PERCURSO

O processo de escrever é feito de erros – a maioria essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança, de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era “nada” era o próprio assustador contato com a tessitura de viver.
Clarice Lispector.

Em nossas vidas, ficamos constantemente à espera da melhor hora, do melhor momento, da melhor forma, das condições certas para realizar algo que se coloca como algo a ser enfrentado. E o tempo passa, e muitas vezes vamos deixando de inventar entradas e saídas. Vamos deixando de exercitar nossa potência e vamos alimentando certa passividade, nos curvando, nos sentindo impotentes e buscando nos anestesiar para suportar a vida. Mas essa vida que vamos suportando vai nos causando incômodos.

Este constrangimento que sentimos, paradoxalmente, é o que nos impele a buscar novas formas ‘de vida’ e não apenas outras formas ‘na vida’. Este intolerável, que parece nos consumir por inteiro, é, então, o que nos força a nos reinventar, é o que sinaliza que não basta escolher, entre as coisas dadas, o que se consumirá. É exatamente neste ponto de consumo mesmo da própria vida que precisamos acessar um ‘novo campo de possíveis’ (ZOURABICHVILI, 2000) e fazer da vida uma outra coisa que não ela mesma – uma outra vida que se faz em vida, nas misturas, nos encontros, nas fissuras, nas bifurcações...

Uma tessitura feita, como diz Clarice, de “*condução a nada*”, mas que cria todo o possível. Possível impensável. “*Sejamos realistas, tentemos o impossível*”, nos lembra Heliana Conde Rodrigues (2005) ao fazer referência à frase emergente no ‘Maio de 68’ francês, movimento disruptivo, questionador de modos de vida totalizantes.

E por que começar assim o texto que trata de uma pesquisa de mestrado?

...Na inseparabilidade entre vida e trabalho, o trabalhar é *obviamente* inseparável do viver! Dissertação, PNH, análise, curso de formação, corpo, cidade compõem um misto de relações de poder, potências, possibilidades e possíveis... Compartilhar os

modos e processos de escrever é compartilhar o viver, é falar de formação, é tornar visível um óbvio *viver-trabalhar-formar* para além de suas visibilidades: é possibilitar que discutamos *processos de trabalho*!

Estive durante muito tempo buscando qual seria a melhor forma de começar, algo que, ‘certo’ já de começo, me facilitasse o seu desdobramento. E como procurei a melhor entrada e a melhor forma de me conduzir! Como se ela já existisse e apenas estivesse à minha espera... Na luta travada contra um começo que se fizesse sem se saber muito bem como e em meio a tantas questões soltas – desentendidas, inclusive – o tempo foi passando e a entrada muitas vezes adiada.

Então, lembrando-me de Foucault (2008) ao tratar da história não como viagem de reencontro a uma suposta origem, como reconhecimento, mas, antes, afirmando que o que há no início são sempre dispersões, resolvi que este poderia ser uma pista para efetuar um começo! Um começo que não se sabendo precisar, nos força a partir de seu meio confuso, iniciar pelo próprio meio, picado, nos dispendo a pensar a positividade do caos, sua potência inventiva². Um caos que sentimos, muitas vezes como ameaçador, não porque seja portador de uma essência destrutiva, mas que, justamente por desestabilizar nossas formas instituídas³, pede-nos outros modos de nos relacionar com o processo de diferenciação, com aquilo que difere e com a diferença que se produz em nós mesmos – alteridade (ROLNIK, 1995).

Trata-se, enfim, de movimentos que nos pedem para nos recriamos juntamente com este mundo que se faz, co-engendramento de si e do mundo (KASTRUP, 2007). Porém, quando nos encontramos apegados e receosos, nos endurecemos, nos fixamos em nossas cristalizações e sofremos com esta tensão. Entre o que se fixa e o que a fixidez não dá conta, jorram intensidades que pedem novas matérias de expressão.

² Um caos que não é sinônimo de desordem, mas que trata de ordens que se fazem diferenciando-se da ordenação de tendência hegemônica (ROLNIK, 1995).

³ Aqui tomamos por referência o conceito de instituído desenvolvido pela Análise institucional que o concebe como “a ordem estabelecida, os valores, os modos de representação e de organização considerados normais”, que apesar de serem produzidos socialmente são tomados como naturais e a-históricos e, justamente por isso, são tidos como imutáveis (LOURAU, 2004).

Fruir da riqueza da atualidade depende de as subjetividades enfrentarem os vazios de sentido provocados pelas dissoluções das figuras em que se reconhecem a cada momento. Só assim poderão investir a rica densidade de universos que as povoam, de modo a pensar o impensável e inventar possibilidades de vida (ROLNIK, s/d: p. 24).

De repente, porém não simplesmente *de repente*, – porque algo aí já se dava (um processo) ainda que sem ganhar formas visíveis (a escrita) – dei-me conta de que a escrita é prática que nos força a nos deslocar, deslocarmo-nos de nós mesmos. Descolarmo-nos de nossos modos habituais, inclusive os de escrever. A escrita, como disse uma amiga por esses dias, é algo muito perigoso porque convoca em nós uma coragem que desconhecemos...

Como em tudo, no escrever também tenho uma espécie de receio de ir longe demais. Que será isso? Por quê? Retenho-me, como se retivesse as rédeas de um cavalo que poderia galopar e me levar Deus sabe onde. Eu me guardo. Por que e para quê? Para o que estou me poupando? Eu já tive clara consciência disso quando uma vez escrevi: “**é preciso não ter medo de criar**”⁴ (LISPECTOR, 1999: p. 78).

Clarice nos abre para esta imbricada dispersão de elementos; juntando *tudo* ao escrever, compõe conosco o ‘entendimento’ desse perigo não matemático: eis que ter consciência não nos garante a abertura para fazer passar os afetos, para produzir um corpo a partir das intensidades presentes (ROLNIK, 2007), para escrever, para fazer um curso, enfim, para criar.

E não seria um pouco desta perplexidade que também experimentam os profissionais da saúde na ‘escrita’ cotidiana de seu trabalho? Com esta indagação, uma linha foi se produzindo entre a escrita da dissertação e uma temática, a saber, os processos de formação e trabalho na Saúde Pública.

Por meio de uma experiência de formação de Apoiadores Institucionais, uma das expressões da PNH no Espírito Santo, nosso objetivo geral foi o de realizar uma discussão sobre processos de formação e trabalho, problematizando como a

⁴ Grifos meus.

‘Política Nacional de Humanização’ tem sido produzida e o que tem produzido no campo da saúde pública, co-produzindo esse campo.

Acompanhando Bergson (**apud** DELEUZE, 2004) pensamos que o alcance de nossas respostas fala de como colocamos nossos problemas ou simplesmente repetimos perguntas prontas. Assim, indaguei junto com os formandos e formadores entrevistados no curso de formação: com quais questões temos nos deparado no nosso fazer cotidiano de saúde? Que problemas temos nos colocado? Que estratégias de enfrentamento temos acionado? Como um processo formativo pode fomentar um movimento questionador e disruptor de práticas cronificadas/naturalizadas no âmbito da saúde?

Guiados pela perspectiva cartográfica, destacamos que nossa pretensão não foi a de afirmar a verdade de um campo ou mesmo descrevê-lo, como se ele já estivesse dado a conhecer por sujeitos também já constituídos, mas, sim, a de acompanhar os movimentos produzidos neste (per)curso formativo.

Um curso de formação que em seus movimentos se destacou pelas questões analisadoras surgidas nos espaços de discussão, pela constituição de grupalidade, pela produção de um modo de conceber e fazer formação (de ser formador, de ser formando, pesquisador) em processo, pela criação de vias de passagem e expressão de algumas intensidades e, ainda, de silenciamentos e de interdição de outras.

Assim, na contramão de métodos de pesquisa em que a neutralidade se coloca como fundamento, entendemos que o ato de pesquisar se efetua sempre como interferência, fazendo parte da própria constituição do campo pesquisado (KIRST et al, 2003).

O diferencial, então, nesta perspectiva baseada na cartografia, é para além da afirmação de uma não neutralidade em pesquisa, a implicação das análise que este modo de pesquisar nos convoca. O movimento de análise se dá, se cria em meio à experiência de pesquisa, não como etapa em que o pesquisador se debruça sobre dados da realidade colhidos para proceder uma afirmação verídica. Logo, poderíamos dizer se tratar de um processo de pesquisa em que interessou, junto aos trabalhadores – formandos e formadores – catalisar questões, discussões,

acompanhando e problematizando os deslocamentos efetuados nos caminhos de um curso.

1.1 INQUIETAÇÕES, ERRÂNCIA E DESLOCAMENTOS

‘Pausa’ para um ‘causo’⁵ – produção de inquietações...

Este causo que conto não se faz para falar de mim, mas para contar de um ‘si’ se fazendo. Esta que escrevo não sou eu, tampouco um eu que deixou se ser, apesar destas sensações escritas também terem transitado por aqui, terem me perpassado... sensações estas que se dão misturadas a tantas outras. Somos, assim, endurecimentos e suavidades, bloqueios e passagens que se fazem não apenas em momentos que se alternam, mas também simultaneamente.

A dificuldade de escrever, de dar consistência a um plano, a sensação de paralisia, o cansaço do nada fazer... Todos estes constrangimentos sentidos passaram, então, a me inquietar cada vez mais.

Sem voz e sem ouvido, cego e perdido, um estranho passou a me habitar e eu sem saber como dar-lhe guarida, sem saber como conviver com ele, pois a disposição de meus cômodos e móveis – então, imóveis – não lhe permitiam um deslocamento fluido, sem tropeços. Fiquei um bom tempo também parada, acreditando que acolhê-lo seria acompanhá-lo no silêncio e na imobilidade, grudei-me a ele e fomos nutrindo essa relação que, ao invés de nos potencializar, nos deixava cada vez mais tristes e distantes, ainda que estivéssemos ali um ao lado do outro. Fomos nutrindo uma tendência de nos tornar iguais, homogêneos, cúmplices de um movimento que,

⁵ ‘Causo’ como substantivo, guarda um sentido híbrido, algo difícil de conceituar, tanto que muitos dicionários não o trazem como verbete de nossa língua oficial. Trata-se de uma expressão cotidiana inventada num destes ‘Brasis’ em que vivemos. O causo nos fala de algo que não se sabe precisar em relação à sua ‘veracidade’, ou melhor, não é a verdade que está em questão quando se conta um causo. Do causo não se sabe sua origem, o causo não é fatídico, não é representativo, nem descritivo apesar de ser uma história que se conta para falar de algo. Parece que o causo é este que simplesmente acontece, que se faz misturando um tanto de coisas que se passaram (daí sua aproximação com causa), mas também um tanto de coisas que se distanciam de um fundamento, algo que se imagina e que nem por isso deixa de ser menos real. Neste sentido o causo é também um caso. Importante ainda dizer que esta nota de rodapé é escrita depois do causo contado, um causo não pensado de antemão, mas inventado a partir das intensidades percorridas neste corpo no momento mesmo em que era escrito.

paradoxalmente, foi ganhando ares de indiferença... Meu cuidado estancava na exata medida de meu 'respeito' por sua condição, como se ela fosse imutável, como se todo 'o' possível fosse o caso de adaptação e realização... Como se assumir responsabilidade no cuidado deste estranho em mim significasse ter que dar conta sozinha, como se nossas diferenças sinalizassem uma necessária distância e não a oportunidade para criar a partir das ingresias de nosso encontro.

Eu o via, sabia de sua existência, mas não ousava tocá-lo. Ter consciência não basta... E apesar do aquietamento, não deixava de pairar um incômodo, uma tensão permanente. Pensava que arquitetar um plano para enfim agir seria a chave para sairmos deste circuito. Finalmente ele poderia circular livremente, longe de qualquer perigo de esbarrar em algo e se machucar... e, machucada, pois descuidada daquilo que em mim pedia vias de diferir, seguia eu, na constrição de uma impotência produzida e reforçada. Aquela energia que eu buscava acumular para o grande momento, o momento da virada, da grande iluminação, ía se tornando estorvo, ía me deixando mais pesada e mais imóvel junto ao meu estranho. Os músculos, na falta de serem exercitados, íam se atrofiando e sendo tomados pela gordura. Um sintoma.

Pois bem, nesta tentativa de organizar previamente as idéias para enfim dispô-las num formato que permitisse fluidez deste estranho, neste arquitetar, fui furtando-me de ensaiar⁶. Era como um evitar dar os primeiros passos, imprescindíveis para aquele que precisa aprender a andar, ajudando tanto no fortalecimento da musculatura quanto na destreza de movimentar-se. Não percebia que poderia tomar aqueles (i)móveis que tanto temia como pontos de apoio... era preciso andar, andar devagar, tateando... uma aproximação feita de deslocamentos... Ainda agora, ao trazer essas passagens, meus dedos diante do teclado titubeiam, as soluções nunca são definitivas e os movimentos não cessam...

Estar à escuta do mal estar mobilizado pela desestabilização em nós mesmos, da capacidade de suportá-lo e de improvisar formas que dêem sentido e valor àquilo que essa incômoda sensação nos sopra.

⁶ Ensaiar aqui não no sentido de treinar algo para sua efetivação, mas naquele sentido que emprega Foucault (1998) como “[...] *um exercício de si, no pensamento*” (p. 13). Ou seja, como um modo através do qual vamos nos constituindo como sujeitos por meio da experiência modificadora da diferenciação do pensamento.

Aqui já não se trata de alucinar um dentro para sempre feliz, mas de criar condições para realizar a conquista de uma certa serenidade no sempre devir outro (ROLNIK, s/d: 32-33).

Essa sensação de imobilidade e impotência foi me deixando desconfortável e o aquietamento produzindo uma inquietação. Era preciso inventar outras saídas, mas para isso era preciso efetuar uma entrada, perfurar esta bolha de enclausuramento, permitindo, assim, novas conexões. Lembro-me aqui da fala do professor Eduardo Passos (2008)⁷ sobre a importância de investir numa estratégia não mais de ‘encontrar os furos’ – meios de passagem – e sim, de furar para produzir novos canais de fluxos.

Cheguei, assim, a um momento crítico. Crítico numa dupla acepção que fala tanto de um limiar de suportabilidade como de uma quebra – crise – que desestabiliza as formas instituídas⁸. Neste sentido, a crise não somente é o momento de evidência de um sintoma e do sofrimento muitas vezes gerado, mas, sobretudo, o momento em que este – o sintoma – se dá a interrogar, momento em que encontrar uma solução deriva de um movimento anterior⁹ que é a colocação de problemas que forcem a ruptura deste circuito hermético sinalizado pelo sintoma.

Regina Benevides (2005) nos fala de duas dimensões do sintoma: forma e força. A ‘face-forma’ é o seu sentido instituído, naturalizado, sobre o qual deve incidir a análise. Ou seja, trata-se de um trabalho de produzir desvios que fazem diferir a repetição, permitindo acesso ao plano de forças de produção do próprio sintoma. Vê-se, nesta perspectiva, que a colocação de problemas não coincide com a simples constatação de algo que ‘anda errado’ e que, portanto, deve ser ‘ajustado’. Colocar um problema é, assim, sair da esfera dos problemas dados, nos convocando a

⁷ Esta fala se deu numa oficina de formação de apoiadores pedagógicos para atuar na formação de apoiadores institucionais pela Política Nacional de Humanização (PNH), em Vitória-ES. Abordaremos o curso e sua proposta formativa mais adiante em nosso trabalho.

⁸ A temática da crise como desestabilização das formas instituídas foi trabalhada também pelo professor Eduardo Passos em uma das oficinas realizadas através da pesquisa “*Produção de Saúde e de Subjetividade: cartografando as práticas dos psicólogos na rede de atenção psicossocial do SUS-Aracaju*” realizada nesta cidade nos anos de 2005 e 2006 e da qual fui integrante como bolsista CNPq/PIBIC.

⁹ Este movimento não é anterior num sentido cronológico, mas como condição ontológica do movimento de criação de outras configurações em que se possa afirmar saídas ao que encontra instituído.

lançar nosso olhar para as próprias condições de constituição de uma dada situação, da possibilidade de sua emergência enquanto tal, efetuando não um retorno a uma suposta origem, causa primeira que, numa linearidade histórica, ‘desembocaria em’.

A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo (FOUCAULT, 2008: 21).

Foucault (2005), fazendo referência à obra de Canguilhem, nos coloca mais uma questão nesta contenda que vimos traçando em torno dos problemas: aquilo que tão facilmente temos tentado rechaçar, aquilo que se coloca como algo a ser eliminado – o erro – não seria algo através do qual a vida se afirma? Erro marcado não pelo descompasso entre aquilo que deveria ser e o que não é, como equívoco fatal, mas como aquilo que perturba o sistema vivo, forçando-o a se reinventar. Diz Foucault, “[...] o erro é a contingência permanente em torno da qual se desenrola a história da vida e o futuro dos homens” (p. 365).

Não se trata aqui de uma simples diferença de compreensão em torno da temática do erro. Provocamos, sim, uma alteridade num terreno em que a produção de conhecimento, ao ser entendida como descoberta de verdades, estabelecimento de leis universais, coloca tudo o que não cabe nestes esquemas invariantes num plano de falsidade, desvio ou falha. O erro é, assim, *negativado*. A este modo de produção de saber, concorrem práticas de correções, adaptações e ajustes e todo um aparato técnico se constrói ao mesmo tempo em que lhe dá sustentabilidade. Surge todo um sistema de valoração que marca o certo e o errado, o verdadeiro e o falso e que tem no estabelecimento da norma seu referencial. Construção de sistemas binários que inviabilizam, ao menos sufocam, traçados divergentes. Sistemas de constrangimento da vida já que “[...] no limite, a vida – daí seu caráter radical – é o que é capaz de erro” (FOUCAULT, 2005: 364).

Moraes (2003), ao trabalhar esta questão, traz à cena o conceito deleuziano de errância, marcando um entendimento semelhante àquele apontado por Foucault.

Ele [o erro] é um acontecimento de direito. Isso significa tomar o erro num sentido radical de errância, deriva, devir constitutivo do pensamento. Não se trata de tomar o erro como o par oposto do

verdadeiro, mas de considerá-lo como errância, como um modo peculiar de distribuição do ser (s/p).

Neste ponto, lembro dos dizeres de Clarice, lembro de 'meu' sintoma e desconfio que um deslocamento se produziu... As paralisias, os vazios, os desamparos foram tateando movimentos, sendo transformados no convite de cada amanhecer, na usinagem de cada palavra, lavra qual metal incandescente que *queima-resfria-marca-inscreve* o papel-corpo, tornando-se sorriso calejado que continua confiando, coração cicatrizante que continua pulsando, gorjeando e digitando... erro e demérito misturam-se com facão, paixão crua e bons *rocks* nos arquivos, inventando cantos, pios e silvos... Do erro à errância; reversão vital!

1.2 A 'ERRÂNCIA' CONSTITUTIVA DA VIDA – CRIAÇÃO E INVENÇÃO DE PROBLEMAS

As dúvidas, os impasses, as noites mal dormidas, as páginas em branco na tela do computador ficam para trás compondo uma memória que se quer esquecida ou uma ferida que se quer cicatrizada ou uma espécie de diário de "erros" superados. **Leila Machado.**

As questões que chegam, as questões que atravessam, as questões que pinçamos, as questões que não damos conta... colocando problemas...

Falar deste percurso até aqui é falar da emergência de uma problemática, das questões que vão nos desafiando no caminhar. É falar, também, o quanto, neste trato com a 'matéria', vamos nos (des)construindo, nos modificando. Escapando à pretensão de reafirmar um 'eu', ainda que seja um 'eu' que a viva e que a encarna, trata-se de evidenciar uma experiência de constituição neste processo de aprender fazendo: trabalho de formação e formação no trabalho. Trata-se de afirmar a experiência de um *vir-a-ser*, exercício ético em que, segundo Foucault (1998), o homem é levado, num trabalho sobre si, a problematizar-se.

Chego ao mestrado em Psicologia Institucional da UFES querendo estudar como têm se dado os processos de trabalho na Saúde Pública, como o modo de nos organizar para trabalhar repercute na atenção à saúde, na efetivação, ou não, dos princípios do SUS e na afirmação da dimensão pública de uma política de saúde. Partimos do entendimento de que os modos de gerir o trabalho e de produzir saúde

são indissociáveis e que isso se dá concomitantemente à produção de subjetividade¹⁰ (PASCHE, 2008).

Durante a graduação de Psicologia, a inserção em atividades de pesquisa no campo da saúde e de estágio institucional num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) foi me convocando a lançar o olhar para estas questões. A insatisfação dos profissionais, o alto índice de adoecimento e de ‘descomprometimento’ no trabalho não falavam somente da insuficiência das soluções pontuais – geralmente vindas em pacotes formatados¹¹ – mas, principalmente, do modo como os problemas eram concebidos e colocados. Esta problemática que já se anunciava em meu trabalho de conclusão de curso foi me fazendo perceber que interrogar este cotidiano de saberes e fazeres era imprescindível para operar outras maneiras de habitá-lo, sem produzir de adoecimentos e apatias.

Sair dos ‘problemas’ evidentes, seria efetuar uma problematização mais radical, aquela que incide em perguntarmos o que temos feitos de nós mesmos, que forças compõem estes cenários nos quais atuamos e que forças dispomos para operar de um outro modo, um modo mais condizente com a afirmação da vida: sua potência errante. Colocar problemas seria, então, não se conformar com os problemas dados, mas sim suspeitar da evidência do plano visível, plano das formas, do instituído. Suspeitar não como quem desacredita em sua existência, mas como quem acredita que sua existência não é essencial, e sim, contingente. Seria, assim, desnaturalizar a realidade, estranhar o que nos parece óbvio, irreversível, imutável. A possibilidade de criar me parece vir com este movimento duvidoso, que difere radicalmente da dúvida cartesiana. A dúvida, nesta perspectiva criacionista, não se dá como ímpeto ou justificativa para o trabalho de reconhecimento do invariante, da verdade

¹⁰ A subjetividade entendida não a partir de uma origem, como algo interior ou imutável, mas o efeito de um campo heterogêneo de forças, constituídas por saberes, crenças, formas e instituições, ou seja, subjetividade como efeito de um campo de subjetivação. Trata-se de uma concepção heterogenética da subjetividade, na qual se dissocia radicalmente esta noção à de indivíduo. O indivíduo é, assim, pensado como uma das formas-subjetividades produzidas historicamente. A subjetividade “[...] é essencialmente fabricada e modelada no registro social” (GUATTARI; ROLNIK, 2005: p. 40), perfazendo uma produção.

¹¹ É relevante, neste sentido, a grande quantidade de cursos de capacitação e implantação de programas que, sem considerar a complexidade das realidades locais, pautam-se na aplicabilidade de técnicas. Muitas vezes estas ações acabam se constituindo como um trefismo que, longe de instrumentalizar os trabalhadores a lidar com suas questões, acaba se colocando como mais um elemento que estes precisam dar conta.

fundante – fechamento de uma teoria explicativa sobre si mesma – e sim, movimento que, ao questionar modos totalitários de funcionamento, abre passagem para produções diferenciadas¹².

Fui suspeitando que aquilo que se colocava como problema a ser revolido era – antes de ser problema – efeito de determinados modos de funcionamento social e que a potência dos enfrentamentos se dava justamente na possibilidade de interferir na dimensão constitutiva das formas, ou seja, no plano de produção. Foi assim que a perspectiva institucionalista¹³ me pareceu interessante nesta empreitada. Ao invés de análises explicativas, diagnósticos prontos e prescrições, a questão que foi me soando era a de como, por meio de conceitos-operadores¹⁴, podemos acionar uma ‘perguntação’ que faz ruir um mundo de certezas e de representações, criando outros possíveis – mundos e sujeitos. E mais: como ao estar atento às produções que se fazem e aos seus efeitos podemos pensar modos mais afirmativos de vida, num compromisso ético-estético-político¹⁵.

¹² Sobre isto é interessante a distinção marcada por Deleuze (2007) entre os seguintes enunciados: “só o que se parece difere” e “somente as diferenças se parecem”. Segundo o autor “trata-se de duas leituras de mundo, na medida em que uma nos convida a pensar a diferença a partir de uma similitude ou de uma identidade preliminar, enquanto a outra nos convida ao contrário a pensar a similitude e mesmo a identidade como produto de uma disparidade de fundo” (p. 267). A distinção entre produção do Mesmo e a produção diferenciante nos parece, assim, como ponto crucial para tratar da temática da criação, pois, se pensarmos os próprios esquemas representativos enquanto produções, podemos operar uma abertura capaz de fazer sucumbir a ditadura dos modelos, tomando-os não mais como única forma possível, mas sim, como uma das possíveis formas um dia criadas e mantidas por um processo de reconversão do desejo – processo de captura (ROLNIK, 2007). Investir nas linhas de escape é, então, possibilitar o investimento do desejo em modos singulares de existência, o próprio movimento criador.

¹³ Sob perspectiva ou movimento institucionalista se designa uma diversidade de produções teóricas e práticas de intervenção que guardam em comum, como nos diz Rodrigues (2005), a problematização do real, daquilo que corriqueiramente é tomado como pronto e acabado. É importante ressaltar que também compõe este campo a ‘Filosofia da Diferença’ ou ‘Pensamento da Multiplicidade’ tendo como principais autores Félix Guattari, Gilles Deleuze e Michel Foucault, os quais também trazemos para nossa conversa.

¹⁴ Chamamos de conceitos-operadores aqueles que funcionam como dispositivos, ou seja, que nos ajudam a pôr em análise coletivamente algo ou determinada situação. Em consonância com Lourau (1993), pensamos a potência dos conceitos, tanto de sua criação quanto utilização, a partir da necessidade surgida no próprio ato de pesquisar, assim, é a pesquisa que requisita os conceitos e não o inverso.

¹⁵ Ético porque trata destes movimentos pelos quais vamos nos modificando, estético por tratar da emergência de novas configurações, novas formas surgidas neste percurso e político por assumirmos que sempre estamos implicados neste jogo de forças em que estas produções se fazem. Um compromisso ético-estético-político é este então que se quer a favor de produções de expansão da vida, de sua potência.

Durante a graduação, no entanto, estas questões puderam ser apenas parcialmente elaboradas. Começou a se esboçar toda uma inquietação, mas eu sentia que o modo como esta se anunciava era ainda muito pautada num estilo de denúncia, com poucos vislumbres de intervenções mais efetivas. Ocupei-me em falar da produção de um modo de subjetivação individual-privatista e da necessidade de desconstruí-la, não avançando muito, porém, em mapear modos de enfrentamentos locais. Fui sentido uma certa claustrofobia. Era necessário ir além. Tão necessário quanto perceber o que se dava em termos de constrangimentos da vida no trabalho em saúde, era perceber, para assim potencializar, o que escapava, o que diferia, as situações inusitadas, as iniciativas afirmativas de outros modos de trabalhar, de conviver...

É interessante assinalar aqui, que logo nas primeiras leituras do mestrado encontrei Bergson (apud DELEUZE, 2004), tratando da invenção de problemas, ligando-os à dimensão constitutiva da vida, pois *“é a vida que determina essencialmente no ato de contornar obstáculos, de colocar e resolver problemas”* (p. 10).

Foi também neste percurso do mestrado que encontrei pessoas¹⁶ discutindo políticas de formação para além de uma dimensão de transmissão de informações, mas pensando como usinagem (HECKERT, 2007). Trata-se de um processo eminentemente coletivo¹⁷ por meio do qual vamos nos constituindo enquanto sujeitos, afirmando, ‘fazendo valer’, construindo determinados valores, colocando em xeque outros, e, concomitantemente, produzindo concepções e práticas. Questões essas que já se anunciavam timidamente desde os tempos de estágio e pesquisa na graduação como imprescindível para pensar os modos de agir no campo da saúde e que foi se adensando no encontro com estes novos companheiros-interlocutores.

¹⁶ Aqui refiro-me, especialmente, ao feliz encontro com a Prof. Ana Heckert e o grupo sob sua orientação.

¹⁷ Por coletivo, entendemos com Escóssia (2009) não um agrupamento que se contrapõem ao indivíduo, entendimento este derivado de uma forma de pensamento dicotômica. A superação de tal dicotomia torna-se possível quando, ao plano das formas constituídas, apreendemos a coexistência de um plano de froças. O coletivo é, assim, esta zona de interstício, definido por sua dimensão relacional não de termos dados, mas a partir destes planos que diferem por natureza e que sinalizam nossas configurações como produzidas social e historicamente. Temos assim, o coletivo como plano de co-engendramento do indivíduo e da sociedade (Escóssia; Manguiera, 2006).

Desta forma, as questões foram se ampliando e se proliferando, as conexões foram se fazendo. Porém, foi também se impondo a necessidade de fazer um recorte para o estudo, especificando a problemática que nos move. O desafio passou a ser, então, conseguir desenhar, a partir desta miríade de elementos que se presentificavam, que me puxavam ora para cá, ora para lá, um campo de estudo e análise acerca da temática da formação e trabalho na Saúde Pública. Ou seja, o desafio de continuar compondo nosso modo de pesquisar em movimento.

1.3 NOSSO MODO DE PESQUISAR – PERSPECTIVA CARTOGRÁFICA

Difícilmente alguém sai ileso [...] é um processo de transformação sempre – do problema, do campo e de si mesmo durante o processo de conhecimento. **Virgínia kastrup.**

Tomamos aqui uma perspectiva de estudo e produção de conhecimento sempre em seu sentido contingencial, pensando, como nos provoca o institucionalismo, a indissociabilidade entre gênese teórica e social (RODRIGUES; BARROS, 2003). Kastrup (2007b) já nos advertia que “[...] *o método, o problema e a pesquisa têm de estar em sintonia*” (s/p). Acompanhamos a autora ao afirmar que...

[...] o processo de fazer pesquisa é também o processo de produção de subjetividade. Difícilmente alguém sai ileso desse processo, em geral, grande transformação se opera, e o trabalho em geral é tanto melhor quanto mais o processo de subjetivação for intenso. Você vê então que não é representação de um objeto, é um processo de transformação sempre – do problema, do campo e de si mesmo durante o processo de conhecimento (KASTRUP, 2007b: s/p).

Transitamos pelo campo de pesquisa numa perspectiva em que o próprio campo se constitui no movimento do pesquisar, enquanto corpo e mente mudam, na intensidade possível desse transformar. Então, nossa aposta aqui, mais do que discorrer teoricamente sobre o método adotado, é elucidar o entendimento que balizou nossa pesquisa e os princípios orientadores para caminhar com a pesquisa compondo o campo, construindo-o ao habitá-lo. Tais princípios estiveram comprometidos com a afirmação de uma Vida que, sem formas previamente

definidas, pudesse se fazer num jogo entre liberdades¹⁸, numa subversão das cadências repetitivas que tentam nos aprisionar como “*figuras da história*” (PASSOS; BENEVIDES, 2001: 90). Assim, ao compor um campo de pesquisa não nos interessou julgar, marcar o certo e o errado, identificar sujeitos ou encontrar causas, localizar os problemas num determinado lugar, num cargo ou numa personalidade. Estes para nós são falsos problemas¹⁹ no sentido bergsoniano na medida em que se assim tomados, como questões prontas, acabam por dificultar acesso à dimensão processual destas visibilidades, dificultando/inviabilizando interferências que incidam nas condições de sua emergência.

Pesquisar tendo como referência uma perspectiva cartográfica implicou também caminhar num terreno sem garantias *a priori*. A prática da cartografia caracteriza-se, assim, justamente pelo acompanhamento de processos, composição de paisagens mutantes a partir das intensidades que atravessam/compõem tanto o campo pesquisado, como o corpo do pesquisador. A cartografia...

[...] acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentidos – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornam-se obsoletos (ROLNIK, 2007: p. 23).

Assim, foi no próprio ato de pesquisar que colhemos as indicações de conexões a se fazer, os pontos de passagem que nos permitiram ultrapassar os estrangulamentos que, por ventura, também nos deparamos. Vemos isso se expressar também na fala dos trabalhadores entrevistados:

(...) é bom essas entrevistas porque a gente reflete sobre essas coisas e vê por onde pode andar, né, por onde caminhar melhor. De maneira nenhuma para criticar ninguém (trabalhador-formador).

¹⁸ A análise sobre as relações de poder empreendida por Foucault (2006a), ao contrário do que muitas críticas apontam, não se faz como fechamento, como fatalismo. Para Foucault, o poder se exerce sempre em relação, sendo esta móvel e não dada de uma vez por todas. Por isso, para Foucault, falar de *relações de poder* implica, necessariamente a possibilidade de resistência: os jogos de poder só podem se efetivar entre jogos de liberdades.

¹⁹ Para maior detalhamento sobre a idéia de falso problema em Bergson recomendamos a leitura do capítulo ‘A intuição como método’ da obra ‘Bergsonismo’ de Gilles Deleuze (1999).

A pesquisa nos mobiliza e nos convoca afetivamente aos encontros com as pessoas, as situações, a cidade... Estes encontros por sua vez, ao mesmo tempo, nos exigem, nos deslocam, alimentam, potencializam, enfraquecem, dispõem ou indis põem, criando corpos possíveis, diferentes fôlegos de desejar, transitar, escrever, pesquisar. Logo é um convite a exercitar nossa humildade, bem como nossa ousadia, forçando-nos a lidar também com fragilidades, com o que não sabemos e, por vezes, com o que nos desespera na Vida.

A pesquisa segue numa mistura de intensidades. No movimento próprio da vida se fazendo questões vão se abrindo e um modo de pesquisar vai se (a)firmado, de modo a permitir tratar de algumas destas aberturas da vida.

1.4 VIDA E PESQUISA: ABRINDO QUESTÕES.

O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
Guimarães Rosa²⁰

O pesquisar abre diversas questões, problemas para os quais não há resposta unívoca e para as quais nem sempre tínhamos respostas de imediato. Vivenciamos, então, um pesquisar que é também necessidade de enfrentamento da dissolução de modos habituais, das incertezas, dos vazios de sentido que pediam a composição de novas expressividades. Pesquisar assim foi também desestabilizar-se, procurando na composição de alianças (com textos, colegas, professores, trabalhadores) produzir análises, amizades, saúde, encaminhamentos de Vida...

Estrangeira, pesquisadora, inexperiência na experiência

Falar do percurso deste estudo, da produção desta pesquisa, do tornar-se pesquisadora neste processo é falar de experimentações de cantos, campos e repertórios estranhos. É tratar da experiência na inexperiência de uma psicóloga recém-formada vivenciando um curso de formação da PNH na cidade de Vitória,

²⁰Fragmentos da obra 'Grande Sertão Veredas'. Disponível em: <http://avidatemdessa.blogspot.com/2009/09/grande-sertao-veredas.html>. Acesso: 26 de Ago. 2010.

capital do Espírito Santo. Peculiaridades da condição de estrangeira numa terra estranha, em que o desejo e peso de um Mestrado misturam-se com sonhos trazidos de outras terras, intenções e alianças de uma rede de apoio.

Distinguir essa trajetória estrangeira de uma pesquisadora – qual “ave de arribação” nas denominações de uma companheira desta jornada – ressoa um canto que não quer calar: fazer pesquisa é algo vivo, encarnado, interferido por facilidades e vicissitudes, composições que a cidade permite ou não permite, que transitar de ônibus alcança ou não alcança, que habitar uma casa de outrem vem confortar e por vezes fragilizar, que as conexões das redes de afeto desatinam ou apóiam.

Redes atravessam, habitam e são construídas pelos trabalhadores da saúde. Um pesquisador também se aninha e produz uma rede, produz experiência, transita nos possíveis, expressa uma pesquisa, esta mesma uma rede. Falar do possível e de condicionalidades do possível numa pesquisa é dizer que pesquisar é também gorjear, é habitar o choro e o riso, é tocar e adiar impossíveis, criando possíveis mais a frente, junto com alguém, numa conversa, numa retomada, num momento mais saudável de luta. Contar uma experiência de pesquisa em que trabalhadores da Saúde compuseram novos modos e meios de fazer saúde, é contar também uma experiência²¹ de vida.

E quando uma pesquisa/pesquisadora não está garantida em seus recursos, objetivos e rede de apoio? Pesquisar com paixão e princípios em terras estranhas foi também procurar um canto, um cantar, *viver uma Vida árdua sem perder o juízo*.

²¹ Trazemos o conceito de experiência porque ele nos parece oportuno ao entendermos e apostarmos que a formação e o conhecimento não são da ordem da aquisição por meio de observação de uma dada realidade ou ainda como experimentação controlada de variáveis que se supõe dar conta da explicação de um fenômeno. O conhecimento, pela via da experiência, aproxima-se da máxima socioanalítica: é transformando que se conhece (ROCHA; AGUIAR, 2003). Assim, por meio de exercícios, de práticas de experimentação que se dão em vida é que vão se produzindo conhecimentos, sujeitos e mundos. Rompendo com o modelo representacionista, a experiência nos permite, então, afirmar que o conhecimento não é apenas aquele que se formula, sistematiza e se torna passível de comunicar verbalmente a outrem. A experiência e o saber por ela engendrado é também uma espécie de ‘incorporação’, porque se faz, antes de racional, saber inscrito no corpo e que o toma como suporte/apoio para expressão de modos singulares de existir.

Seria a inventividade no fazer-saúde um cantar de cantos em qualquer canto possível²²?

Escrever sobre os meios de fazer saúde no SUS é tão precioso como tingir folhas em branco sobre os modos de fazer pesquisa com saúde...

²² Referência a letra da música de Itamar Assumpção 'Canto em Qualquer Canto' que abre a escrita deste trabalho.

2. NOSSO CAMPO DE INTERVENÇÃO...

No trabalho de compor nosso campo de estudo, trazendo estes elementos que nos tocaram e que se colocam aqui como produtores de inquietações, algumas perguntas nos parecem importantes para pensar o que se passa nos processos de formação e trabalho em nosso campo: Que práticas discursivas e não discursivas²³ têm sido veiculadas? Que ações têm sido disparadas? Sob quais perspectivas se ancoram e quais seus efeitos locais?

Interessou-nos, então, pensar as políticas de sentido construídas no cotidiano da saúde, a micropolítica²⁴ que se dá sempre em meio às políticas oficiais e seu aspecto macro, já que concebemos estes planos como indissociáveis. Neste sentido, tomamos a criação e invenção de problemas como temática transversal²⁵ para pensar a configuração e as movimentações que se dão em nosso campo problemático.

O que balizou nossa pesquisa, assim, foi a aposta em colocar em discussão elementos que nos pareciam essenciais para fazer frente aos constrangimentos da vida na contemporaneidade, foi o acreditar na construção de modos mais solidários de convivência, relações menos verticalizadas nos processos de formação e de

²³ 'Práticas discursivas' e 'não discursivas', são conceituações trabalhadas por Foucault (**apud** DELEUZE, 2005) e dizem respeito a ações que não param de se remeter umas às outras, se dão em um campo de relações de poder e produzem realidade.

²⁴ O sentido de micropolítica que tomamos aqui se refere às intesidades, fluxos, àquilo que não tem forma visível, localizável, mas que compõem os movimentos de um campo. A micropolítica coexiste com a macropolítica e dela se distingue não por uma diferença de grandeza (o pequeno e o grande) ou inteireza (o todo e as partes), mas por uma diferença de lógica. Enquanto a primeira nos remete ao plano de produção, às linhas dos afetos, ao inconsciente, a outra nos remete aos territórios constituídos, linha de segmentos, consciente (ROLNIK, 2007).

²⁵ O conceito de transversalidade é utilizado por Guattari (1987) para tratar de um terceiro nível que extrapola a segmentaridade colocada pelo funcionamento em eixos – o da horizontalidade e o da verticalidade. A transversalidade se coloca, assim, como uma abertura comunicacional que possibilita o transitar por estes eixos, não por meio da alternância, mas atarvessando-os diagonalmente. E por que pretendemos a temática da invenção de problemas e da criação como transversal? Porque acreditamos que fazer esta temática atravessar nossas discussões sobre os processos de formação e trabalho na saúde pode nos ajudar a colocar em xeque alguns binarismos que balizam modos endurecidos no cotidiano de fazer-saúde, como por exemplo, modos fragmentados de trabalhar concebidos a partir da separação entre os que planejam e os que executam e que vão repercutir nos modos de atenção à saúde.

trabalho, não apenas no campo da saúde pública, mas aqui especialmente por se tratar de nosso foco de estudo. Acreditamos que pensar estas questões é também assumir um compromisso com a afirmação de uma política de saúde que se efetive como pública, ou seja, uma política capaz não apenas em atender as necessidades de saúde de “todos e qualquer um”, mas que ganhe sustentabilidade por meio de movimentos que ultrapassem as políticas de um governo (BENEVIDES; PASSOS, 2005).

Para realização da pesquisa, tomamos como *locus* de investigação o Curso de Formação de Apoiadores Institucionais realizado pela Política Nacional de Humanização (PNH)²⁶ no estado do Espírito Santo no ano de 2009. Desde já ressaltamos que nosso objetivo não foi o de realizar uma análise do curso em si, mas, sim, tomando-o como uma iniciativa de formação, pensar concepções e práticas de formação e de processo de trabalho em Saúde e produzir questões para o campo da Saúde Pública. Interessa-nos tomar o curso como um dos ‘espaços’ de circulação e de produção de sentidos, um espaço de encontros e trocas por meio do qual possamos pensar coletivamente as questões que nos desafiaram nesta pesquisa e que nos parecem pertinentes neste Campo. E por que pesquisar neste curso da PNH?

A Política Nacional de Humanização é uma política do Ministério da Saúde com frentes de trabalhos também nas esferas estadual e municipal pensada como estratégia para qualificação das ações de saúde e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A temática da Humanização na Saúde se faz presente de modo mais sistemático desde 1999 quando algumas ações e programas começaram a ser pensados e implantados, a exemplo do Programa Nacional de Humanização da Atenção Hospitalar (PNHAH). Estas iniciativas, no entanto, se colocavam de modo ainda muito pontual, com ações fragmentadas e acabavam por se tornar fortemente ligadas a práticas voluntaristas e assistencialistas. Assim, pouco se colocava em

²⁶ A partir daqui utilizaremos diferentes nomes para falar da ‘Política Nacional de Humanização’: PNH, ‘Política de Humanização’, ‘Humanização’, ‘HumanizaSUS’ e ‘Política’.

xeque a(s) lógica(s) de produção de saúde que sustentava(m) as ações neste campo (BENEVIDES; PASSOS, 2005).

Em 2003, num cenário de mudança política, há um investimento para que a Humanização se configure não mais por meio de programas isolados, mas como uma política transversal, capaz de radicalizar discussões sobre a produção de saúde como bem comum, ou seja, como política pública. Partindo de experiências exitosas no campo da saúde – do “SUS que dá certo” – é desenvolvido, então, todo um aporte teórico-conceitual e tecnologias *pretendidas* como fomentadoras de mudanças nas práticas de atenção e gestão da saúde e alinhadas aos princípios do SUS, a saber: universalidade, equidade e integralidade (PASCHE, 2008). Chamo atenção aqui para o ‘*pretendidas*’ porque acreditamos que a efetivação desta política se dá no cotidiano, em meio aos modos como é ela é apreendida, apropriada e efetivada pelos trabalhadores e usuários de saúde.

Assim como a constitucionalidade do SUS não garante por si só a efetivação de seus princípios, a estruturação de uma Política de Humanização também não é suficiente por si mesma. Aliás, é preciso lembrar que se o SUS estivesse garantido por sua base legal a própria PNH, nesta sua proposta, seria desnecessária, visto seu objetivo maior, que é o de concretização do próprio SUS. Com isso dizemos que ‘a’ PNH só existe nos documentos que a especificam e ainda assim há de se observar o quanto mesmo esta PNH ‘escrita’ se modifica através de reformulações requisitadas e produzidas no cotidiano do fazer-saúde²⁷.

O que temos, então, por um lado, é uma política de humanização como um ofertamento de um instrumental composto por princípios, método, diretrizes e dispositivos, o qual acreditamos potente para disparar movimentos de construção da Política Pública de Saúde Brasileira. Por outro, circulam e se misturam vários sentidos, ‘políticas de humanização’ se fazendo no cotidiano, produzindo práticas diversas que, inclusive, podem estar em descompasso com o próprio ideário da PNH. Pensamos que observar este paradoxo e realizar essas críticas é pertinente e

²⁷ A exemplo disto temos as várias edições de suas cartilhas, que podem ser encontradas no endereço eletrônico do Ministério da Saúde. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1342. Acesso: 09 de Maio de 2009.

se faz não como quem desacredita nesta Política, mas, ao contrário, para que o movimento na qual ela é pensada possa ter continuidade. Pensamos, assim, que mais do que afirmar o nome de uma Política, o importante é fortalecer os movimentos inventivos de expansão da vida que se dão no cotidiano. Ressaltamos, então, a importância de tomar estas críticas como analisadores institucionais²⁸ que nos permitam pensar o que, sob o signo²⁹ da PNH, se movimenta ou se paralisa.

A PNH tem disponibilizado uma série de dispositivos³⁰ e investe num modo de fazer saúde apostando no fomento de grupidades e inclusão dos diversos atores que compõem o cenário da saúde. Concebe, neste modo de fazer, a inseparabilidade entre gestão e atenção, clínica e política, produção de conhecimento e mudança nas práticas (BRASIL, 2008). Neste sentido, a PNH se coloca como uma interessante proposta que se alinha ao que apostamos nesta pesquisa, ou seja, esta dimensão ético-estético-política que vimos apontando em nosso texto. Tomá-la como *locus* de pesquisa se deu, então, por acreditarmos que este poderia ser um espaço de provocações, de problematizações acerca dos processos de formação e de trabalho no campo da saúde. Pareceu-nos potente também a abertura para uma discussão do que entendemos por humano e o que queremos dizer quando falamos de práticas humanizadas. Este tem sido um nó na própria discussão sobre a PNH, um tema caro que implica correremos alguns riscos e enfrentarmos questões complexas.

Por um lado, com a temática que vimos aqui fazendo transversalizar em nosso texto, colocamos a urgência de discutir a criação de outros modos de viver, de conviver, de trabalhar, de formar, de pensar, de sentir, de amar, enfim. Pensamos que ser humano implica esta dimensão constitutiva, esta criação de possibilidades

²⁸ Analisadores institucionais são acontecimentos que simplesmente irrompem em determinadas situações ou que podem ser forçados numa intervenção institucional e que colocam em xeque determinados modos de funcionamento, expondo as forças em jogo na composição de determinado campo. Segundo Rodrigues (2004), os analisadores “[...] *catalisam ou precipitam (em um sentido quase químico) o que até então se encontrava disperso*” (p. 148).

²⁹ Para Proust (**apud** DELEUZE, 1987) signo é antes de tudo o que nos força a pensar, é o que, nos encontros, violenta-nos em direção à criação de sentido. “*O signo implica em si a heterogeneidade como relação*”. Trago o conceito de signo aqui para pensarmos que a PNH, antes de ser significada como uma política, um programa, ela emite signos. E é no encontro entre estes e os sujeitos que vai se construindo os sentidos e o funcionamento da própria PNH.

³⁰ “Por dispositivos entende-se a atualização das diretrizes de uma política em arranjos de processos de trabalho. [...] são postos a funcionar nas práticas de produção de saúde, envolvendo coletivos e visando promover mudanças no modelo de atenção e de gestão” (BRASIL, 2008: 06).

que nos permitem – e às vezes nos forçam, diante do intolerável – a nos reinventar. Acreditamos que romper um modo fatalista de conceber as coisas – *“isto não tem jeito”, “tem que ser assim”, “sempre foi assim”* – é trazer à cena esta discussão e é isto, em última instância, o que nos moveu nesta pesquisa: desde uma ética de potência vital pôr em análise e reinventar. Acreditamos que uma política, ao trazer em seu nome ‘humanização’, oportuniza esta discussão, mas não a garante e nem poderia garantir, pois lembremo-nos: a PNH não existe por si só, ela existe nos modos e formas que a colocamos para funcionar.

Por outro lado, fazendo o contraponto, questionamos o quanto a Humanização ao ser tomada não como este movimento constitutivo, mas como qualificação/denominação das práticas – *“o serviço tal é humanizado”, “nosso atendimento é humanizado”, “precisamos humanizar esta unidade”* – pode funcionar reiterando dicotomias que pretendemos superar: o certo e o errado, o bom e o ruim, o humanizado e o desumanizado. Recorrer à argumentação de que este entendimento não corresponde à Política e que, portanto, trata-se de incompreensão ou falta de conhecimento sobre esta, nos parece ser uma solução sedutora e fácil. Parece-nos igualmente recair nos problemas dados na medida em que mais uma vez se relega aos ‘indivíduos’ a responsabilidade pela não efetivação da Política como se a sua própria sistematização/produção/operacionalização não tivesse nada a ver com tais entendimentos e práticas.

Entendemos que nos movemos num campo onde sempre fazemos escolhas, escolhas de modos de viver que podem tender tanto para a expansão da vida quanto para sua mortificação, tanto para a criação de modos singulares de existência quanto para a reprodução do Capital³¹. Entendemos que sempre estamos implicados³² e que, portanto, precisamos avaliar o que se passa nos lugares que

³¹ Reprodução de uma lógica – capitalística – que tem como grande mote sobrecodificar os diferentes resultados dos *processos de singularização*, garantindo modos de viver afins aos modos hegemônicos de produção de bens e serviços: a produção de subjetividade é tomada como a própria *matéria-prima* de sustentação desse sistema (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

³² Estar implicado não é estar engajado, o que seria um sentido individual voluntarista. A Análise Institucional o toma como um conceito-ferramenta que põe em evidência um *“nó de relações”*, sempre presentes, que podem facilitar, dificultar, permitir, impedir uma e outra ações. Nesse sentido, o importante não é a implicação em si – sempre se está implicado – mas a *“análise de implicação”* (LOURAU, 2004a: 190). Sobre isto, Coimbra (1995) nos diz: *“[...] trata-se de encontrar um método de*

habitamos/transitamos e as práticas que empreendemos. Realizar isto é atentar para os efeitos³³.

É novamente Foucault [...] quem nos advertiu que as teorias – e incluiríamos aí as técnicas –, por mais bem intencionadas que sejam, não nos livram de produzir desastres e destruições. Por isso é que recomendava ser necessário “*a cada instante, a cada passo, confrontar o que se pensa e o que se diz com o que se faz e o que se é*” (HECKERT, 2008: p. 213-230).

2.1 FORMAÇÃO E PNH

‘Formação & Pesquisa’ se configura como um dos eixos em que a PNH se organiza (BRASIL, 2008) e suas ações neste sentido têm sido bastante diversificadas. Além de sua difusão por meio de cartilhas e trabalhos de consultoria, têm-se experiências de Câmaras Técnicas de Humanização (CTH), Seminários Nacionais, ‘Mostra Itinerante HumanizaSUS’³⁴ e alguns cursos de formação-intervenção de apoiadores institucionais pela PNH, entre outros. Há também parcerias com alguns programas de pós-graduação em Universidades Federais que tenham projetos de estudo sobre temáticas relacionadas a esta Política.

Estive como bolsista da PNH durante um semestre em meu percurso no mestrado. Neste período, trabalhei na organização do primeiro seminário de humanização (“A Humanização do SUS em debate”), ocorrido em Vila Velha (ES) em Junho de 2008. Neste evento, acompanhei discussões de pesquisadores dos principais núcleos de estudo do país, sobre a PNH no contexto do SUS. Compus também a organização local da “Mostra Itinerante do HumanizaSUS”, uma ação de difusão da PNH por meio de experiências do “SUS que dá certo”. Por um lado me encantou a possibilidade de encontros e toda a discussão fomentada por estas iniciativas. Por outro, muito me incomodavam falas, modos de apreensão/produção da ‘Política de Humanização’ que a colocam como ‘salvadora da pátria’, aquela que, enfim,

análise das implicações que, em cada situação particular, possamos nos situar nas relações de classe, nas relações de poder, em vez de nos fixarmos cristalizados numa posição científica” (p. 66).

³³ Rompendo com o binômico causa-efeito, a Análise Institucional trabalha com a idéia de *efeitos contingenciais*, resultantes de um campo de forças (RODRIGUES, 2004).

³⁴ Essa Mostra percorreu alguns estados brasileiros, sendo o Espírito Santo o primeiro a recebê-la.

resolveria todos os problemas do nosso SUS. Acreditamos, assim como é a aposta da 'Humanização', nos movimentos, num modo que propicie criação de formas singulares de lidar com as questões locais e que só pode se dar ao desnaturalizarmos uma série de concepções cristalizadas sobre saúde, doença, cuidado, trabalho, formação e sobre a própria 'Humanização'.

Assim como Eduardo Passos (2009)³⁵ assinala a 'Rede HumanizaSUS' como dispositivo que permite acessar outros dispositivos, podemos pensar que a PNH também se coloca como um dispositivo em potencial para que outros possam ser acionados, sejam eles já sistematizados/ofertados pela própria PNH, ou não. Porém, ainda que ressaltando sua emergência a partir de um movimento social e apostando na continuidade dessas trocas, não podemos negar que a PNH, como política proposta pela máquina do estado, enfrenta processos de institucionalização³⁶. Estar atento a isto, para nós, coloca-se como crucial na medida em que é acompanhando e avaliando este processo, as capturas e modelizações que se fazem, que podemos também nos manter sensíveis ao que escapa às prescrições, às divergências que permeiam e que também compõem e potencializam este cenário.

Precisamos, então, avaliar os efeitos desta 'Política', como ela tem sido posta em funcionamento no dia-a-dia, que discursos e outras práticas veicula e engendra. Se apostamos que a potência de uma política como a PNH se faz no que ela dá passagem, no que ela é meio, não podemos encerrá-la em si mesma: a 'Humanização' não pode ser um fim, sob o risco de tornar-se um modelo e fazer valer o princípio social de equivalência, um

[...] processo mediante o qual forças sociais, até então marginais ou minoritárias, passam a ser reconhecidas pelo conjunto das forças sociais instituídas. As forças dominantes aceitam o instituinte para poder integrá-lo, torná-lo equivalente às formas já existentes; anuná-

³⁵ Fala gravada e disponibilizada em vídeo na rede 'HumanizaSUS', rede virtual da PNH, que permite compartilhamento de experiências. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HA1PAAC4tHo&NR=1>. Acesso: 09 de Maio de 2009.

³⁶ Sobre a institucionalização, Lourau (**apud** COIMBRA, 1995) nos fala que não se trata de "[...] uma queda, [de] uma enfermidade; é o resultado da ação do princípio da equivalência que rege a vida social e cujo o corolário é o efeito Mülhmann" (p. 69). Mülhmann se referindo aos movimentos religiosos messiânicos, fala da institucionalização de forças sociais dinâmicas, fazendo surgir em seu lugar normas e estruturas organizacionais, uma sacralização, não sendo contrária ao movimento, mas um "cadáver esquisit" (LOURAU, 1977).

lo, reconhecendo-o. Este é o grande risco que, após 1973, se coloca para a Análise Institucional (COIMBRA, 1995: 69).

Acreditamos que essa aposta na potência da ‘Política’ só se torna possível quando mantemos atitude problematizadora. Neste sentido é importante perguntar: para afirmar os princípios da PNH e não encerrá-la num modelo, não teríamos que questioná-la o tempo inteiro, ponderando crítica e continuamente com seus termos? Como se pode incluir diferentes participações – conforme o método da tríplice inclusão: sujeitos, analisadores sociais e coletivos³⁷ – e não apenas se apropriar do ‘incluso’ para reafirmar a ‘Política’ pela ‘Política’ (a ser aplicada)? É a PNH que queremos reafirmar ou os movimentos que se dão no cotidiano e dos quais, inclusive, nos servimos para construir a ‘Política’?

Guattari e Rolnik (2005) apontam algo que parece pertinente abordarmos nesta discussão: a diferenciação e, ao mesmo tempo, uma imbricação entre ‘identidade’ e ‘processos de singularização’³⁸. Dizem os autores que o que a subjetividade capitalística suscita não é o processo de singularização, mas o resultado deste que, sendo capturado, reconverte as diferenciações em quadros de referência identificáveis. Questionamo-nos, então, se junto a um movimento que se pretende de discussão e de visibilidade de experiências singulares, que é preconizado pela ‘Política’, não estamos muitas vezes operando uma identificação.

Neste momento, lembro-me de ‘plaquinhas’ em serviços de saúde que indicam ‘atendimento humanizado’. Pergunto-me se não estamos também acionando um movimento de rotulação – HUMANIZADO – e, diante disto, ao identificarmos e valorizarmos ‘ações de humanização’ não estaremos propiciando o esfriamento de tantas outras experiências locais que não tenham esta marca/chancela? Não estaremos nós criando também o ‘ISO-humanização’³⁹?

³⁷ Método inclusivo preconizado pelo ideário da PNH (BRASIL, 2008: p. 24).

³⁸ Singularização, segundo Rolnik (2007), não se refere a individualidades ou a uma identidade, mas a processos de composição que tratam do modo como as forças de um determinado momento histórico atravessam os corpos. É o processo pelo qual se atualizam os possíveis, os quais não poderiam ser previstos, pois ao invés de se darem como realização de um projeto, são efeitos de acontecimentos inéditos (LAVRADOR, 2006; ZOURABICHVILI, 2000).

³⁹ Popularmente conhecemos as ‘ISOS’ dos programas de padronização e qualidades utilizados em empresas. Aplicada a produção de produtos e prestação de serviços, padronizam-se procedimentos,

Aquilo que eu chamo de processos de singularização – poder simplesmente viver, sobreviver num determinado lugar, num determinado momento, ser a gente mesmo – não tem nada haver com identidade (coisas do tipo: meu nome é Félix Guattari e estou aqui). Tem haver, sim, com a maneira como em princípio todos os elementos que constituem o ego funcionam e se articulam; ou seja, com a maneira como a gente sente, como a gente respira, como a gente tem ou não vontade de falar, de estar aqui ou de ir embora (GUATTARI e ROLNIK, 2005: p. 80-81).

Pensar a formação em ‘Humanização’ traz para a cena estas questões. Não dar-lhes visibilidade, não falar sobre elas, é nos furtar de encontrar canais para enfrentar os paradoxos que esta política traz em sua efetivação. O desafio que nos soa aqui é o de como efetuar uma radicalidade crítica que não caia no esquema de oposições. Como não nos paralisar em movimentos que alucinam “*um para sempre feliz*” ou que sejam desconstrutivos a tal ponto que não permitam criar novos territórios? Pensar a formação tomando como referência a cognição inventiva (KASTRUP, 2007) nos força a pensar além dos binarismos e superar tendências totalizantes – ‘ou isso, ou aquilo’.

A aposta incide, então, numa crítica que seja forte, que force deslocamentos e, que não colocada como simples oposição, possa constantemente oxigenar o quê, inevitavelmente, em toda política tende a cristaliza-se, a endurecer. Trata-se de uma agonística que nos desafia a habitar um fio de navalha, um equilíbrio, como nos diz Lavrador (2009)⁴⁰, que se faz em corda bamba.

2.2 FORMAÇÃO DE APOIADORES INSTITUCIONAIS NO ES: LINHAS GERAIS

O curso que acompanhamos se caracterizou numa proposta de formação-intervenção efetivada numa parceria entre Ministério da Saúde (MS), Política

características que refletem uma qualidade desejada e meios de acompanhamento e regulação desses processos. Dentre elas, é muito conhecida a ‘ISO-9000’ que, como as similares, é propagandeada como indicador de qualidade da empresa que o *possui*, o que se reverteria em maior credibilidade diante do chamado ‘Mercado’, mais vendas e maior lucro.

⁴⁰ Fala da professora Cristina Lavrador em uma banca de qualificação do Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional – UFES, em Março de 2009. O trabalho a que se refere é o do colega psicólogo Cleilson Teobaldo dos Reis que discute a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Nacional de Humanização (PNH), Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Recebeu o nome de “Curso de Formação em Humanização para a Atenção e Gestão em Saúde: construindo redes de produção de saúde”. Visava formar 130 trabalhadores da rede de saúde do estado para atuarem como multiplicadores da PNH em suas localidades de trabalho na lógica do apoio institucional⁴¹. Desta forma, o curso se colocou como um ofertamento tanto para qualificar/instrumentalizar os profissionais no sentido de lidarem com as questões que enfrentam em seu cotidiano de fazer-saúde, como também como uma estratégia de sustentabilidade da própria PNH, na medida em que, por meio destes atores, aumenta sua capilaridade na rede de saúde (BRASIL, 2008).

A equipe de formadores foi composta por pessoas que já participaram de uma iniciativa de formação de apoiadores institucionais pela PNH no ano de 2006 e por pessoas que, por outros meios, já tinham aproximação com esta Política. Como parte já da efetivação do curso, estes formadores passaram por um momento inicial de formação, composto por encontros, alguns dos quais pude estar presente. Este momento foi destinado tanto para pensar/construir conjuntamente o desenho do curso, realizando ajustes, definindo atividades e elaborando o desenvolvimento desta função de formador, como por uma forma de debater e criar uma referência teórico-conceitual que balizasse o curso. Neste sentido, aconteceram algumas oficinas temáticas em que estiveram presentes consultores da PNH. Desde este momento a proposta era de uma construção conjunta, em que todos estavam convidados a pensar/produzir a efetivação do curso de formação.

O curso foi realizado em nove módulos temáticos, com encontros mensais de um dia e meio, sendo o restante do último dia destinado a reunião interna dos formadores para avaliação do trabalho e reorientações de caminhos a partir do que se passava nos encontros. Intercalados a estes grandes encontros, aconteceram também encontros menores, que duravam um dia e foram denominados de “dispersão”. A dispersão se caracterizava pelos trabalhos com as Unidades de Produção (UP's). Como o curso envolveu trabalhadores da saúde de várias localidades do estado,

⁴¹ Abordaremos a lógica do apoio institucional mais adiante neste texto ao trabalharmos os dados produzidos na pesquisa.

foram divididas três macro-regiões (macro-norte, macro-centro e macro-sul), nas quais foram formados sub-grupos, as chamadas UP's.

O desenho das UP's baseou-se tanto nas conexões e possibilidades de fomento de redes de saúde, como para facilitar o desenvolvimento dos projetos de intervenção durante o curso. O trabalho em grupos menores também possibilitou um acompanhamento mais de perto por parte dos formadores que ficaram como referência para cada um destas UP's.

Houve reuniões entre os formadores para planejar e avaliar os trabalhos na medida em que estes iam sendo desenvolvidos. Inserimo-nos em todos estes momentos, ou seja, nos grandes encontros (reunião de todas as macro-regiões), nos encontros de dispersão (composta pelas UP's de cada macro-região) e nas reuniões de planejamento e avaliação dos trabalhos realizados pelo grupo de formadores. Nos momentos de dispersão acompanhamos especificamente uma Unidade de Produção da macro-região centro, composta por trabalhadores de diversos serviços de saúde da grande Vitória (Vitória, Cariacica, Serra e Vila Velha). Tal escolha foi motivada pela facilidade de acompanhar os trabalhos, tendo em vista que as dispersões desta macro-região se deram na grande Vitória, bem como por acreditarmos que qualquer uma das UP's que nos inseríssemos traria questões pertinentes ao campo de estudo.

2.3 PROCEDIMENTOS / INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Coerente com a perspectiva de que habitando um campo vamos participando da produção deste, nossos procedimentos e instrumentos de pesquisa não são referentes a uma *coleta* de dados, mas a sua *produção*. Deste modo, a pesquisa é também intervenção. Nas palavras de Passos e Eirado (2009),

É pela desestabilização das formas, pela sua abertura (análise) que um plano de composição da realidade pode ser acessado e acompanhado. Trata-se de um plano genético que a cartografia desenha ao mesmo tempo em que gera, conferindo ao trabalho da pesquisa seu caráter de intervenção (p. 109).

Já anunciado o método cartográfico, aqui apresentaremos brevemente os instrumentos que permitiram disparar conversas, acompanhar os movimentos de modo a facilitar a composição de análises sobre a temática 'formação e trabalho na saúde'.

Utilizamos como instrumento de produção de dados o diário de campo, a análise documental, entrevistas individuais e em grupo e grupos de discussão. A confecção de tais instrumentos foi sendo requisitada pelo próprio movimento do campo de pesquisa.

Uma das fontes de nosso trabalho foi gerada por meio de uma observação / participação nas atividades de formação e trabalho em todas as modalidades de encontro do Curso de Formação de Apoiadores Institucionais pela PNH já mencionados nesta dissertação. Fomos compondo a produção de um **diário de campo**, uma espécie de registro que não traz apenas informações objetivas dos acontecimentos, mas impressões, sensações, fragmentos de conversas, intensidades, verdadeiros palimpsestos sentimentais, que nos in(forma)m sobre como os processos vivenciados, as forças de composição do campo nos tocam, tocam em nossos valores e práticas.

Importante, também, foram as **leituras e análises de documentos** produzidos no curso, como as atas de reuniões, memórias dos encontros, bem como do material de apoio ao desenvolvimento das ações pedagógicas do curso. Este último material foi nomeado de 'Kit das UP's' e foi montado pela pareceria entre os formadores e consultores da PNH que deram suporte/apoio para realização do mesmo.

No decorrer da pesquisa, participando dos diferentes momentos de formação, foi tornando-se imprescindível conversar mais de perto e mais longamente com alguns atores participantes do curso. Sentimos necessidade de poder fazer desdobrar nessa conversa questões que se anunciavam nos espaços de participação/observação, mas que nem sempre ganhavam um corpo, uma textura mais evidenciada nos momentos em que o grupo participante do curso estava reunido. O **momento das entrevistas** configurou-se, assim, como um tempo-duração de análise coletiva daquilo que estava sendo experimentado, sejam pelos formadores, pelos formandos, seja pela própria pesquisadora.

A matéria-prima para a confecção de um **roteiro de questões para entrevista** foi gerada na participação / análise nos encontros e leituras documentais já mencionados. Foram entrevistados trabalhadores-formadores e trabalhadores-formandos do curso⁴². Algumas entrevistas foram realizadas individualmente, outras contaram com a presença de um pequeno grupo, aproximando-se da idéia de um grupo focal. Os trabalhadores-formadores foram entrevistados no primeiro formato, já os trabalhadores-formandos em composições de grupo.

O roteiro elaborado trazia questões que nos pareciam pertinentes às temáticas de formação e trabalho na saúde pública, bem como sobre a PNH neste contexto (vide anexos). Optamos por trabalhar com este tipo de plano de questões por entendermos, desde uma perspectiva cartográfica, que o campo ao se fazer pode trazer questões de extrema importância não antevistas pelo pesquisador e assim o roteiro porta uma abertura que pode incluí-las. Ao mesmo tempo, o roteiro nos permite trabalhar com pontos de partida para desdobrar análises, assegurando que questões cruciais para a pesquisa fossem discutidas.

É importante destacar ainda que o procedimento de entrevistas com roteiro diverge de seu uso habitual perspectivado como busca da composição de um retrato fiel de um campo ou de uma realidade. Lançamos mão do roteiro de entrevistas como um instrumento que oportunizasse o momento de diálogo, que é também de produção / formação e não um momento descritivo de coisas que se passavam ou se passaram.

No que concerne aos critérios de escolha dos entrevistados, temos que os trabalhadores-formandos entrevistados eram componentes da UP acompanhada por esta pesquisadora, ou seja, já tínhamos um percurso de discussão coletiva e uma familiaridade com as questões de trabalho trazidas por eles em outros momentos. Já em relação aos formadores, optamos por conversar com aqueles que já tinham uma

⁴² Optamos por usar essa nomenclatura para distinguir as funções dos integrantes do curso. No entanto, no momento em que discutiremos os dados referentes à formação faremos algumas observações no uso desses nomes que são pertinentes à discussão proposta.

caminhada em processos formação, especialmente por meio de ações da Educação Permanente em Saúde (EPS)⁴³.

Finalmente, procuramos efetivar um **Grupo de discussão** com colegas pesquisadores da UFES que trabalhavam com a PNH, processos de trabalho e/ou formação na saúde. Nestes encontros realizamos discussões acerca de conceitos relevantes para a temática – funcionando como grupo de estudos, bem como compartilhamos análises de nossas vivências no campo – funcionando como uma espécie de grupo de ‘supervisão’. A ideia era a de um grupo que permitisse uma análise coletiva dos processos vivenciados nas atividades de pesquisa, especialmente no tocante à análise de implicação do pesquisador no campo pesquisado.

Feita uma breve apresentação da perspectiva cartográfica que guia nosso trabalho de pesquisa e dos instrumentos utilizados no processo de sua realização, nos dedicaremos no próximo capítulo a discutir e analisar questões sobre trabalho e formação na saúde mesclando com os dados da pesquisa de campo emergentes neste percurso.

⁴³ A EPS constitui uma das Políticas ofertadas pelo MS, responsável por alguns processos formativos dos trabalhadores da Saúde. A EPS tem uma metodologia de trabalho embasadas nas chamadas Rodas de Discussão a serem realizadas nos locais de trabalho. Esta pesquisadora percebe consonâncias e dissonâncias entre os modos de entender/fazer formação na EPS e os modos-movimentos na PNH. Podemos dizer que as diferenças se apresentam na efetivação dos processos. A Educação Permanente parece se preocupar mais com processos informativos, mais ocupados com a metodologia e ramificação de informações estratégicas na atenção em saúde, sem dúvida, também importantes. A Humanização parece enfatizar mais o processo de construção/discussão de uma grupalidade, de um certo modo de analisar e fomentar mudanças nos processos de trabalho, por meio do ofertamento/criação de dispositivos de discussão coletiva. Ficamos a indagação: podemos dizer que as frentes da EPS e da PNH compõem mais coincidências ou dissidências de esforços na Política Pública em Saúde?

3. PROCESSOS DE TRABALHO E FORMAÇÃO EM SAÚDE

3.1 ENTRADA A – TRABALHO NO CONTEMPORÂNEO



Os operários⁴⁴

- Pai, porque que os adultos reclamam tanto do trabalho?
- Bom, minha filha, quando você crescer provavelmente você também vai reclamar.
- Mas eu não vou trabalhar! Se for pra ficar reclamando, eu não vou trabalhar!

Esta breve conversa entre pai e filha, relatada numa das entrevistas em nossa pesquisa, dá passagem a alguns questionamentos importantes no tocante à discussão sobre formação e trabalho. Uma pequena criança coloca em xeque a naturalidade de um certo modo de conceber o trabalho e de ser trabalhador, expondo-nos a um movimento de análise que não se faz necessariamente por um *expert* no assunto. O que indaga o ingênuo e potente diálogo: o trabalho é necessariamente sofrimento? É possível fazer do trabalho algo que não apenas fonte de reclamação, de desprazer? O que faz no contemporâneo o trabalho ser tão sofrido? O que faz com que, apesar do sofrimento e para além da simples sobrevivência, o trabalhador continue a se dedicar às ações de trabalho?

No campo da saúde pública nos deparamos frequentemente com frases de trabalhadores e situações que indagam: “Como se cuida de alguém quando se sente descuidado? Como se produz saúde em situações de trabalho que produzem

⁴⁴ Obra de Tarsila do Amaral (1933). Disponível em: <http://www.google.com.br/search?q=tarsila+do+amaral+oper%C3%A1rios&hl=pt-BR&biw=1280&bih=568&prmd=ivnso&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=WKoyTpaZM4rI0QHGIq2IDA&ved=0CCIQsAQ>. Acesso: 08 Set. 2010.

adoecimento do trabalhador? Como oferecer um atendimento (cuidado) humanizado sem a humanização se fazer nas condições e relações de trabalho?”

A conversa que pretendemos trazer aqui diverge da apresentação de um modelo explicativo que possa solucionar todos os impasses ou responder de uma vez por todas essas primeiras indagações. O trabalho, o trabalhar, sendo uma ação transformadora tem sido tratado/analísado de diferentes modos. É preciso observar, no entanto, que não apenas as formas de tematização divergem, mas a experiência de trabalho vai se modificando ao longo dos tempos – as formas de trabalhar, sua conceituação, as formas de remuneração e os sentidos que assume.

Com isso dizemos desde já que o trabalho não se dá necessariamente como uma categoria a ser decifrada e *sobre* a qual se gera conhecimentos. Tomamos o trabalho como um vetor complexo que nos exige analisá-lo de acordo com o que em nosso tempo o presentifica. Nessa perspectiva, não pensamos o trabalho em termos de uma natureza, do que ele é em si, mas, sim, um misto⁴⁵ que assume diferentes nuances, formas, lógicas... a partir das transformações sociais que o interpelam.

Dizer que o trabalho nem sempre foi o mesmo não é marcar uma evolução progressiva do que seria um trabalho substantivado, mas afirmar, ao contrário do que se quer uma perspectiva representacional da realidade, a dimensão ontológica da experiência de trabalho, a partir da qual co-emergem trabalho e trabalhador.

Nem sempre tivemos trabalho assalariado, nem emprego formal, nem garantias trabalhistas, nem tecnologias associadas como o uso de máquinas e produtos químicos. Nem sempre foi possível – e ainda hoje em determinados lugares não o é – a mulher exercer determinadas ações laborais, nem sempre, e nem em todos os lugares, temos a convicção de que o trabalho infantil e/ou escravo deva ser erradicado. Divergem, ainda, os recursos e as aptidões tidas como necessárias para realização de determinados trabalhos, bem como as formações que estes carregam e os efeitos que produzem.

⁴⁵ Usamos a idéia de misto para trazer a multiplicidade constitutiva de um evento. Tal idéia se inspira na concepção de Bergson (apud DELEUZE, 1999) para quem o misto é um acontecimento, cuja análise em termos de *tendências* ou *puras presenças* propicia uma ultrapassagem do fato da experiência em direção às condições da experiência.

Uma pluralidade de composições com o labor vão surgindo e dessacralizando essa atividade humana vital, evidenciando que os atores (que ‘fazem’) exigem cuidados: discursos que afirmam que o trabalho ‘dignifica o homem’ passam a conviver com críticas sofisticadas sobre o processo saúde-doença; novos instrumentos avaliativos para diagnóstico de doenças e agravos relacionados ao trabalho, antes inexistentes, compõem instrumental de fortalecimento dos processos de saúde; o fenômeno do desemprego e novas lutas sociais diretamente ligadas ao labor⁴⁶ proliferam-se e acirram o jogo de forças... Isso para citar apenas alguns exemplos.

Junto com alguns autores (BARROS; BENEVIDES, 2007; FONSECA; BARROS, 2010) partimos, então, de um entendimento de trabalho como processo configurado contingencialmente, uma prática de transformação em que se realiza, a um só tempo, a **produção de objetos** (físicos – utensílios, carros, livros – e não-físicos – cuidado em saúde, conhecimento, práticas de formação) e a **produção de subjetividade** (modos de ser trabalhador, de se relacionar com os outros, com as circunstâncias que nos cercam, com os valores e práticas implicados no labor).

Divergimos, neste sentido, de produções que tomam o trabalho como categoria abstrata, conferindo-lhe uma natureza e ocupando-se em marcar regularidades, invariâncias de um trabalho ideal. Para nós, o trabalho se constitui como vetor crucial de subjetivação contemporânea. Nossa primeira implicação com a temática do labor humano é, então, afirmar a insuficiência de procedermos um estudo sobre a temática de modo apenas descritivo, objetivando testar hipóteses e estabelecer leis que permitam explicar seu funcionamento para posterior intervenção no ‘campo do trabalho’. Por isso optamos por denominar nossa temática de modo a marcar sua processualidade – *processos* de trabalho. No entanto, se por um lado desejamos proceder a um desvio em relação aos estudos generalistas sobre o trabalho, por outro a incidência de tais estudos produz efeitos neste campo que precisam ser

⁴⁶ Lutas por trabalho digno (melhores condições de trabalho e salário, pela redução de carga horária sem redução de salário), pela ampliação de concursos públicos, pelo reconhecimento de algumas atividades (a exemplo das(os) profissionais do sexo), o reconhecimento jurídico de práticas desrespeitosas (assédio moral, constrangimentos), reconhecimento de elementos psíquicos, emocionais e relacionais no estabelecimento de nexos causais entre determinados agravos / doenças e certas atividades laborais), lutas por maior participação dos trabalhadores em decisões relacionadas ao coletivo, dentre outras.

considerados ao tratamos de sua processualidade, composta também por essas generalizações e forças generalizantes.

Ressalta-se, ainda, que pesquisar o trabalho por meio de sua contingencialidade, ou seja, por meio das produções laborais engendradas na rede social de um determinado momento, não inviabiliza, porém, a produção e sistematização de um conhecimento, a abertura de linhas de análise. A aposta é realizar um estudo, uma pesquisa, um trabalho, enfim, que contribua no sentido de se colocar como instrumento para o fortalecimento de análises locais sobre os processos de trabalho em curso. Trata-se de um interesse em **fazer saltar** de onde aparentemente se tem apenas homogeneidade – evolução progressiva, intervenção *sobre a realidade* num sentido adaptativo – a **heterogênese** própria do plano constitutivo das formas⁴⁷, as **irregularidades** e as **disrupturas** que inscrevem no trabalho seu sentido de acontecimento⁴⁸ e fabricação própria do real.

Dada a complexidade da temática precisamos fazer um recorte para melhor analisar alguns aspectos que entendemos fundamentais ao tratar do trabalho em saúde pública. Nesse sentido, abordaremos o trabalho no atual contexto do capitalismo, tomando para isso produções de Michel Foucault, Michael Hardt, Antônio Negri, Eduardo Passos e Regina Benevides. Em nosso percurso também contamos com alguns elementos da Ergologia e da Clínica da Atividade – desenvolvidas, respectivamente, por Yves Schwarts e Yves Clot – para nos ajudar a pensar modos de pôr em análise as atividades de labor. Nesse caminho, contamos, ainda, com as importantes contribuições de Elizabeth Barros e Tânia Galli Fonseca. E, como nosso estudo se dá no campo da saúde pública, não poderíamos deixar de mencionar como autores da Saúde Coletiva têm abordado a temática. Assim, além de contar com os documentos da PNH, traremos alguns trabalhos de Gastão Wagner de Campos e Emerson Mehry.

⁴⁷ Temática apresentada na nota 19, em que Escóssia (2009) fala sobre o plano coletivo de produção.

⁴⁸ Aqui tomamos por influência o conceito de acontecimento em Foucault trabalhado por Revel (2005) que nos diz do acontecimento como a “irrupção de uma singularidade”. Para nós, então, a acontecimento é a marca de uma transformação qualitativa, gestada, não evolutiva, não sequencial, mas, sim, uma composição imprevisível, um resultado sempre provisório decorrente de um campo de forças.

Trabalhador: uma vítima do capitalismo?

As transformações produtivas correlacionadas ao desenvolvimento capitalista inauguram um modo de tratar e organizar os processos de trabalho pautados em sua 'devida' administração, tendo como pilar a lógica científica. Previsão, controle e homogeneização da produção são marcas/estratégias de um conjunto de referências conceituais das quais são mais conhecidas o taylorismo e o fordismo. Inscritos neste paradigma moderno cientificista, tais produções são, ao mesmo tempo, gestadas por práticas aliançadas com forças do Capital e fomentadoras dessas mesmas práticas. Sem pretender aqui discorrer pormenorizadamente sobre tais correntes de pensamento, nos interessa marcar o que nos diz Fonseca e Barros (2010: p. 102)

[...] nesse regime, a “maquinica” do trabalho busca engolir os corpos, anulando suas diferenças, transmutando-os, assim, em massas informes, sem rosto e sem nome, apenas força de trabalho a ser dirigida por uma força exterior, alienante e arbitrária, mas que se insinua como sendo própria daquele a quem invade e captura [...]

O trabalho e o trabalhador passam a ser concebidos e tratados como categorias a serem talhadas, desconsiderando a vida e seu desenrolar que pulsam para além de todas as padronizações e procedimentos.

No entanto, a complexidade intrínseca da temática do trabalho, os problemas cotidianos e a formação de grupos informais no ambiente de trabalho atuaram constringendo a racionalidade científica. Paulatinamente a organização da empresa moderna se modifica. A racionalidade dura do taylorismo teve que ser abrandada na administração do processo produtivo. O crescente dinamismo do mercado também foi requisitando o desenvolvimento de outros modos de produção.

Tratando desta diferenciação, Hardt e Negri (2005) nos dizem que o investimento no processo produtivo passará a recair sobre a restrita e lenta conexão entre a produção e o consumo característico das rígidas tecnologias e procedimentos do modelo industrial. A ênfase será dada, a partir de então, não mais à cadência e ao ritmo regular de produção e sim, à plasticidade, à capacidade de responder rapidamente às demandas do mercado, fomentando o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informatização (ROSA, 2006). Segundo Hardt e Negri (2005)

O papel central previamente ocupado pela força de trabalho de operários de fábrica na produção de mais-valia está sendo hoje preenchido, cada vez mais, por força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa (p. 48).

A dimensão afetiva, antes rechaçada no processo de trabalho, será agora alvo de investimento da economia produtiva, ocorrendo toda uma alteração dos espaços e do tempo. Com as nítidas delimitações de outrora concorrem, na contemporaneidade, o espaço-tempo da virtualidade com as instituições totais⁴⁹, as instituições flexíveis da modernidade líquida⁵⁰ com o poder disciplinar e o biopoder característico da “sociedade de controle” descrita por Deleuze (2000).

Novos sistemas de produção que incorporam valores como a cultura organizacional e a ênfase no “fator humano” passam a ganhar destaque. Barros (2004) nos diz que a própria Psicologia foi chamada a colaborar nos estudos e desenvolvimento de novas tecnologias gerenciais comprometidas com o controle mais sutil e eficiente dos aspectos, frequentemente, nomeados por ‘subjativos’.

Em “Um método para análise e co-gestão de coletivos”, Campos (2000) faz uma reflexão sobre os efeitos produzidos a partir de uma reorganização dos processos de trabalho pautados na reengenharia organizacional. Esta se caracteriza pela flexibilidade na automação, o desenvolvimento de programas de qualidade total e a utilização da informática e terceirização de serviços, num cenário em que se tem agravado o desemprego estrutural, o enfraquecimento do poder dos trabalhadores e dos dispositivos coletivos de luta.

Redefine-se, desde então, o perfil exigido aos trabalhadores, requisitando-se habilidade de trabalhar em equipe e de empreender parcerias, realizar múltiplas funções, apresentar capacidade criativa e conhecimento. O desenho da produção, no entanto – valorizando, simultaneamente, a polivalência e a especialização,

⁴⁹ Conceito desenvolvido por Goffman (2003) para designar locais em que pessoas em semelhante situação são separadas do convívio social por determinado tempo, sendo submetidas a uma lógica fechada e formal de administração da vida.

⁵⁰ Conceito desenvolvido pelo sociólogo Bauman (2001) para designar a alta mobilidade e o permanente fluxo de lógicas de funcionamento que, como líquidos, não são facilmente contidos. Eles “...contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho” (p. 08).

mantém, muitas vezes, a lógica do desempenho de tarefas desconexas que produz como efeito o desconhecimento do sentido geral do processo produtivo.

Campos (2000) considera, então, que, no que tange à rigidez, o taylorismo foi ultrapassado. No entanto, acredita que o envolvimento das equipes de trabalho nas questões produtivas representa uma ampliação aparente da autonomia dos trabalhadores, já que restringe a sua participação à resolução de problemas específicos segundo a perspectiva hegemônica. Ou seja, segundo o autor, continua a mantê-los sob a égide de normas extrínsecas. Fórmula que muda a fôrma, mas faz permanecer a lógica dos fundamentos da administração científica. Nesse caminho, ficam mantidas as formulações de Taylor pautadas numa racionalidade gerencial, pois que a compra da força de trabalho com a renúncia de desejos e interesses dos trabalhadores, substituída por objetivos, normas e objetos de trabalho alheios aos mesmos não foi superada.

Os novos modelos gerenciais com flexibilização no processo de trabalho, porém, com a manutenção da lógica de produção pautada em normatizações extrínsecas aos trabalhadores, nos questionam: boas intenções, boa convivência e novos formatos são ingredientes suficientes para efetivar deslocamentos nos modos de produzir a vida?

Campos (2000) continua problematizando a atualização de um sistema de gestão alicerçado no aprisionamento de potência do coletivo e das suas possibilidades de governabilidade. O autoritarismo e a centralização de poder continuam a imperar nas organizações, apesar de frequentemente revestido de integração, participação e desenvolvimento de Recursos Humanos.

A crítica realizada pelas escolas de RH à concepção taylorista de homem – ser passível de economicidade – pode servir, assim, para ampliar os recursos técnicos de controle, na medida em que os estímulos econômicos, a melhoria nas condições de trabalho e o investimento sobre os afetos visam condicioná-los aos objetivos da organização. Nessa perspectiva, o grau de autonomia dos trabalhadores encontra seus limites nos interesses gerenciais. A liberdade e a integração nessas perspectivas são produzidas na medida exata em que servem à resolutividade dos problemas internos com ganhos de produtividade e não visando o enfrentamento das questões inerentes aos processos de trabalho, ampliação de autonomia de uma

coletividade. É a isto que Campos (2000) se refere quando fala da imagem do trabalhador-computador:

Hard-ware, descartável e passível de ser dirigido e comandado à distância. Trabalhador-máquina, ponto em sistema de rede. Porém uma máquina com um certo grau de autonomia. Uma autonomia do tamanho exato do programa (software), este sim, elaborado por quem “entende do assunto” (p. 33).

Estes programas estimulam a concorrência e a competitividade nos processos de trabalho através do estabelecimento de metas, sistemas de avaliação do desempenho individual e das equipes e distribuição de premiações. Como efeito, temos a redução do poder de articulação coletiva pautada na cooperação, na solidariedade para construção de projetos comuns capazes de afirmar as singularidades dos sujeitos ‘implicados’.

Segundo Foucault (1987), o jogo das promoções, além de alimentar a lógica de castigo e recompensa, é também um mecanismo de normalização, pois permite estabelecer um padrão ao *“marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências, as aptidões”* (p. 153).

É posto em funcionamento a produção de um certo modo de subjetivação que tende a distanciar os trabalhadores das decisões e de sua afirmação como protagonistas nos processos de trabalho. Processa-se uma cultura organizacional de caráter educativo-precritivo que concebe as regras e os padrões a serem cumpridos pelos trabalhadores, bem como (re)afirma-se a diferença de posição nos exercícios de poder entre a direção e os executores, dando continuidade à produção de um sistema subordinativo. Campos (2000) fala dessa produção como uma lógica que cria sujeitos que se abstêm de tomar parte nas decisões que dizem respeito ao coletivo, denominando-a de “produção de sujeitos seriais”, ou seja, “seres desestimulados até de desejar participar da gestão de onde trabalham” (p. 26). Trata-se do que poderíamos descrever como produção de uma subjetividade encapsulada com um correspondente corpo rígido.

A configuração descrita dificulta que pensemos outros modos de organização dos processos de trabalho e de vida; Naturalizada (e naturalizante) (re)produz a conjuntura social, econômica e política hegemônica. É desta forma que se

operacionaliza uma engrenagem que, constringendo o trabalhador, dificulta exercícios de autonomia, processos de coletivização. Uma vez que a construção de sujeitos como seres de vontade e de potência e a possibilidade de co-gestão fazem parte do mesmo processo, o desafio é gerar outras utopias. A aposta é construir lógicas inovadoras, fluxos de ampliação de biopotência, linhas de fuga, inclusive nos modos de se tecer uma crítica a esse *Sistema*, uma crítica que bifurque, em que “[...] o pensamento utópico, indo além das pressões de homologia que sempre o limitam ao que já existe, recebe uma nova forma constituinte” (HARDT; NEGRI, 2005: p. 205).

A crítica da crítica: o trabalho e a emergência de novas lutas

Acompanhamos Hardt e Negri (2005) na afirmativa de que a mudança de configuração do mundo do trabalho e das formas de investimento sobre ele também acenam para mudanças nas lutas neste campo. Com a crescente diversificação de atividades e emergências de diferentes modalidades de trabalho imaterial, a dimensão repetitiva, mecanicista do trabalho, convive com explorações que adentram o tempo, o pensar e desejo do trabalhador, sem que a lógica hegemônica liberal-privatista seja necessariamente desmontada. O investimento no “fator humano”, na produção de afetos e na dinamicidade na esfera produtiva se realizam num contexto onde o poder exercido se destinará não à circunscrição de forças, mas à sua devida administração, direcionando-as para a finalidade de manutenção da produção hegemônica. Trata-se da realização do biopoder numa exacerbação da globalização, pretensamente eterna, ramificada, na intimidade: *“Império”*.

O esfacelamento das delimitações de concreto permite que o controle se exerça para além dos muros institucionais e, assim, as discontinuidades e fragmentações se mantêm num plano virtual cambiante difícil de ser apreendido. Na esfera do trabalho, isto significa dificuldade de reconhecer desejos comuns que motivem as lutas dos trabalhadores, bem como a dificuldade de se identificar um centro de poder contra o qual lutar.

Enquanto na sociedade industrial, a luta de classes e a prática de conscientização do proletariado, parecia viável para contestar o poder; agora o panorama aponta mudanças na própria configuração do proletariado que não consegue distinguir claramente um inimigo comum. Isto, no entanto, não significa que as lutas contra-

hegemônicas deixaram de existir. Significa, antes, que elas adquiriram novas formas, exigindo “[...] *um novo tipo de solidariedade e de militância proletária*” (HARDT; NEGRI, 2005: p. 73).

A ampliação da exploração capitalista se faz num contexto de um não lugar da exploração. Ou seja, a exploração não mais se restringe ao espaço, fabril, presentificando-se em todo tecido social através de lógicas atualizadas pelas relações de saber-poder. Assim, não havendo mais nítida delimitação entre interior e exterior, produção econômica e produção social, não há fronteiras demarcando o *locus* da exploração. A própria linha de montagem tem sido substituída pela constituição de redes que são, antes de tudo, redes de poder e produtoras de subjetividade. É neste contexto que Guattari (apud COIMBRA; LEITÃO, 2003) coloca:

A divisão social do trabalho, a designação dos indivíduos a seus postos de produção não dependem unicamente dos meios de coerção ou do sistema de remuneração monetária, mas também, e talvez de modo mais fundamental, das técnicas de modelização dos agentes inconscientes operados por equipamentos sociais, pelos meios de comunicação, pelos métodos psicológicos de adaptação de todos os tipos (p. 8).

A fluidez da subjetivação imperial perfaz uma indefinição do *lugar*, das *formas* subjetivas e das *instituições*, um processo fluídico e difuso de produção (HARDT; NEGRI, 2005: p. 216-217). A maleabilidade do sistema pressiona diferentemente os pontos, colocando como desafio a busca de soluções e estratégias também diferenciadas. É assim que os movimentos de contestação irrompem em localidades imediatas, a partir das questões regionais. A impossibilidade de nítida delimitação do inimigo a ser atacado e de sua exata localização, pois que sendo o poder força e não objeto (FOUCAULT, 2006), ele se estende por toda extensão, faz com que as lutas emergjam em locais específicos. A falta de uma comunicabilidade direta das lutas, entretanto, não indica necessariamente uma perda de potência, mas alteração de tática nas formas de reivindicar / provocar / possibilitar mudanças. Se, por um lado, houve perda de extensão e duração próprias das grandes guerras, por outro, as lutas locais possibilitam maior intensidade, já que elas permitem acessar diretamente e com rapidez, de qualquer parte do plano, a ordem mundial da globalização. Nas palavras de Hardt e Negri (2005: p. 73)

Deveríamos ser capazes de reconhecer que embora todas essas batalhas se concentrem em suas circunstâncias locais e imediatas, ainda assim elas levantam problemas de relevância supranacional, problemas próprios da nova configuração da regulamentação capitalista imperial.

Outra qualidade de movimentos sociais passa a se configurar, então, no contexto do capitalismo globalizado. Neste sentido, **as lutas não se encerram** na dimensão econômica, são, necessariamente, políticas, configurando-se enquanto disputas de diferentes projetos sociais que abarcam diferentes modos de pensar e gerir a vida (PASSOS; BENEVIDES, 2004), eliminando

[...] a distinção tradicional entre conflitos econômicos e políticos. As lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais – e, por consequência, são lutas biopolíticas, valendo para decidir a forma da vida. São lutas constituintes, que criam novos espaços públicos e novas formas de comunidade (HARDT; NEGRI, 2005: p. 75).

Apesar de hegemônica, a lógica moderna de submissão ao trabalho sofreu resistências por partes dos trabalhadores ao longo dos tempos. Ainda que pretendesse total objetivação no processo produtivo, o taylorismo de fato nunca pôde se concretizar e se manter de modo absoluto. É que, para além dos imprevistos, daquilo que necessariamente acaba escapando ao controle, o trabalhador ao longo dos tempos foi criando estratégias para realizar seu trabalho, estratégias de enfrentamento frente aos constrangimentos que tentaram e ainda tentam anonimizar, padronizar, uniformizar o trabalhador. Por isso optamos por intitular a pergunta '*trabalhador: uma vítima do capitalismo?*'. Assim, provocamos indagações às críticas que, ainda que sem pretender, colocam a questão de uma forma em que o trabalhador aparece como indefeso, passivo, vencido diante da força capitalista.

Sem desconsiderar a força e a importância de tais críticas, acompanhamos Benevides e Barros (2007: p. 67) ao afirmar que:

[...] o trabalhador não é mera vítima que sucumbe às sistemáticas tentativas de desqualificação/expropriação. O trabalho desempenha função importante na luta contra o adoecimento, na medida em que, sendo invenção, (re)existe, (re)criando o trabalhador e o próprio processo de trabalho.

Em nossa pesquisa nos deparamos com questões levantadas pelos trabalhadores e que geralmente são imperceptíveis, não tematizadas, quando o trabalho é avaliado: essas questões vão desde as mudanças de paisagens, de cenários nas cidades do interior do ES e dos grandes centros com suas implicações até a questão dos turnos em que a possibilidade de realização das atividades se faz de modo diferenciado. Neste sentido, as condições de trabalho são questionadas desmanchando análises que facilmente fazem recair sobre o indivíduo a boa ou má execução de seu serviço:

Trabalhar como médico de família é sempre num lugar mais violento [...] e exigem da gente como se isso não fizesse parte da paisagem [...] A gente entra, começa a trabalhar e não sabe nem, exatamente nem... nem é apresentado pras pessoas que a gente vai trabalhar junto... (trabalhador-formador).

A gente entra e sai e não se integra nem mesmo com os outros colegas de plantão, do plantão. A gente chega, o quadro de funcionários também é menor, à noite tem menos pessoas [...], então a gente trabalha mais, ainda tem o horário de descanso que a gente prioriza, então a gente quase não se comunica mesmo entre a gente [...] Às vezes a enfermeira passa, conversa essas coisas mas só que é assim... diferente do dia (trabalhadora-formanda).

Ao mesmo tempo, os trabalhadores vão nos dizendo de algumas estratégias inventadas para lidar com alguns impasses, num movimento nada passivo; positivo, de alianças... Tomemos por exemplo dos dilemas referentes às diferenças salariais decorrentes de múltiplas formas de contratação e de valorização das profissões. Nem sempre essas estratégias são as melhores, se pensadas num encaminhamento que permite de fato colocar em xeque de modo consistente esse tipo de questões. No entanto, são as melhores criadas numa certa configuração. Assim, vemos surgir a tessitura de uma rede de solidariedade, de fomento de saúde, produção de parcerias como as descritas a seguir por uma formanda trabalhadora de um hospital:

Ai a gente treina, treina, treina, quando a menina está boa, aí nós mesmos arrumamos empregos pra elas lá fora. Nós mesmos arrumamos! Cansamos de arrumar! Tem uma lá mesmo agora... [...] a gente acha injusto elas ganharem um terço do que a gente ganha e fazer o mesmo serviço [...] se ela é boa e agüenta a gente mesmo arruma pra elas em outros hospitais.

No âmbito dos processos de trabalho, e aqui nesse texto no tocante ao trabalho em saúde, Merhy (2002) dispõe a ideia de que sua especificidade se dá em não podermos eliminar o trabalho vivo em ato. A lógica de distanciamento entre pensar e executar, marcadamente predominante no modo de produção capitalista fundada nos valores modernos, ainda que perpassando o campo da saúde, principalmente no que tange a formação profissional, não tem como imperar no cotidiano das práticas.

Ainda segundo o autor, duas questões são pertinentes: a produção de cuidado em saúde se dá no mesmo instante do seu consumo e, conseqüentemente, este cuidado se dará sempre na relação. E, sendo a relação, produção em ato, será neste contato vivo e inusitado com o outro que ocorrerão transformações. Ou seja, por mais que técnicas e procedimentos estruturados (tecnologia leve-dura) e equipamentos e normatizações (tecnologia dura) se façam necessários, o agir em saúde, por se dar em ato, na relação – profissional-usuário, profissional-familiar de usuário, diferentes profissionais – requisita ações que extrapolam o estabelecido. O trabalho em saúde pressupõe, assim, lidar com o imprevisto, com o inusitado, abrindo fissuras e espaços que requisitam a inventividade e imprevisto por parte dos profissionais, um processo que “[...] *não pode ser globalmente capturado pela lógica do trabalho morto [...] processo de intervenção em ato, operando como tecnologias de relação, de encontro de subjetividades* (MERHY et al, 2002a: p. 121).

O trabalho aí se anuncia como uma zona estratégica para as mudanças que se anunciam no campo da saúde pública, pois é aí que se pode evidenciar o confronto das diferentes lógicas de produção de bens, serviços, modos de subjetivação e de organização social.

Se, por um lado, temos o modo de produção hegemônico que enfatiza a produtividade, os especialismos, competitividade individual, cientificismo, previsão e controle dos fenômenos, de outro, temos a configuração de um campo que nos exige muito mais! Força-nos para além das normas, das imposições de resolutividade no atendimento das necessidades sociais, tendendo para a integração de diferentes profissionais, a solidariedade na construção de um projeto coletivo, a *assunção* da implicação política de nossos atos e a abertura para outros espaços e

tempos que escapem da previsibilidade dos sistemas teóricos fechados e das práticas circunscritas.

O profissional da saúde pública vive, assim, neste campo de tensões em que uma formação profissional tecnicista se mostra insuficiente para efetivar o projeto de democratização da saúde desejado desde os primeiros movimentos populares e previsto na criação do SUS. Nessa luta por democracia direta forçou-se uma reorganização de modos privatistas de fazer saúde pública, indagando especialismos, certezas e apaziguamentos. Um movimento composto de diferentes projetos de saúde que disputam espaço, ganhando expressividade uma luta entre forças aliançadas ao modelo liberal-privatista e forças que afirmam a dimensão pública de uma política.

Nessa temática é esclarecedora a intervenção de um trabalhador-formador falando-nos não apenas sobre a PNH como Política Pública:

[...] não é humanização em si, mas o que está em jogo é vida das pessoas, são opções de vida que se vai fazer que a humanização pode despertar. Uma nova maneira de você trabalhar, uma nova maneira de você viver. Então, talvez... a política serve pra isso, pra você viver melhor. Eu acho que a política tem que estar a serviço do ser humano, não o contrário.

E há modos de se viver melhor sem perceber-se co-construtor do viver? Para além da premissa de uma eterna atualização faltante preconizada pelo chamado Mercado, por essas abordagens *modernizantes* do Capital no campo da Saúde (supervalorização hospitalar e subvalorização da prevenção, da promoção, da ESF), a efetivação de uma Política Inventiva de um conhecimento gerado coletivamente parece ser um dos eixos desse *despertar* anunciado na fala do trabalhador.

Campos (1997) considera que alguns estudiosos da saúde pública têm enfatizado os entraves à concretização das propostas de uma saúde coletiva por meio de análises que enfatizam determinantes estruturais. Essas análises, embora importantes, ao se concentrarem nos aspectos negativos, priorizando-se como denúncias, pouco se dedicaram a pensar estratégias de construção de algo diferente. Segundo o autor “[...] se, por um lado as coisas, ou as estruturas, determinam a vida das pessoas, por outro, são estas mesmas pessoas que constroem as coisas, as normas, os valores e as estruturas” (p.30).

É preciso olhar sim a cronicidade dos serviços e das posturas de profissionais, não para negar a possibilidade de concretização de um outro modo de se fazer saúde, mas, sim, de forma a pensar novas estratégias para o seu funcionamento.

Alguns autores (MERHY, 2002, 2002a; CAMPOS, 1997, 2000; PASSOS e BENEVIDES, 2004) têm partilhado a perspectiva institucionalista ao conceber a ideia de que para se disparar um processo de diferenciação do que se encontra instituído, com práticas convencionais, é importante fomentar um olhar ético-político interrogador por parte dos próprios sujeitos que compõem determinado campo.

Um modo de organização mais lateralizado, com dissolução das hierarquias e em que os processos de trabalho devem ser geridos coletivamente tem, no entanto, colocado muitos profissionais numa situação difícil. Ao se verem sem a ênfase nas prescrições, nas normas específicas, muitos acabam, ao contrário do que se pretende, desresponsabilizando-se com a produção de saúde. Essa situação nos indica que as respostas talvez sejam mais complexas do que podemos supor ao *detectar* um problema. O movimento capaz de produzir deslocamentos talvez se insinue mais na problematização e nos arranjos compostos localmente e coletivamente do que necessariamente com um espaço de autonomia que seja ofertado. ‘Dar a voz’, ‘empoderar’, ‘conscientizar’, ‘dar liberdade’ aos profissionais nos soam, dessa forma, como questões por si mesmas insuficientes, e até mesmo equivocados, de romperem com lógicas hierárquicas tutelares, em que há implicitamente polarizados lugares concebidos como de maior e menor saber. Como já dizia a música de Zélia Duncan: “liberdade concedida não me interessa...”

Sobre isso Mehry (2006) coloca:

Devemos, então, começar o nosso processo problematizando o cotidiano, escutando os ruídos que os problemas colocados pelos diferentes atores em peleja apresentam, conforme os projetos em disputa e o nosso recorte da realidade. E além de montarmos as possíveis redes explicativas para entendê-lo, perguntar sobre o modo de – no cotidiano – sermos trabalhadores e faladores (portadores de linguagem sobre o mundo). O que fazemos? Como é o processo de trabalho? Por quê? Para que? Quais produtos e resultados realizamos? Com que interesse? Como é a rede de produtores e consumidores em que estamos inseridos? Que interesses estão imbutidos neste processo? Com que organização realizamos este processo? Quem fala sobre ele? Quem o avalia? Que interesses colocam? Como o controlam? Como o modificam? Que interesses o disputam? Quem fala o quê? Que ruídos esta rede complexa sinaliza

e o que achamos disto? E os outros? (p. 136).

A Política Nacional de Humanização inscreve em seus documentos e instrumentos formativos o processo de trabalho como a matéria prima para se analisar os processos de produção de saúde (BRASIL, 2008). Tomando como inseparáveis os modos de cuidar e de gestão, aponta também a inseparabilidade entre clínica e política e nos diz que é no próprio caminhar que as questões surgem, forçando a invenção de novas estratégias e formas de atuar no cotidiano. Para nós, os documentos orientadores desta política têm grande importância no fomento de discussões que coloque em xeque modos naturalizados de trabalhar e de ser trabalhador, visto que, **desde a perspectiva que constitui a PNH, humanizar é analisar processos de trabalho!**

Os desejos de integração, de pensar junto, de compartilhar, todo esse processo que pode ser gerador de saúde e que geralmente é *esfriado* nos processos prescritos de trabalho, encontra ressonância nos movimentos correlacionados ao curso da PNH, nos dispositivos ofertados pela mesma. No entanto essa afirmativa não seja uma *defesa* da Política por ela mesma e todo seu conjunto atual, é uma constatação de que esse conjunto, com todas suas potencialidades e contradições prevê uma apropriação, uma construção a ser feita, uma obra aberta, prevê, enfim, autogestões de coletivos.

Eu vejo assim, não sei se é o momento que a gente tá vivendo lá no centro cirúrgico que é o meu ambiente, mas eu vejo que há uma sede, uma necessidade muito grande de que alguma coisa seja feita, sabe?! Não só em questão de mudança com o paciente, mas em mudança com o grupo mesmo, sabe?! De você unir, de ligar por alguma coisa, de reivindicar alguma coisa. Eu senti que o processo de trabalho do jeito que tá não dá pra continuar [...] porque antes a impressão que dava era: “sempre foi assim, não vai mudar nunca”. Toda vez que a gente falava alguma coisa desde que eu entrei, isso antes de falar da PNH, a fala sempre era: “-*Aqui a coisa sempre foi assim: quando chega esse mês é época de greve, quando chega esse vai faltar material, quando chega esse mês...*” eles já tinha uma apostila do que ia e do que não ia acontecer. Eles já tinham, não, eles já têm. Então a gente... como a bagagem que eu cheguei é diferente no momento... o fato de vim de fora, da diferença, eu já senti muita coisa e *agora com a PNH a gente tem podido falar*. Igual agora eu vi as meninas falarem [...] a gente tava conversando sobre trabalho, sobre processo de trabalho, aí uma colega que tá fazendo um dos cursos tava falando que vai ter uma intervenção, vão ter que fazer e perguntou o quê que eu achava, o quê que eu pensava. Eu falei: ‘-*É processo de trabalho!*’ (trabalhadora-formanda)

Pensar a saúde passa então a exigir análises e intervenções mais ampliadas, envolvendo varias dimensões, dentre as quais as estratégias dos trabalhadores de saúde ampliam a participação da esfera de gestão do seu processo de trabalho. A concretização da co-gestão – uma das diretrizes da PNH – depende, desta forma, de instaurar um regime de afetabilidade, de efetivamente e afetivamente habitar os espaços e, ainda que instituídos, empreender rotatividade e fazer deles lugares de constantes problematizações, da construção de novas formas de existir e de distinguir fenômenos como os processos de trabalho.

Por entre as naturalizações que o trabalho vai passando, um dos grandes desafios que nos provocam no percurso de pesquisa com os processos de trabalho e formação na saúde pública, é o de como sustentar perplexidades, não nos deixando apaziguar ou sucumbir aos discursos deterministas. A fala da trabalhadora anteriormente mencionada nos diz da possibilidade de deslocamentos a partir de conceitos-operadores que nos permitem discutir o óbvio, o que se insinua como imutável, pré-determinado e pré-determinante, movimento esse imprescindível para realizar outros (per)curso de análise, de trabalho, de vida: *‘-É processo de trabalho!’*.

Essa movimentação é ainda relatada por um outro trabalhador participante do curso na seguinte passagem, expressando a produção de autonomia num exercício de construção de outros possíveis:

Tem gente que entrou: “-Ah, eu não sei o quê é que eu faço”; e saiu: “-O que é que eu vou fazer daqui pra frente? Como é que eu vou continuar...” Já vai tendo uma autonomia.

Junto às determinações paralisantes, no entanto, é preciso estar atento a um outro perigo: como não cair no canto da sereia, nas seduções ardilosas do Capital, na simplificação do viver, da potência, da alegria?

Muitas vezes os encantamentos capitalísticos permutam o labor de uma alegria construída, compartilhada, não resignada⁵¹ em ‘uma alegria fácil’⁵² buscando a

⁵¹ Em entrevista concedida a Claire Parnet, Deleuze, na esteira de Espinoza, afirma que a alegria é tudo que envolve o preenchimento de uma potência. Ao comentar a frase “Evitemos as paixões tristes e vivamos com alegria para ter o máximo de nossa potência: fugir da resignação, da má-

simples adaptação a uma *dada realidade*, a perduração de um certo modo de vida a um alto custo financeiramente (consumo de mercadorias, tecnologias e serviços a exemplo das mais variadas modalidades de terapias, medicamentos, viagens turísticas, cirurgia plásticas) e subjetivamente – o aprisionamento em formas que deixam pouca tolerância aos movimentos errantes da vida.

Alegria fácil pode ser entendida como uma alegria encantada, confortável, de pronta compreensão a partir do que é visível, leviana, sem maiores problematizações ou críticas diante daquilo que se apresenta como problema e/ou como solução. Há prejuízos graves nessa produção: alegria fácil pode custar muito caro!

Ressaltamos que os consumos mencionados anteriormente não necessariamente se configuram em aprisionamentos típicos da ‘alegria fácil’, mas comumente surgem desta forma em nossa sociedade. A distinção operada por intercessores como Espinosa e Deleuze é importante aqui, pois nos ajudam a diferenciar os encantamentos que nos colocam em posição de espectador, apenas compensando, anestesiando frente às circunstâncias adversativas da vida, nos impelindo apenas a *seguir* o fluxo, daquelas alegrias potentes, que aumentam nosso ‘poder de agir’.

Acerca disso importa conferir a fala de um trabalhador-formador:

Então assim, tem esse lado meio doído, né, que eu entendo, mas... tem um lado ultra prazeroso assim você ir pro interior e ver gente que... tá na mesma lenha que você, né, tá afim de fazer. Então, quer dizer, eu acho que o curso reacende algumas coisas que eu acreditava né, nessa coisa de constituir, de não ter uma formalidade, mas ter um embasamento [...] ter consistência nas ações. Mas assim, não ficar imobilizado porque não tem as condições ideais. Correr atrás e continuar batalhando com ofício, com papel, mas você tá ali fazendo, estudando e motivado pra estudar. Vários, vários

consciência, da culpa e de todos os afectos tristes que padres, juizes e psicanalistas exploram”, Deleuze a considera como integrante dos textos espinozanos mais carregados de afectos (PARNET, 2010).

⁵² Todos nós temos uma ou mais referências para o termo alegria. Quantos de nós pudemos fazer, no entanto, a distinção entre alegrias? O que seria uma ‘alegria fácil’ e o que ela tem haver com a temática da Saúde? Sacconi (2010) nos ajuda com alguns elementos. Segundo o autor, ‘alegria’ é um “*sentimento [...] de grande satisfação experimentado por causa de um acontecimento favorável ou da obtenção de uma coisa que muito se desejava [...] Prazer; satisfação [...] Grande satisfação*” (p. 90b). Sobre o termo ‘fácil’, este autor evidencia os seguintes elementos “**1.** [Aquila] *Que se faz ou se consegue sem nenhum esforço ou dificuldade; simples [...]* **2.** *De pronta compreensão [...]; acessível.* **3.** *Dócil [...]* **4.** *Leviano [...]* **5.** *Espontâneo; pronto [...]* **6.** *Que resiste pouco às seduções [...]* **7.** *Tolerável; suave [...]* **8.** *Provável [...]* **9.** *Confortável; sem nenhum problema [...]* **10.** *Sem nenhuma dificuldade ou esforço; facilmente [...]* **11.** *De modo acessível, claro inteligível*” (p. 913c).

exemplos. Esse do HEMOES então foi fantástico. O cara pegava do HEMOES de São Mateus e ia localizar a cidade, criar um espaço em cada município para coletar sangue. É comovente isso que eles fizeram. Você imagina, o sujeito que queria doar sangue, ele tinha que sair da cidade dele pra doar, ir lá em São Mateus, andar quilômetros. Aí eles vão, criam um espaço ali, o município faz a fiscalização. “-Aonde que vai coletar o sangue? É aqui?” montam lá, fazem uma estrutura pra coletar sangue daquelas pessoas sob supervisão. Fora outras, assim. Eu tô dando o exemplo porque foi uma coisa que eles falaram pra gente assim: “-Oh, a gente queria fazer isso, o curso deu elementos pra gente fazer”. Então é isso pô, então eles ficaram... eles poderiam ficar esperando com ofício “-Oh, a gente quer mais funcionários”, mas eles viram que a situação é a seguinte: o sujeito vai doar e ele não é acolhido. Normalmente vai tirar alguma coisa, um exame, um remédio, um atendimento, uma consulta. Não, esse vai doar! É aí inversão do usuário, né, esse não é usuário, é ofertário, sei lá o nome que é. Aí eles captam isso, que o sujeito vai lá ofertar, mas ele precisa de condição para isso. A condição é ir lá perto da casa dele. Não é porque o HEMOES, um órgão central, pesado, mastodôntico, que ele tá imobilizado. Pô, então é isso. É isso aí! Ah, isso me deixa empolgado! Vou terminar meu ano feliz, porque a gente encerrou [...] Saiu na Gazeta essa história deles, fez aquele barulho, saiu no jornal. Aí engraçado que foram lá entrevistar eles e eles não tavam lá porque tavam no município do interior, né. Aí chegam lá: “-Cadê o pessoal? Não, tão num município no interior...” (risos)

O que a fala deste trabalhador nos acena é para a criação de um campo de ressonâncias alegres, afirmativas, mesmo em meio a tantas dificuldades, sentidas pelo trabalhador no cotidiano do fazer-saúde, exercício para além e aquém de atender às demandas sociais, de olhar o vital no trabalho, sua potência criadora.

Contribuições da Ergologia e da Clínica da Atividade



MULHERES COM FARINHA DE MILHO⁵⁴

A FORÇA QUE NUNCA SECA⁵³

Já se pode ver ao longe
A senhora com a lata na cabeça
Equilibrando a lata vesga mais do que o corpo dita
O que faz o equilíbrio cego
A lata não mostra
O corpo que entorta pra lata ficar reta

Dejours (2004) afirma que é impossível avaliar o trabalho, posto que ele é sempre mais do que o seu visível. Tal qual a sutileza do “corpo que entorta pra lata ficar reta” há sempre no trabalho um engajamento de si, um modo, um gesto, uma perspicácia, um ritmo, uma sequência aprendida nas experimentações fabricadas nas ações do labor, no curso de uma atividade (SCHWARTZ, 1994) às quais não temos acesso se não por meio da expressividade direta de quem o faz. Ocorre que essas aprendizagens, estes saberes da experiência se corporificam – inscrevem-se no corpo dos trabalhadores – e muitas vezes se automatizam de forma que mesmo aquele que o executa já não os percebe.

Ao chegar ao mestrado encontro o grupo de pesquisa em que me inseri estudando as produções de Yves Clot e Yves Schwartz, a Clínica da Atividade e a Ergologia de linhagem francesa. Num primeiro momento, estranheza e rechaço. Dizer que o trabalhador necessariamente inventa ao realizar seu trabalho parecia-me um demasiado elogio que desviava do plano da crítica toda a força de sujeição que lhe atenta o tempo todo.

⁵³ Trecho de letra da música escrita por Chico César e Vanessa da Mata. Fonte: <http://letras.terra.com.br/chico-cesar/206014/> Acesso em: 12 de Out. 2010.

⁵⁴ Obra em óleo sobre tela de Lívio de Moraes. Nascido em Moçambique em 1945, Lívio é pintor, escultor, ensaísta e crítico de arte africana. Fonte: <http://www.portugal-linha.pt/arte/lmoraes/index.html> Acesso em 17 jul. 2010.

Com o calor das discussões, o acompanhamento das intervenções do grupo no campo da educação e a aliança com outros autores, a exemplo de Foucault, Deleuze e Canguilhem foi possível produzir uma torção no modo de significar as produções de Clot e Schwartz: de simples elogio ao trabalhador, a um instrumento que nos pode ajudar a sustentar um movimento crítico pró-ativo, (pro)positivo, escapando de uma crítica estéril. Crítica a qual às vezes muito se ocupando de guardar coerência acaba pouco se mantendo aberta/atenta para os movimentos sutis, desviantes, inventivos de quem trabalhando se reinventa.

Neste ponto, recorro a um trecho de Ítalo Calvino (2007) que parece compor a discussão:

“O inferno dos vivos não é uma coisa que virá a existir; se houver um, é o que já está aqui, o inferno que habitamos todos os dias, que nós formamos ao estarmos juntos. Há dois modos para não o sofrermos. O primeiro torna-se fácil para muita gente: aceitar o inferno e fazer parte dele a ponto de já não o vermos. O segundo é arriscado e exige uma atenção e uma aprendizagem contínuas: tentar e saber reconhecer, no meio do inferno, quem e o quê não é inferno, e fazê-lo viver, e dar-lhe lugar” (p. 150)

Junto com Dejours também concebemos a impossibilidade de avaliar ‘o trabalho’, não apenas pela sua dimensão invisível, mas porque acreditamos e apostamos que a experiência de análise coletiva das atividades de trabalho é mais do que sua avaliação, no sentido de um julgamento ao final de uma atividade. É uma experiência de abertura à sua dimensão processual, possibilitando produzir em ato, uma nova realidade de trabalho⁵⁵.

O que se anuncia é um outro modo de fazer que, desmistificando uma pretensa natureza, inclui o real do trabalho pela oportunização da expressividade e legitimação dos saberes cotidianos.

No limite, o que esta torção permite é recolocar no plano de análise o primado da vida: sua capacidade de instituir novas normas frente ao que o meio requisita, capacidade normativa nas palavras de Canguilhem (1966). Nessa perspectiva nos dizem Fonseca e Barros (2010: p. 107)

⁵⁵ Mais adiante quando falarmos mais especificamente sobre formação trabalharemos mais detidamente o conceito de avaliação numa perspectiva processual.

O trabalho solicita arbitragens, engajamentos, escolhas, reajustamentos para os imprevistos que a tarefa exige. Nisso reside a infidelidade do meio, pois os acontecimentos são as transformações processando a história no mundo.

A ergologia e a clínica da atividade são, assim, instrumentos que nos permitem, (não garantem) ser operadores no sentido de ativar a potência do trabalhador – “*saber reconhecer, no meio do inferno, quem e o que não é inferno, e fazê-lo viver, e dar-lhe lugar*”. Uma aposta que permita não apenas visualizar o campo de forças reativas, de dominação e controle, mas também de (re)existência, de silenciamentos e gritos que co-habitam os corpos dos trabalhadores, os espaços de trabalho. A pergunta que insiste é: como fortalecer os movimentos ativos, organização de trabalhadores no sentido de formular questões analisadores sobre o quê na dinâmica de suas atividades os constroem, os enfraquecem, os adoecem? Como habitar, interferir nos espaços, nas relações de modo que os problemas possam ser colocados, anunciados por quem os vivencia, como analisadores institucionais das políticas de formação, de saúde, de trabalho?

Lançar questões que incidam não apenas nas formas, mas uma formulação que permita acesso ao plano comum, plano de produção/constituição das formas.

Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) por meio da discussão sobre debate de normas e o conceito de atividade industriosa produz uma outra perspectiva de gestão. Uma gestão que não se configura como um lugar específico de decisão desenhado num organograma, mas uma gestão cotidiana implicada em cada ato por cada trabalhador indicando que, para além do prescrito, há sempre uma margem de decisão e autonomia a ser alargada.

Uma gestão coletiva que vai se fazendo com a inclusão de outros atores, outros trabalhadores de outras categorias, de outros ruídos, ultrapassando os limites disciplinares, da ‘boa ordem’ como fala uma das trabalhadoras-formanda:

[...] na verdade o desafio da gente é tá trazendo os técnicos de enfermagem. É um belo desafio, amanhã mesmo a gente tem reunião com eles. É um desafio enorme porque o enfermeiro tem essa coisa, tem o enfermeiro, o técnico, tem essa diferença... eu tô começando a chamar, inclusive, pra tomar as decisões. Já é um passo. Então assim, a gente tá chamando eles pra decidir junto. “Vem cá, não tá legal assim, o quê a gente pode fazer?” e o próximo passo realmente é esse agora de tá chamando todo mundo, fazer

uma pauta, enfim... de começar a discutir junto essas coisinhas do meu trabalho que interfere no seu e que a gente não senta pra dizer assim “ah, vamos fazer como então?” Melhor ainda, quem sabe daqui pra frente a gente pode começar a chamar médico, assistente social pra gente conversar? A primeira vez não vai dar certo, na segunda um vai querer esbofetear o outro, mas na terceira quem sabe a gente começa a escutar alguma coisa.... gente, a gente tem que parar pra pensar. No início, Aline, vai ser uma desordem, ninguém vai se entender, um vai querer falar mais alto do que o outro, mas, assim, tem que começar porque a gente não tem costume de ouvir ninguém aqui.

Notamos ainda uma abertura se operando quando essa outra perspectiva de gestão é debatida durante o curso de formação de apoiadores da PNH. Uma abertura que possibilita efetuar outras alianças, produzir outro andar que não apenas o da linha reta das prescrições, normatizações, obediências. Um outro modo de fazer que se insinua. Abertura, ainda, que permite, por meio de um espanto com aquilo que já se faz sem se perceber, o trabalhador também tornar-se outro, preenchendo sua potência.

Aquela coisa que ouvi falar: “pensar no trabalho, eu gestor do meu trabalho”. Isso aí! Eu gestor do meu trabalho! Quando eu escutei isso eu disse: “nossa!” (trabalhador-formando)

Essa concepção de gestão nos ajuda a pensar o campo da saúde como um jogo de forças, em que o trabalhador não é simplesmente submisso, passivo, explorado, nem negar as condicionalidades, os constrangimentos, as condições muitas vezes precárias e as relações endurecidas de trabalho.

Em nossa inserção no campo da saúde alguns desses constrangimentos se anunciam em forma de precarização de contratos de trabalho, diferenciação valorativa do tipo de vínculo trabalhista dos profissionais (inclusive dentro de um mesmo serviço), baixos salários que forçam a procura por mais uma fonte de renda. Nesse processo, produzem-se também extensividade da jornada de trabalho, ausência de material adequado e suficiente para as atividades de cuidado em saúde, escassez de canais/espacos de compartilhamento de experiências entre os profissionais, para criação de estratégias de enfrentamento coletivo e para elaboração compartilhada dos afetos produzidos no encontro com o sofrimento humano. Temos ainda, nesse contexto, matérias em mídia e *slogans* que propagam

prioritariamente valores negativos associados ao serviço público de saúde, como ineficiência e desassistência e que recaem também sobre os trabalhadores.

No entanto, este jogo não se faz sem ruídos, sem resistência ativa, sem que os trabalhadores ‘burlem’ as regras estritas e um curso natural, até mesmo porque, como diz Schawrtz (2007) o trabalho assim, restrito ao prescrito (o que alguns autores denominam de trabalho morto) é um trabalho impossível, invivível. Os trabalhadores, frente aos constrangimentos, vão produzindo suas estratégias de enfrentamento e realizando suas atividades de modo a fazer perseverar o melhor que podem sua saúde, sua capacidade normativa. Cartografar os constrangimentos e realizar suas críticas se torna parte do mesmo plano que consiste em acompanhar os artifícios produzidos pelos trabalhadores para não sucumbirem às forças de heterônomas, forças de verticalização da palavra, dos gestos. E neste percurso nos surpreendemos tanto com a violação da dignidade, enfraquecimento da potência da vida do trabalhador, quanto com os trajetos inusitados inventados atestando que a vida escapa e que busca produzir recursos para se afirmar.

O trabalho, então, é tanto tecido em meio ao que se requisita de antemão, como ao que se presentifica na experiência concreta do labor, forçando avaliação, decisões e escolhas por aquele que o vivência. Ao trabalhador moral, que facilmente se anuncia, o visível do tema, muitas vezes, subsiste o trabalhador ético (BARROS, 2007) porque se dá necessariamente num jogo de negociações, exercícios de autonomia apenas aparentemente apaziguado. Em consonância com Barros (2007) na esteira de Schawrtz e Clot temos que “*o vital do humano não se resigna às condições dadas de trabalho*” (p. 356), mas é preciso, como fala Calvino ter atenção e aprendizagem contínua para perceber o quê no meio inferno, não é inferno, fazendo-o, então viver, produzindo espaço para que sua potência seja ampliada.

Com isso, não pretendemos fazer um elogio do trabalho e do trabalhador, apaziguando as tensões, os dramas, os adoecimentos, as estratégias às vezes pouco resolutivas que deixa a cargo do indivíduo o cuidado de sua saúde quando este “não dá conta” de seu trabalho, como se isso em nada tivesse a ver com as políticas subjetivas em curso na atualidade. Mas salientamos isso, porque acreditamos que subverter tal lógica não se fará de uma vez por todas num

movimento de revolução em que a praga (capitalismo) é eliminada, ou a conscientização dos trabalhadores permitirá uma ‘grande recusa’.

Os ruídos que hoje nos chegam, talvez sejam vozes de ‘recusas menores’, nem por isso menos potentes, que nos colocam o desafio de reversão diária de lógicas infantilizadoras, culpabilizantes, de mecanismos de controle e submissão. Como nos lembra Foucault (2006a) se há relações de poder, não é porque está tudo dominado, mas antes porque estas se dão em meio às práticas de liberdade. O desafio está em como manter acesa a força de indagação presente na frase sintética e bem elaborada por Passos (2007) ao nos alertar sobre a importância de estar atento às formas do perigo e apontar para as linhas de resistência: “*Como se dão as resistências no contemporâneo?*” (p.19)

A equação, por vezes tão naturalizada, de “trabalho-dor-desprazer” no campo da saúde tematizada por Benevides e Barros (2007) nos colocam importantes questões, indicando pistas que nos permitam problematizar, não apenas a equação, mas também o modo como ela tem sido respondida no cotidiano laboral. Muitos moldes *essencialistas* (motivacionais; gestão por competências; por recompensas) frequentemente balizam intervenções sobre os indivíduos, como se houvesse uma inadequação a ser corrigida, sujeitos a serem adaptados ao trabalho, este, uma ‘coisa’ que é assim: ‘desse jeito como deve ou deveria ser’. Ou ainda, as práticas de seleção que buscam encontrar ‘a pessoa certa para o lugar/cargo certo, na hora certa’.

Essas formas habituais de se lidar com dores relacionadas ao trabalho – como algo natural, a ser suportado, como uma questão individual, de motivação pessoal – não acessam a complexidade que marca qualquer atividade laboral, especialmente o trabalho em Saúde.

Em companhia de Benevides e Barros (IDEM) apostamos na...

possibilidade de colocarmos a dor e o prazer no trabalho como questão experimentada por cada e em cada trabalhador mas relacionada aos modos como ele vive seus vínculos com o processo de trabalho e com os outros trabalhadores (p. 66)

É no coletivo dinâmico dos processos de trabalho que são compostas tramas de sofrimento e é nesse espaço também que são tecidas movimentos de resistência,

inventividade e prazer. As autoras nos dizem, ainda, que contrariamente ao que se possa deduzir, a dor não vem da peleja, da luta, vem, antes, “*do esforço deste trabalhador para colocar entre parênteses a riqueza da atividade industriosa*” (BENEVIDES; BARROS, 2007: p. 68).

Para nós sobrevém a noção de análise como eixo fundamental, que permite pôr num plano de visibilidade – e portanto em debate – não apenas as formas, aquilo que já é visível, mas também aquilo que pede passagem, que nos atravessa e transversa as racionalidades pré-postas, que emociona e é não-matemático, fluxos de forças ‘contidos’ nas formas.

Analisar é abrir as formas da realidade, aumentando seu quantum de transversalidade, sintonizando seu plano genético, colocando lado a lado, em uma relação de contigüidade, a forma do fenômeno e as linhas de sua composição, fazendo ver que as linhas penetram nas formas e que as formas são apenas arranjos de linhas de forças (PASSOS; EIRADO, 2009: p. 110).

Entendemos que o sofrimento faz parte da vida e ao tematizar a dor no trabalho não pretendemos eliminá-lo. O sofrimento é um sinal de que algo(s) não vai bem e, portanto, sinaliza a necessidade de deslocamentos! O que pretendemos, entretanto, evidenciar e transformar é um descuido que acaba por subjugar a vida e torná-la pouco digna de ser vivida. A vida como algo que tenta se aprisionar ou domesticar, cuja potência se modula, para um fim diferente dos interesses de quem faz, de uma coletividade que vive o trabalho. E trabalho é vida!

A equação, então, transforma-se de ‘trabalho-dor-desprazer’ para ‘se-trabalho-é-vida-porque-a-dor’? Nessa análise-(trans)formação, perguntamos ‘como acontece?’, ‘o que se passa aí?’, ‘o que se faz com isso?’. Nesse movimento, a equação se abre; ‘trabalho-vida-capital-resistência-dor-prazer-luta’!

Este movimento em que o diferir se torna fundamental é o que pode garantir a continuidade de mudanças e do processo de produção de saúde e de autonomia dos trabalhadores no campo da saúde pública. Enfim, será na composição coletiva do plano das experiências cotidianas que se poderá identificar as dificuldades, os entraves, bem como as possíveis linhas de fuga, inventividades no percurso do trabalho. Esta tem sido a aposta quando se requisita a participação dos sujeitos, para além da gestão dos processos de trabalho, na gestão da vida.

A gestão está presente onde há variabilidade, imprevisibilidade, enfim, onde for necessário colocar alguma coisa em funcionamento sem recorrer a formas estereotipadas/padronizadas. A idéia de gestão refere-se às formas como os humanos produzem suas atividades no trabalho, que implicam imprevisibilidade e possibilidade de criação. Os efeitos de sujeito dessa dimensão gestonária são múltiplos e não cessam de serem criados, uma vez que trabalho e subjetividade se gestam num espaço movente (BARROS, 2004: p. 7).

Realizar isso é comprometer-se mais com a possibilidade de colocação de outros problemas, com o exercício problematizador que incide justamente nas evidências de modo a permitir acesso ao engendramento das formas do que com o estabelecimento de conclusões sobre o assunto que fazem aparecer os *experts* com suas receitas para solucionar os problemas do trabalho diagnosticados de antemão.

Com isso, inevitavelmente, acabamos por afirmar o trabalho como prática de formação que exige, nas relações de cuidado, uma aprendizagem constante. Para além de técnicas e procedimentos estruturados, aprendizagem de uma atenção sutil para com a singularidade dos encontros produtores de saúde, de vitalidade. Uma nova sensibilidade em que se desfoca do que é e/ou do que se deve ser (fazer, pensar), para focalizar o quê se passa e o quê se pode nos/com os encontros (trans)formar...

[..] e aí eu nunca saio da sala, mas hoje eu saí da sala com a cabeça cheia disso e aí eu vou entrando lá pro nosso escritório e eu vejo uma mãe sentada perto da nebulização com um bebê no braço, e o bebê é especial, tem algum déficit neurológico não sei o quê. Aí eu entrei e fiquei pensando: “gente, será que essa mãe acompanha esse menino na APAE? Será que ela sabe da questão da estimulação precoce? Né, esse menino pode ser estimulado. Será que ela faz alguma coisa? Será que ela tem alguma informação?” E fiquei, fui lá e peguei um copo pra tomar um café, assim como se não tivesse... sabe, mas essa coisa me incomodando. Aí: “pera lá, eu acabei de ver uma coisa na qual eu posso intervir, tá ao meu alcance de intervir, de fazer uma diferença e eu tô aqui tomando um cafezinho?” Sabe, isso me incomodou a tal ponto... não, eu fui lá! Quando eu cheguei ela tinha um furúnculo no braço e falou que a pediatra que tinha atendido o bebê e atendeu ela também falou que ela tinha que marcar com o cirurgião pra drenar. Eu fui olhar e não era pra drenar e tal, não tinha flatulação, aí eu fui... ela não sabia o quê fazer com aquele furúnculo, que cuidados que ela tinha que ter. Aí ela sentada e eu de pé, aí teve uma hora que isso me incomodou. Do ladinho dela tava vazio, aí eu sentei. No que eu sentei e comecei a bater papo com ela, ao invés de ensinar pra ela eu comecei a bater papo e trocar informação com ela. Sabe, eu senti o mundo se abrindo essa hora... Aí foi quando eu entrei na conversa... eu fui pra falar do menino, mas quando eu encostei nela, a necessidade que

ela me apresentou foi outra. Quando eu fui falar do menino... “não, ele faz fono, ele faz fisio, ele já ta lá na fila de avaliação da APAE. Sabe, quer dizer, o problema que eu achava que era ela já tinha equalizado, a demanda que ela me apresentou foi outra. Aí eu tive que pensar e me reposicionar ali. Eu parei “pô, bicho, eu tenho muito o quê aprender!” (trabalhador-formando).

3.2 ENTRADA B – POLÍTICAS DE FORMAÇÃO

Será que nesse curso haverá de fato uma mudança na lógica de formação ou terão sido apenas palavras bonitas que ao final apenas repetem modos formativos com nova roupagem?

As palavras não foram exatamente essas, mas foi essa a mensagem da pergunta-indignada de um trabalhador participante do curso de formação de apoiadores institucionais pela PNH logo ao final do primeiro dia oficial do mesmo. Uma pergunta-provocação que não apenas traz o descontentamento com os modos habituais de se fazer formação em saúde, como também o desejo de vivenciar algo que realmente seja diferente nesse campo.

No tópico sobre os processos de trabalho finalizamos com a afirmação de que trabalhar é necessariamente estar em formação. Com isso acabamos por já anunciar a perspectiva de formação que assumimos, restando-nos, nos entanto, realizar uma discussão sobre políticas de formação no contemporâneo e as implicações de nosso modo de conceber *'formação'* nesse cenário. O desafio é o de também, por meio dessa atividade de formação *stricto sensu* (um curso), pensar como diferentes concepções e práticas formativas compõem e atualizam processos de formação em saúde. Para essa tarefa traremos como interlocutores: Antônio Cyrino, Ana Herckert, Cláudia Abbês Neves, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Suely Rolnik, Virgínia Kastrup, Henri Bergson.

Começemos tomando a pergunta do trabalhador que abre essa entrada sobre formação como uma pista. Uma pista que pensamos não nos dirá aonde chegar – origem ou fim da/de uma história –, mas uma pista que nos possibilite cartografar alguns movimentos desenhados num per-curso formativo capaz de nos situar num jogo de forças que compõem nosso plano de análise.

Em sua tese de doutorado, Cyrino (2005) problematiza a temática da Educação em Saúde. Esse autor nos diz que a configuração desse campo tem como preocupação inicial a mudança de comportamento do indivíduo e da população frente a questões relativas à saúde. A comunicação se torna, então, um conceito central, sendo efetivada num sentido unilateral – de quem ensina para quem é ensinado – e as concepções de educação que embasam as ações são compatíveis com a 'educação

bancária' (FREIRE, 1978) em que o aluno é como um recipiente a ser preenchido. Constituem-se, então, os papéis de educador e educando baseados numa relação não apenas assimétrica, mas necessariamente verticalizada, cabendo sempre a outro alguém – com maior conhecimento – ensinar, ou seja, transmitir a melhor forma de se conduzir, de se cuidar.

Cyrino (2005) nos fala, ainda, da perspectiva campanhista da educação sanitária em que a tarefa da educação em saúde seria a de promover uma consciência sanitária nos indivíduos incapazes por si próprios de realizá-la. Desta forma, vê-se que a instrumentalidade educacional é gestada numa prática educativa baseada na falta e/ou atraso a serem preenchidos/superados por meio de conhecimentos técnicos e científicos difundidos por aqueles que 'entendem do assunto'.

Sem nos determos aqui na trajetória dos movimentos da educação em saúde, é importante salientar que não foi sem ruídos que essas práticas tuteladoras se desenvolveram. Cyrino (2005) coloca, por exemplo, o quanto as produções de Freire (1978) questionaram esse sentido tradicional de educação e o quanto contribuíram para que outros movimentos e abordagens no tocante à educação em saúde se fizessem. Cyrino (2005) cita, inclusive, a institucionalização em 2003 no Ministério da Saúde de uma política pública configurando a Educação Popular em Saúde atrelada ao Departamento de Gestão da Educação em Saúde (SGETS).

Trazendo esses movimentos que compõem o cenário da saúde pública e alguns dos desafios atuais, Cyrino (2005) nos aponta como alguns fenômenos têm colocado em xeque os modos habitais de se solucionar ou pensar soluções para os dilemas que se apresentam. É o caso da epidemia HIV/AIDS que faz cair por terra a relação que muitas vezes se pretende direta entre informação e comportamento. As afirmativas de Cyrino (2005) indicam que o trabalho de informar, transmitir conhecimento sobre as vias de contágio e os recursos de proteção (trabalho de conscientização) não tem sido suficiente para dar conta da questão da propagação da AIDS: ter informação não implica, necessariamente, mudança de atitude. Com isso, vemos interrogada a própria funcionalidade da equação *'quem sabe ensina e quem não sabe aprende'*.

O quê de alguma forma nos sinaliza Cyrino (2005) em sua tese é que uma problematização das práticas educativas nos convoca a indagar as dicotomias emergentes nos processos de produção de conhecimento. Dicotomias que se

expressam por meio das oposições: teoria X prática; sujeito X objeto; certo X errado; pensamento X vida; consciência X ignorância; processamento de informações X processualidade das formações.

Pertinente a essas questões vimos surgir no percurso do curso de formação acompanhado e em nossas entrevistas com alguns de seus participantes, os silenciamentos como marcas prévias de uma formação gestada por entre essas dicotomias e talvez o desafio de uma formação pensada noutra lógica possibilitar a desconstrução dessas cristalizações. Nesse sentido apresentamos um debate ocorrido na entrevista em grupo:

“Alguém quer falar alguma coisa? Alguém quer pontuar?” Às vezes a pessoa tava com a fala mas se sentia um silêncio meio que assim, as pessoas meio inibidas... aí faziam uma provocação. Aí quando vinha uma provocação, um ou outro acabava falando. O microfone rolava, as pessoas não falavam. Então eu acho assim não estamos preparados, habituados a fazer esse tipo de... de formação. Eu acho que a gente vai se construindo ao mesmo tempo que vai se construindo esse tipo de formação (trabalhadora-formanda 1).

[...] eu acho que é porque está indo aos poucos porque eu mesmo, assim, lá eu tive um pouco de vergonha de falar e falar alguma coisa errada, entendeu?! Porque eu não... não estava podendo falar... eu ia falar da minha maneira, na minha linguagem e não ia cair bem, eu não sei como é que é... (trabalhadora-formanda 2)

Mas porque que você acha que se você falasse na sua linguagem não ia cair bem? (pesquisadora)

Porque eu via aqui no curso as pessoas... eram quase sempre as mesmas pessoas que falavam, que pegavam o microfone e falavam de um jeito, daquelas pessoas. Então **elas falavam correto**, eu não sei... o correto, o certo, o que eu lia, o que eu via de texto (trabalhadora-formanda 2).

Tá, mas o que que a gente concebe por formar e estar num curso constrangido? Uma discussão importante da gente fazer é assim que modelo de formação é esse que a gente tem em que a gente acha que tem “o certo” e “o errado” e se a gente não tem certeza se o que a gente vai falar é certo, dentro de um certo modelo lá, a gente não consegue falar e aí as vezes a gente deixa de colocar uma coisa que pode ser super rica pra discussão daquele grupo? (pesquisadora)

Aí fico assim. Eu entendo que a proposta desse curso de formação é exatamente romper com isso. (...) quando coloca todo mundo numa mesma sala, num mesmo, vamos dizer, num mesmo nível, mesmo pé, quando se busca trazer o cotidiano, se pensa num processo de

intervenção dentro da sua prática atual, eu entendo que a proposta do curso é romper com isso... mas o que a gente não consegue, e é a gente que não consegue até hoje, não é vocês, de uma forma geral, é até hoje ter construído um processo de formação e agora dizer que com o Resignificar, com o curso e Humanização, com isso ou aquilo, a gente vai romper com isso. A gente não consegue. É um processo... O processo pra construir uma prática, talvez igual, né, o processo pra desconstruir talvez é igual ou maior (trabalhador-formando)

Então assim, o que eu acho mais interessante nesse processo da Humanização, ele é pra além daquilo que se ensina e se aprende, ele é aquele processo que se constrói. E quando você se desinibir e começar a falar você não vai falar igual a mim, nem igual a Maria, nem igual a João porque cada um nesse movimento constrói um conhecimento que vai fundamentar a experiência de vida que você tem (trabalhadora-formanda 1)

[...] não sei se eu entendi direito, mas eu acho assim que tem mesmo um parâmetro. A PNH ela tem... ela tem um parâmetro assim, como é que eu vou dizer? É como se fosse assim alguma coisa que tá num ponto alto e que a gente tenta alcançar, no discurso, na prática... e quando a gente consegue se apropriar assim dos conceitos da PNH é impossível você não ouvir uma experiência, não ouvir uma proposta de intervenção sem você usar aquela unidade de medida. Então a gente, eu pelo menos, nesse curso me sinto assim. E é uma proposta que eu imagino do curso mesmo a gente ir ouvindo as experiências e ir analisando quais os dispositivos que são colocados ali, se o método da inclusão tá contemplado, se essas coisas da... da PNH são contempladas ali. E aí, é... quando alguma coisa foge desse parâmetro eu consigo identificar, sabe. E eu acho que a maioria das pessoas já conseguem identificar. E aí quando a gente se dá conta de que esse movimento está acontecendo ali no curso, fica mais difícil da gente falar porque a gente sabe que a gente tá sendo ouvido e analisado por mais de 100 pessoas. Tá todo mundo fazendo o mesmo exercício de tentar identificar onde é que os princípios, as diretrizes, os dispositivos, o método da PNH se aplicam no que você tá falando. Então tem um parâmetro sim. E isso dificulta, sim, também a participação porque a gente sabe que tá sendo o tempo todo avaliado como a gente tá avaliando os outros (trabalhadora-formanda 3).

Uma profusão de elementos se cruzam nessa conversa. O colocar em xeque práticas de formação que silenciam, que atestam o certo e o errado, que demarca lugares, o modo como o grupo responsável pela organização do curso tenta promover um debate rompendo com esses modos formativos naturalizados, provocando as falas, provocando as formas instituídas de se fazer formação, a inibição que entra como marca de um indivíduo gestado nesse processo, o crivo da avaliação que aparece tanto entre critérios/parâmetros de inclusão de analisadores

da política como em alguns momentos como chancela do que pode e do que não pode, referentes às pessoas e não às práticas e aos processos constiuintes, que fabricam inclusive os sujeitos. Sobretudo, a visibilidade de uma formação como um processo de construção para além dos conteúdos, das técnicas a serem aplicadas, mas como um momento de encontro em que as questões que nos perpassam no cotidiano de fazer-saúde tenham espaço para a discussão.

Este trecho da entrevista que se deu em grupo traz também a questão da dificuldade que não é a da simples inclusão dos conflitos, mas a de como provocar conflitivas sentidas, porém, muitas vezes silenciadas. Como acionar um modo de fazer em que essas conflitivas, mais do que os conflitos prontos ou aquilo que aparece como a ponta do iceberg, possam emergir e exercer sua função analítica num grupo? Esse momento foi realmente muito importante e sentimos que falas são realmente analisadoras das políticas de formação que se atualizam em um campo, num jogo de forças. Muitas das vezes, mesmo atenta em fazer o movimento de análise dos silenciamentos se desdobrar, nos deparamos com um tempo insuficiente para que algumas pessoas formulem e expressem seu pensamento. Enquanto transcrevia a entrevista, percebi o quanto, ainda que oportunizando a entrada, requisitando na conversa os diferentes componentes do grupo, frequentemente silenciamos alguns trabalhadores com burburinhos e suas falas se esvaíam. Num primeiro momento ouvidos treinados se dão a tarefa de interpretar uma “falta do que dizer”; corpos sensíveis, talvez ao menos se questionem, sobre que forças aí se fizeram presente produzindo neste curso desde silenciamentos, microfone que rolava sem ninguém falar, até dizeres bonitos, aqueles que contemplam o que está escrito nos documentos da PNH. Este momento despretensiosamente me parece levantar questões de temperatura elevada, às quais se não estivermos atentos, se amornam em análises fáceis que ao invés de nos deixar de testa franzida salpicada de pontos de interrogação, explicam o porquê de tudo...

Certamente aqui nosso interesse não é exaurir uma discussão sobre essas dicotomias, mas evidenciar essa produção, problematizando diferentes políticas de formação que se atualizam em meio às práticas de saúde. Problematizar, inclusive, como nos ajuda a citação anterior, o alcance de nossas ações quando pretendemos divergir, fazer clivar uma prática formativa do que se tem como habitual, entendendo-a como constituinte de um processo.

É nesse conjunto que reafirmamos a importância de estar atento ao jogo de forças, sempre em movimento. Se é ‘certo’ que ‘ruídos’ e outras produções destoantes se fizeram e se fazem ser sentidas frente a concepções polarizadoras em que se (de)marca quem sabe e quem não sabe, é pertinente também que novas produções se fazem de modo a mudar a forma *mantendo* a lógica segmentadora que possa salvaguardar certos lugares privilegiados de saber. Daí o sentido da pergunta do trabalhador que abre esse subcapítulo.

A fim de dar visibilidade a essas políticas de formação trabalharemos aqui com algumas linhas, buscando acompanhar alguns desenhos que elas fabricam.

Linha 1 – Formação como Prática de Captura

Ouvimos frequentemente que somos a ‘sociedade do conhecimento’, vivemos, assim, um momento histórico em que aprendizagem, informação, conhecimento e atualização, bem como os recursos correlatos, são difundidos e valorados positivamente como uma formação a ser feita continuamente (como algo a ser movimentado, adquirido, qualificado). Importa indagar, no entanto, que formação é essa, a que(m) se destina, o quê movimenta e o quê paralisa?

Alguns autores (GUATTARI e ROLNIK, 2005; DELEUZE, 1992a; PASSOS, 2009) têm pensado a formação para além de atividades eminentemente educativas, sem excluí-las de sua análise. Esses autores apontam os processos de formação como um investimento sobre matérias informes a serem moduladas no sentido de produzir modos de vida compatíveis com os quadros de referência do capital. A informação permanente correlativa à obsolescência de conhecimentos alimenta uma economia faltante em que o homem se mantém numa permanente corrida para a atualização, uma incompletude pautada no consumo e descarte de tecnologias informativas e educativas, de capacitações que buscam a adaptação a esses ‘novos tempos’, o desenvolvimento de ‘novas habilidades’ e aprendizagem dirigida à realização de multitarefas.

Nesse sentido, Deleuze (1992) nos diz que se nas sociedades disciplinares não parava de se passar de um lugar a outro, com finalizações e recomeços subsequentes. Já na sociedade de controle há uma tendência de nada se acabar,

restando sempre algo a se completar e gestando-se aí uma certa política de formação continuada.

Junto a esse inacabamento pela lógica faltante temos somados os saberes e práticas compartimentalizadas que geram no campo da saúde, por exemplo, um cuidado fragmentado. Um de nossos entrevistados nos diz desse processo analisando por meio de uma proliferação de cursos no campo da saúde entre os quais nos cabe questionar: como um curso ofertado pela PNH compõe esse cenário? Poderíamos dizer que a produção/opotunização deste debate neste percurso já não seria índice de um outro modo de se fazer formação?

[...] uma das maneiras de não dar certo é chamar as pessoas a todo momento pra se capacitar. Então vem a tuberculose, vem a hanseníase, vem a hipertensão, AIDS, DST e vem a humanização e tira as pessoas das unidades. Então nós precisamos convergir pra concentrar as ações e aí vamos ter que pendurar os egos das políticas, não dos nós, mas as políticas, e dizer assim, “não, tem um dia que as pessoas se reúnem em roda pra discutir suas questões” e aí nós vamos ter que legitimar isso aí. E aí assim, eu não sei como vai ser isso, mas precisa de alguém acompanhar. Então a gente vem discutindo muito isso, mas não tem receita pronta.

Ainda acerca do processo de captura Passos (2009) nos diz que a máquina capitalística

[...] quer controlar o maquinar da vida, quer controlar o próprio processo de produção. Não lhe interessam tão somente as formas, mas os processos de formação (p.17).

O autor trabalha, ainda, a articulação formação-capital-trabalho, ponderando a produção de existências forçadas a uma modulação contínua por uma *formação permanente*, tal qual uma empresa contemporânea...

[...] que introduz a rivalidade nos grupos como motivação para produção premiada pelo salário diferenciado. Com a quebra da isonomia no campo do trabalho e pela produção de sistemas de diferenciação do trabalhador por seu mérito, pela sua produtividade, gera-se uma situação de controle contínuo correlata a essa formação contínua (PASSOS, 2009: p. 18).

Correlacionadas à égide de uma formação contínua baseada na falta temos práticas de formação-especialista (HECKERT, 2007) que, potencializando hierarquizações,

autorizam alguns saberes em detrimento de outros gerando relações tuteladoras (de cuidado, de ensino, de trabalho, de gestão). Temos então o que Heckert (2007) chama de “*trilhas de fôrmas de ação*”, em que a formação acaba por se configurar como produtora de ecos a serem repetidos.

É interessante observar como a temática da criação também sofre uma clivagem nessa contenda. Kastrup (2007) nos ajuda a diferenciar a inventividade do que tem sido nomeado, inclusive por produções da psicologia, por criatividade – um atributo, uma habilidade a ser desenvolvida por meio de técnicas.

Para a corrida espacial, para a indústria e a propaganda, cumpre selecionar indivíduos criativos. Daí também o desenvolvimento de inúmeras técnicas para a estimulação e mesmo para o treinamento da criatividade, a serem empregadas espaços diversos, como instituições governamentais, escritórios, escolas etc. toda uma tecnologia voltada para a educação e para a administração de empresas é criada com vistas à maximização dos desempenhos originais (KASTRUP, 2007: p. 18).

Kastrup (2007) nos adverte que muitos estudos acerca da cognição, ao objetivar a explicação da invenção, acabam por fazê-la refém de princípios invariantes. Uma cognição regular que possibilitaria não apenas a explicitação de leis de funcionamento da atividade cognitiva, como também o desenvolvimento de técnicas para o seu 'aperfeiçoamento'. Junto com a autora nos cabe perguntar, então: que margem de liberdade resta à criação que se pauta em modelos de necessidade e previsibilidade? A pesquisadora afirma que assim colocada a questão - pautada em esquemas explicativos -, o problema da invenção torna-se inexistente, pois “*o funcionamento cognitivo não está sujeito a transformações nem a surpresas*” (KASTRUP, 2007: p. 21).

Há de se atentar para o quê se produz na formulação desse tipo de conhecimento – um modelo representacional de cognição que traz como pólos previamente existentes o sujeito e o objeto de conhecimento, que faz do pensamento uma atividade apartada da vida, do que se passa, de seus movimentos errantes.

Ao tomar Bergson como intercessor, Kastrup (2007) nos faz pensar ainda as implicações desse modelo explicativo da cognição – esquemas de re-cognição - que, abolindo a dimensão irreversível do tempo e as imprevisibilidades que

necessariamente carrega, estaria sempre a serviço da solução de problemas, dos problemas dados.

Os estudos da criatividade não chegam a identificar no seio da cognição uma potência de criar problemas e de divergir em relação aos interesses da sociedade. Por isso acabam por subsumir a função de criação, em sua natureza imprevisível, a uma finalidade bem determinada, a solução de problemas (KASTRUP, 2007: p. 20).

Acompanhamos Bergson (1984) na afirmativa de que importa à filosofia, bem como em outras produções, menos *resolver* o problema, e mais *colocá-lo*, já que um problema

[...] especulativo está resolvido no momento em que estiver bem anunciado. Quero dizer que a solução está então perto, se bem que ela possa permanecer velada e, por assim dizer, coberta: restaria apenas descobri-la. Entretanto, enunciar o problema não apenas descobrir, é inventar. A descoberta relaciona-se ao que já existe, atual ou virtualmente; certamente ela viria cedo ou tarde. A invenção doa o ser ao que não era, ela poderia não vir jamais (p. 127).

A configuração dessa temática nos coloca de frente com um problema que não é meramente teórico como somos tentados a entendê-lo, mas necessariamente político, pois fabrica modos de existência correlativos, “*modos de estar no mundo, de estabelecer relação consigo e com a própria atividade de conhecer*” (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008: p. 11-12). Uma dessas fabricações se faz ver nas práticas pautadas na máxima “conhecer para transformar”, anunciando uma cisão, como já mencionamos, entre pensamento e vida. Daí esses autores falarem não de teorias cognitivas, mas de 'políticas da cognição'.

Seguindo essa matriz operadora de cisões, temos no campo da saúde muitas propostas de formação em que aparecem como etapas separadas um ‘momento teórico’ – de aprendizagem – e um momento posterior: intervenção. Ou seja, a realização do estudo se faz de modo descolado do cotidiano das práticas tanto por não partir de sua problematização, quanto por se pensar que a intervenção se faz posteriormente quando já de posse de um conhecimento a ser *aplicado*. Heckert (2007) nos diz de um processamento em que se encontram divorciados formação e intervenção e em que a tônica geralmente é a de se pensar, refletir, interferir *sobre* e não *com* os sujeitos implicados nos processos de trabalho em questão.

A fala do trabalhador-formador a seguir toca justamente na escassez de práticas formativas que se componham como formação-intervenção⁵⁶ pensada/realizada por quem dela participa e nos dá indícios de como essa questão entra na discussão deste curso ofertado pela PNH no ES. Uma questão que talvez nem tenha sido tematizada pormenorizadamente, mas que se fez ser sentida de outra forma por quem do curso participou.

[...] em tudo isso nessa trajetória, o que me chamou atenção e o que a gente viu acontecer em tempo real e talvez não se deu conta, na maneira que deveria, é a intervenção em tempo real, assim. O plano de intervenção. No curso mesmo você já vai fazendo a intervenção [...] pela primeira vez eu vejo um curso que propõe isso.

Gestão e atenção são também correlatas nessa/dessa política de formação dicotomizante, aparecendo em muitos desses processos como instâncias separadas e que, naturalizadas, acabam por perpetuar modelos verticalizados com frentes de mando e de execução bem demarcadas.

Um trabalhador-formando nos dá uma dimensão deste distanciamento quando fala da dificuldade dos trabalhadores ao serem requisitados discutir o seu trabalho, correlacionando-a às práticas de formação...

Ate mesmo nós no inicio do curso como profissionais estávamos assim vazios desse tipo de formação. A gente está tão abduzido pela prática do cotidiano, pelas coisas já postas que quando vem alguém falar de discutir processo de trabalho, essas coisas todo mundo fica: hã? (trabalhador-formando)

Que é isso? Como é que se faz isso? (trabalhadora-formanda)

Na verdade é coisa do nosso cotidiano, mas a gente entende como se não fosse. Até a gente se apropriar disso... (trabalhador-formando)

⁵⁶ Importa-nos aqui marcar que toda formação é necessariamente intervenção, pois produz interferências em nossas práticas discursivas e não discursivas. Junto à PNH, no entanto, essa ligação ganha visibilidade, oportunizando não apenas que se fale sobre isso, mas que se faça análise das implicações presente nas intervenções. A avaliação no processo, buscando problematizar as soluções fabricadas no dia-a-dia pelos trabalhadores e não como uma etapa final que busca apenas verificar o cumprimento e/ou eficácia de ações, por exemplo, é já um modo diferenciado de se encaminhar processos considerando essa perspectiva de formação-intervenção. Cabe ainda ressaltar, no entanto, que as análises estão sempre a se fazerem, não sendo garantidas de antemão nem mesmo em uma atividade de formação que em seus princípios a prevê.

Outra problematização gerada no curso da PNH no Espírito Santo foi o contraste entre a formação convencional presente nas graduações e os espaços de discussão. A instrumentalidade produzida nas capturas acadêmicas, que são importantes na resolutividade das ações, pressiona a inventividade minimizando-a. Isso ganhou visibilidade no diálogo seguinte:

A nossa formação ela é muito instrumental [...] eu falo assim, agora eu falo como formador, é tanta coisa que quando eu olho pra uma turma eu digo “*Gente, eles precisam saber tanta coisa, tanta coisa...*” [...] me vejo como formador e me vejo como profissional da ponta [...] e vejo as necessidades que um enfermeiro tem [...] de conhecimento e me vejo agora como formador. Gente eu que vou ter que ensinar a eles o que eles precisam aprender. E é tanta coisa e [...] a carga horária, o tempo é insuficiente. Eu disse “-*Gente eu vou ter que focar no que é essencial, naquilo que eles não podem sair daqui sem saber. Não dá tempo pra discutir processo de trabalho, de formação! Não dá tempo de discutir certas coisas*”. (trabalhador-formando)⁵⁷

Mas você acha que isso não é essencial? (pesquisadora)

É. É importante. É essencial. Mas o que eu [...] sinto é que [...] no meu caso que eu sou professor de técnica, de procedimentos, se for pra mim escolher, eu só tenho mais uma aula, eu vou discutir o processo de trabalho ou eu vou ensinar a passar uma sonda nasogástrica, entendeu, eu opto por ensinar a passar a sonda nasogástrica (trabalhador-formando).

Até porque na prática, no cotidiano, no trabalho é isso que te cobram (trabalhadora-formanda).

É (trabalhador-formando).

Porque as coisas já estão postas (trabalhadora-formanda).

Sabe, porque o enfermeiro, hoje com esse instrumental que a gente tem da PNH e me incomoda dizer o que eu vou dizer agora, mas o enfermeiro nunca passa vergonha se ele não souber discutir o processo de trabalho, agora se ele não souber passar uma sonda nasogástrica... “corre, corre, corre. Chegou uma mulher lá, engoliu 200 comprimidos...” fulano chega pro técnico: “você sabe passar a sonda?” “sei” “passa comigo?” sabe? Isso faz vergonha pro enfermeiro.

⁵⁷ A fala é de um trabalhador que participou do curso ofertado pela PNH como formando, mas que além de ser profissional de um serviço de Saúde também é docente de uma universidade, por isso ele se coloca também como formador. Aproveitamos o ensejo para anunciar que nossa opção por essa nomenclatura – trabalhador-formador e trabalhador-formando – foi uma forma de dar visibilidade aos lugares/funções desempenhadas no curso acompanhado pela pesquisa. No entanto, desde nossa compreensão ampliada acerca dos processos formativos, entendemos que todos estamos em formação – os designados formandos, os formadores e a própria pesquisadora.

Aham. Mas você não acha que, ainda que a não apropriação dessa técnica e o fato disso 'ser vergonhoso' não diz respeito ao processo de trabalho? A como que isso é pensado, encaminhado por exemplo? (Pesquisadora)

Sim. Só que no órgão formador, quando se tem algum espaço pra se discutir essas questões, vamos dizer assim, 'não instrumentais', não pura e estritamente instrumentais, você tem isso numa disciplina separada. Você não tem isso permeando a disciplina formativa, a disciplina instrumental. Nós somos bem técnicos (trabalhador-formando).

Tecnicistas. A gente é formado pra isso (trabalhadora-formanda).

É importante lembrar – assim como vimos assinalando na temática do trabalho – que se a gestão necessariamente se dá em toda e cada atividade, a amplitude do espaço de decisão, no entanto, pode em muito variar tendendo a uma circunscrição que se traduz em constrangimento ao trabalho e ao trabalhador ou a um alargamento da autonomia coletiva de trabalho.

Estivemos traçando neste subcapítulo uma linha de formação pautada na reconstrução, numa concepção de conhecimento representacional, operadora de dicotomias, balizadora de práticas tutelares que acabamos por denominar de 'formação como prática de captura'. Linhas traçadas na captura da potência inventiva, dos processos de singularização, captura efetuada pela modulação do capital para manutenção de sua lógica de mercado, captura que divorcia as formas criadas de seu plano de produção.

Uma política de formação, forte e perigosa sem dúvida, porém não a única...

Outros alinhavos vão compondo essa trama, outras redes que permitem extravasar aquelas linhas que buscam circunscrever a vida em seus quadros de referência.

Vejamos os desenhos que essas outras linhas fabricam...

Linha 2 – Formação como Prática de Liberdade⁵⁸



TALE À LA HOFFMANN⁵⁹

A linha
libertou-se
do
contorno
das coisas
e, feliz,
pode sonhar novas
possibilidades.

Paul Klee

É possível pensarmos a formação tendo como princípio a vida, a vitalidade, a capacidade normativa e não a recongnição ressoante com o capital? Apostamos que sim e iniciamos com um convite: o de constituir, onde quer que se esteja, novas e desafiantes formas de “[...] *conhecer, de viver, de estar no mundo, onde a invenção não é apenas mais um processo cognitivo entre outros, mas a maneira de colocar o problema da cognição, teórica e existencialmente*” (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008: p. 13).

Propor-se a pensar uma formação como prática de liberdade implica riscos. Parte deles concerne o transitar por superficialismos, vislumbrando liberdades voluntariosas, individualizantes (livre arbítrio), algo de uma conduta educada e boa,

⁵⁸ Nosso título faz menção aos conceitos de ética e de educação trabalhados por Foucault (2006) e Freire (1979), respectivamente. Estes conceitos nos ajudarão a compor nossa discussão acerca da formação numa perspectiva diferenciada daquela a serviço da lógica mercadológica trabalhada no item anterior.

⁵⁹ Obra de Paul Klee em aquarela, tinta e lápis em papel, datada de 1921. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Tale_%C3%A0_la_Hoffmann_by_Paul_Klee_1921.jpg. Klee (1879-1940) foi um pintor e poeta suíço naturalizado alemão. Seu estilo singular misturou diversas tendências na arte e marcava seu humor seco, bem como seus caminhos pelo orientalismo. Sua produção divergia das convenções artísticas de seu tempo e por meio de experimentações utilizou diferentes recursos não convencionais em suas obras. Fonte: http://swissinfo.ch/por/especiais/paul_klee/ondex.html?cid_879180. Acessos em 17 jul. 2010.

bem intencionada, promovida por pessoas boas para pessoas boas (e/ou frágeis, carentes). Não que ‘educação’ e boa intenção não sejam bem vindas. Entretanto, a noção de ‘liberdade’ que trazemos aqui é a de *produção com*, é aquela que concebe a geração de si, do outro e do meio, como efeitos do mesmo movimento, como invenções de um processo de aprendizagem. Com Foucault (2006) diremos que liberdade consiste num exercício que nos permite distanciar do que somos hoje, não por procedimentos de conscientização, mas pela problematização do que nos constitui, indagando nossas experiências.

Um processo de formação que invente problemas, que circule o debate como composição de experiências, produz liberdade quando cria espaços de invenção, momento em que se faz intervenção enquanto produz conhecimento em diversas vias.

Traçando um caminho divergente da formação pensada pela lógica da captura, Deleuze (2000) também nos provoca a pensar diferente, recusando o que em suas palavras recebe o nome de *‘imagem dogmática do pensamento’*. A imagem dogmática está ocupada com os processos de identificação, classificação, estabelecimento de uma via a ser percorrida a fim de se chegar a uma meta pré-estabelecida, compromisso com ‘a verdade’ que tende a esmagar os processos errantes, o que se passa à margem, a irreversibilidade do tempo, os processos de singularização.

Em sua Filosofia Mestiça, Michel Serres (1993) nos diz de um movimento interessado não em conhecer, mas em dominar, atestando uma dificuldade de se empreender aprendizados que valorizem a mestiçagem, desde uma centralidade dos ‘saberes do dia’ que exclui, ou ao menos tenta excluir, os movimentos que se processam na escuridão.

Uma forte vertente de problematização de saberes e práticas que têm como referência a analítica da verdade – caso da formação como prática de captura – se faz por meio de produções que tematizam a ontologia do presente (FOUCAULT, 2000). Esta evidencia a dimensão temporal na fabricação de objetos, de práticas, desestabilizando os modelos de equilíbrio, previsibilidade e reconhecimento. Vale ressaltar que o presente em Foucault se realiza como contingência e como

experiência limite, pois mais do que nos dizer do que somos, do que nos tornamos, o presente porta uma abertura para o que estamos em vias de nos tornar.

Desta forma, Foucault (2006) nos convida a realizar análise dos jogos de verdade, por meio dos quais o sujeito se constitui historicamente, desviando das produções que se orientam pela busca da verdade, do verdadeiro no conhecimento. Para o autor, pensar a própria história, não história pessoal, mas, sim a história da fabricação do sujeito, é um exercício que pode permitir liberar o pensamento, fazendo-o diferenciar-se. A ética para Foucault (2006) se constitui nisso que é da ordem da experimentação e não de um conteúdo ou execução de um plano de normas, mas um exercício que se realiza num jogo entre liberdades.

Formação como prática de liberdade também é 'lugar' de por em discussão processos de vida no caminho do melhor possível, de problemáticas locais, encaminhamentos estratégicos; se o complemento é vital (para o trabalhador e para o serviço) venha de onde vier, é bem vindo e os processos de formação que geram esse possível têm base na inventividade. E discutir processos de trabalho não seria um fluxo de liberdade?

O trabalhador compõe elementos diversos na tessitura de suas problemáticas e produções locais. Nesse processo ele se (re)inventa, (re)inventa seu meio, inventa conexões e alianças vitais e reconfigura as já existentes. A interferência dos trabalhadores com suas questões (im)pertinentes indica uma profusão de intercessores, entre os quais a PNH surge com ofertamento de dispositivos, uma '*maleta de ferramentas*', como na fala de uma das entrevistadas, à disposição para operar em seu cotidiano do fazer-saúde, possibilitando respostas frente aos constrangimentos sentidos. E respostas estas que não apenas técnicas no sentido estrito do termo, mas respostas que se dão por provocações, por indagações, por argumentos que permitem barrar os modos habituais de encaminhar alguns processos de trabalho, de saúde. Lembramos aqui de uma das trabalhadoras entrevistadas que nos contou sobre como o Acolhimento com Classificação de Risco (ACCR) chegou em seu serviço, como uma determinação de 'cima pra baixo' e para ontem e de como um dos interesse circundantes à sua participação no curso beirou um procedimento 'para inglês ver' já que o serviço passaria a ter uma apoiadora institucional. A trabalhadora nos informa, no entanto, de uma prática reversa aos

interesses heterônomos, oportunizando uma leitura crítica destes movimentos e um posicionamento que criou um possível, antes do curso impensável. Possível como debate, como olhar atento aos modos de implantação dos dispositivos ofertados pela PNH, fazendo ver e ser visto onde eles estão destoando dos interesses de quem faz – dos trabalhadores e usuários – para cumprir uma função propagandística de políticas de governo. Formação, ainda, que permite desestabilizar a máxima ‘manda quem pode, obedece quem tem juízo’. Enfim, um dispositivo (ACCR), que ao chegar como impositivo, é barrado por um movimento de trabalhadores que não quer fazer qualquer coisa de qualquer jeito e que retira de sua maleta, a cada vez e a cada caso, as ferramentas necessárias para fazer valer a produção de saúde e de autonomia coletiva.

Podemos dizer, problematizar com essa intercessão, que as diretrizes da Política (Clínica ampliada, Cogestão, Valorização do trabalho, Acolhimento, Saúde do Trabalhador e Defesa dos direitos dos usuários) ofertam dispositivos de análise e construção coletivas (dentre eles os Colegiados de gestão), tendo como pano de fundo, a discussão coletiva dos processo de trabalho *com* quem trabalha, *enquanto* se trabalha. Esse processo abre para que produções do cotidiano sejam discutidos, forçando reinvenções, com as peculiaridades do lugar.

Você precisa saber o que o sujeito faz quando ele fala, quando ele fala assim “-*Eu faço visita domiciliar*”; isso tem um significado que quem não acompanhou a criatura quando ela faz a visita domiciliar, não sabe o que que é. E quando um cara do Acre fala isso tem um significado, quando um sujeito lá da Vila Izabel no Rio fala é outro, ele vai subir um prédio de baixo em cima, o outro vai andar de barco 2/3 dias. Não é visita domiciliar, né, é outro nome, mas é visita. Mas é uma viagem completamente diferente. Então assim, se você para pra escutar a prática desse sujeito e sistematiza com ele, não é apesar dele – “-*Ah, apesar dele... ele tá falando umas coisas legais mas eu vou levar pra casa e colocar no papel e usar como...*” – não, é junto, né!

Por essa via, o caminhar das perspectivas da *solução* de problemas não alcança com seus passos firmes a imprevisibilidade do presente como um *campo movente* e vacila frente ao *inatual* ou *intempestivo* (“[...] *que irrompe contra o saber instituído*”), nos atritos existentes entre a história e o atual (onde estão as “[...] *forças que agem contra a história*”), no tempo como devir (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008: p. 95).

Os caminhos do pensamento deixam de ter uma rota a ser percorrida por meio de apropriações de conteúdos, importando, ao contrário, o exercício do pensamento que é forçado a inventar caminhos, saídas, problemas para lidar com o que, na vida, se presentifica, compromete as previsões, as certezas.

Às práticas de formação comprometidas com esse movimento diferenciante compete, então, não o preenchimento de lacunas, de faltas, mas, sim, nas palavras de Fuganti (2008), o exercício impiedoso que permite o fortalecimento do corpo e do pensamento para lidar com os acontecimentos da vida. Nas palavras do autor, uma educação...

[...] centrada no pensamento não prescreve regras absolutas nem proibições definitivas. Ela orienta e desperta a vida, estimula as multiplicidades, não para esmagá-las, mas para exercitar o corpo e o pensamento a vivenciar seus limites e ultrapassá-los. Uma tal educação deseja que a vida seja forte, que o corpo e o pensamento aumentem suas potências de agir e pensar e aprendam o quanto antes a conviver com os perigos e desejar o desconhecido (p. 87).

Heckert e Neves (2007) também nos falam da importância de potencializar em ações de formação os movimentos afirmadores da vida, fomentadores de perturbação nos processos instituídos, buscando, oportunizar interferências que produzam desvios, desnaturalizações das formas que encerram/subsumem forças num movimento apaziguador. Uma formação como produção de “*aprendizes-inventores*”, nos dizem as autoras.

A desnaturalização, assim, concordando com Benevides (2009) nos permite pensar/dar visibilidade a produção da crença de que é possível conhecer algo sem compreender os movimentos de sua emergência, de suas relações com o mundo e sua pertinência histórica. O ato de conhecer vai ganhando outros contornos e dos desenhos surgidos se pode aspirar bem mais do que a realização dos contornos previamente traçados, traçados por outras mãos.

Conhecer é, assim, construir um caminho de constituição de dado objeto, caminhar com esse objeto e construir esse próprio caminho, constituindo-se no caminho também. Seu caráter inventivo em constante movimento de transformação refaz seus enunciados, cria novos problemas e exige a criação de novas práticas de investigação. Dessa forma, o processo de produção de conhecimento não se

restringe, conforme nos apontam Escóssia e Tedesco (2009), a descrever ou classificar os “*contornos formais dos objetos do mundo*”, mas “*traçar seu processo constante de produção*” (p. 106).

E Benevides (2009) nos alerta para a diferença de critérios de avaliação a partir da política cognitiva em questão. Enquanto que a veracidade, fidedignidade às fontes e proximidade às origens são critérios tão caros à racionalidade, o proceder de uma abertura que ultrapassa a dimensão representacional – entendendo a produção do conhecimento como constituinte do mesmo movimento de fabricação do real – exige de nós uma avaliação em termos dos efeitos das práticas: “*como estão sendo utilizadas, a que estão servindo – que modos de viver instauram -, o que estão produzindo de movimentos de ruptura e afirmação da vida?*” (p.226).

Neste movimento traçado por linhas que pretendem trajetórias diferenciadas, o problema também encontra outro lugar. A problematização é entendida, então, como bifurcação, criação de caminhos divergentes. Kastrup (2007) dimensiona o modo como a equação se inverte passando da política de reconhecimento à política da cognição inventiva. Onde havia a tentativa de estabelecer as regras da invenção, passa-se à invenção de regras.

Com isso,

O conhecimento, pela via da invenção liga-se novamente à vida, pois conhecer é viver. Neste sentido “a ressignificação do que seja aprendizagem, cujo indício é a atenção ao presente, é ponto fundamental para um novo pragmatismo, não utilitário, mas inventivo (KASTRUP, 2007: p. 175)

Rolnik (1995) também problematiza “*práticas do pensamento*” e nos conduz numa discussão tematizando o homem da moral e o homem da ética, a consciência e o inconsciente. Muitas produções, até mesmo algumas daquelas que questionam sentidos mais tradicionais da educação, por vezes recaem na busca da consciência, na ‘*tomada de consciência*’ como um fator decisivo na mudança de práticas formativas. Os caminhos da tomada de consciência acabam, no entanto, tendendo a negligenciar afecções ainda sem nome, sem rosto, sem forma e que podem ser indícios, pedidos de passagem para outras forças que nos atravessam, tensões vitais para a criação de outros modos de fazer as coisas, práticas inovadoras de

estar com o outro, outras formas de estar na vida. Dada a riqueza do trecho, apesar de longo, optamos por apresentar na íntegra as palavras da autora acerca dessas distinções:

É o homem da consciência: o operador de nosso funcionamento no mundo vigente, e enquanto tal é essencial para nossa sobrevivência. O homem da ética que nos habita (mesmo que, quase sempre, muito timidamente) é o vetor de nossa subjetividade que transita no invisível: é ele que escuta as inquietantes reverberações das diferenças que se engendram em nosso inconsciente e, a partir daí, nos leva a tomar decisões que permitam a encarnação de tais diferenças em um novo modo de existência, tanto no sentido de fazer novas composições quanto no de desmanchar composições vigentes. É o homem do inconsciente: operador da produção de nossa existência como obra de arte. Ele também guia nossas escolhas, só que selecionando o que favorece e o que não favorece a vida, tendo como critério a afirmação de sua potência criadora - daí porque chamá-lo de "ético". O problema que se coloca aqui não diz respeito a um questionamento da existência do homem da moral; isso seria um falso problema, pois não há vida sem sobrevivência - e, portanto, não há vida sem a atividade desse vetor em nossa subjetividade. O problema que se coloca aqui diz respeito à superação de uma subjetividade restrita a esse vetor (p. 154-155).

Colocar essas questões as fazendo como problematizadoras dos modos e práticas de formação em saúde nos coloca em uma situação sem garantias, sem muitas escoras, em que indagamos uma formatação premeditada em favor de um construcionismo imprevisível, a ser gerado, uma aposta, um desafio nessa geração. Com Freire (2007) apostamos de fato que *ninguém nasce feito*, mas nos fazemos experimentando-nos no mundo e, ampliando a conversa com Guattari e Rolnik (1986), afirmamos que nessa formação do humano não se dão apenas transmissões programadas, transmissões de idéias, mas, sim, também, transmissões de sensibilidades e experimentações.

A constituição de novas sensibilidades, novas experiências, passa por uma crença, um acreditar não em mudanças transcendentais (de fora) ou isoladas num indivíduo que mudará por si, mas em distinções desde experimentações entre os pares. Uma aposta, um arriscar-se em novos modos de viver *com*, acreditando que...

[...] é possível pensar e sentir diferentemente, para além da consciência de um eu, arriscar mais nas 'pequenas' experimentações cotidianas, tornando-se mais permeável às incertezas [...] que é possível afetar-se pela multiplicidade intensiva que nos lança no estranhamento e, por isso mesmo, atualiza configurações

provisórias. Um estranhamento em sua positividade criadora de possíveis ou de singularização. Arriscar é experimentar “uma vida” e criar outros modos de estar no mundo e na vida. Afirmando a possibilidade de vida como uma Diferença, uma avaliação, baseada nas afecções advindas da experimentação, entre o que deprecia a vida e o que a expande (LAVRADOR, 2006: 58-59).

Em lugar de um conhecimento que se oponha à vida que circule ali. Numa ruidosa Unidade de Saúde, nos corredores de um hospital, num posto avançado de uma ESF, acreditamos num pensamento que afirme a vida, uma A vida ativa, um pensamento que forja o viver como algo afirmativo, num pensar enquanto atividade (ativa) de *inventar novas possibilidades de vida* (DELEUZE, 1976, p. 83).

Para essa composição – impensável *a priori* – não cabem os especialismos, as frentes de formação que pretendem levar informação (atualizada) a ser internalizada pelo servidor e a ser aplicado! Cabem, aí, a disposição para construir outros possíveis naquele serviço, nos cantos e pios dos atores locais, que só é possível na abertura aos afetos. Para tanto, sem garantias nos lançamos ao processo de afetar e ser afetado, indagando nossos posicionamentos, apurando a escuta como cuidado (HECKERT, 2007), tecendo experiências problematizadoras por meio das quais se pode desestabilizar modos já prontos, confortáveis.

Há aí uma coragem e uma sensibilidade que não são individuais, mas passa por nós! Um desafio da Vida que pulsa e *diz* ao corpo, a vibração do presente: *coragem!* Potência de ação coletiva que nos atravessam: inteligência coletiva – constituição das redes, redes quentes.

[...] o que a PNH traz de novo não é, ela fala também de nosso cotidiano, ela discute os processos de trabalho, mas o que traz de mais novo não é nem a terminologia... É... ela vem com uma oferta para além daquilo que é você simplesmente absorver um conhecimento. E é essa aí a parte difícil (trabalhador-formando)

O desafio de não absorver está na dimensão também de ativamente compor uma memória de lutas e enfrentamentos de nosso tempo. Uma memória que não se quer como retrato fadado a servir apenas de lembrança, mas que nos permita dar visibilidade, acompanhar e avaliar nossas ações no campo da saúde pública. Compor, por *com* as(os) companheiras(os) de lida as linhas e os dizeres que fazem da Vida expansão... Como no caso do trabalhador que já não sem incômodos fala

sobre a instrumentalidade de uma formação que deixa à margem a discussão sobre os processos de trabalho.

[...] fazer, juntamente com muitos outros, de modo que certas frases não possam mais ser ditas tão facilmente, ou que gestos não sejam mais feitos sem, pelo menos, alguma hesitação; contribuir para que algumas coisas mudem nos modos de perceber e nas maneiras de fazer; participar desse difícil deslocamento das formas de sensibilidade e dos umbrais da tolerância (FOUCAULT, 2006b: 347).

Para gerar mudanças vitais e nossos modos e “*Trazer à cena uma cognição que não se fecha em solução*”, é preciso “*ter atenção para o pensamento como problema, sem que nenhuma solução paralise seu movimento*” (KASTRUP, 2008: p. 52). Daí a importância de não conceber a PNH como uma solução que estanque o movimento com respostas, mas em sua função forjada de colocar novos problemas, como um dispositivo de dispositivos de forja, de debate, de exercício do contraditório.

Interessante trazer aqui a fala de um trabalhador acerca da implantação da visita aberta. Este se surpreendia como algo que vinha ‘solucionar um problema’ carregava tantas outras questões, garantido um espaço de discussão, aquém e além da solução.

[...] é engraçado porque eu voltei lá um tempão depois, eu fui lá na unidade e eles estavam discutindo as mesmas coisas! Aí eu: “*Vem cá, eu saí daqui já tem 5 anos e vocês continuam discutindo a mesma coisa?*” Aí eu fiquei pensando depois: “*-Mas é isso! Não é a solução do problema, mas o espaço garantido para discutir*”. Toda semana tinha reunião de equipe. Então eu falei... Até não sei se copiei de alguém, mas vi/achei um nome assim: “*-Espaço de pactuação permanente*”. Aquilo era garantido e era vital para o grupo (trabalhador-formador).

Exercer formação como prática de liberdade é um exercício difícil e, na verdade, inevitável como potencialização da Vida, afirmativa na diferença. Um desafio constante a todos nós, a cada instante, rodeados e atravessados que somos – no pensamento e na visibilidade, conosco e com o outro – por fluxos e linhas de indiferença e outros esfriamentos. O desafio do aquecimento, de compor problemas, de expor-se às afetações com tudo que pode um corpo (Spinoza, 2007) e também, por vezes, com o que ainda não pode um corpo.

3.3 UM EMARANHADO DE LINHAS: AFINAL, O QUE PODE UM CURSO⁶⁰?

O espaço de reuniões daquele serviço de saúde é muito acolhedor: tem uma mesa grande oval e bem à frente tem uma sacada que dá para a rua próxima a uma pracinha do bairro. No restante da sala, cadeiras espalhadas, mas não em número suficiente para realizar reuniões com muita gente, ressalta a trabalhadora. Ela também me conta um pouco da história daquele prédio. Antes funcionava ali um hospital que atendia os pescadores da região. Aliás, nas redondezas há muitas peixarias exalando seu cheiro característico: motivo de reclamação de alguns, outros já nem percebem, o cheiro já se tornou tão familiar que não mais produz estranhamentos. Para outros, ainda, o cheiro, provavelmente, é o do sustento. Lida de pescar que possibilita o viver. O antigo hospital tinha sérios problemas de funcionamento, então a prefeitura comprou aquele espaço, resolveu reformá-lo e o transformou num outro tipo de serviço de saúde que funciona 24 horas. Em Vitória existem apenas dois serviços nessa modalidade. Tão distantes e com um funcionamento bastante diferente, principalmente pelas demandas que recebem, segundo os trabalhadores desses serviços com quem pude conversar. O pessoal dos dois serviços tem tentado fazer coisas em conjunto, especialmente discutir problematizar seu cotidiano e outros modos de fazer saúde. O curso de formação de apoiadores institucionais parece ter oportunizado essa aproximação, o que segundo eles, fica difícil de fazer com um cotidiano tão cheio de afazeres. O relato que nos chega é o de que quase todos os profissionais que trabalham aí possuem mais de um emprego. Entre os plantões dados, há ainda o curso de humanização e alguns outros que de vez em quando alguns trabalhadores participam. Os problemas intermináveis do dia-a-dia parecem também demandar soluções ‘para ontem’ e o modo habitual de respostas a essas circunstâncias – modo ‘apaga incêndio’ – acaba por suprimir um tempo de ‘parada’ para pensar e compartilhar o que se faz, como se faz e também o que não se faz, porque não se faz e que gostaria de se fazer. Um

⁶⁰ Para nosso título, inspiramo-nos em Spinoza, 2007 quando este pergunta: *O que pode um corpo?* Inspiramo-nos também em quando o autor nos diz que não sabemos ainda o que pode um corpo. Podemos nós saber, antes, durante ou mesmo depois de finalizado o Curso de Formação de Apoiadores Institucionais pela PNH no Espírito Santo, o que pode um curso? Resta-nos um destino a viver, redes a fomentar e desdobramentos a acompanhar... um curso encerra uma atividade, mas outros percursos ainda estão por ser construídos...

tempo, então, precisa ser criado... a realização dessa entrevista reunindo profissionais destes dois serviços foi uma alegria por sentirmos ser um momento potencializador desse movimento de estar junto, pensar o trabalho junto, discutir questões junto. Apesar do cansaço ao final – nosso encontro durou cerca de 4 horas –, a sensação foi a de estar forte, ativa, pensamento proliferando em outros mil movimentos, desdobrado pelos/nos acontecimentos da vida. Fomos eu e uma das trabalhadoras entrevistadas andando ao ponto de ônibus que fica um tanto distante. No caminho, mais conversa sobre trabalho em saúde... Sentimo-nos participantes não de uma pesquisa que gera conhecimento acerca da realidade a ser posteriormente colocado em ação, mas participantes de uma pesquisa que não se furta a produzir e a analisar (na medida do que conseguimos, é bom ressaltar) suas interferências. Ao mexer os lugares habituais (dos profissionais cada um em seu posto de trabalho, da neutralidade do pesquisador), efetuamos deslocamentos que permite nos conhecermos, conhecermos nossas práticas, bem como começar a interrogar alguns modos naturalizados de fazer os serviços de saúde e pesquisa acontecerem... e nesse movimento, quem sabe, não se volta a sentir o cheiro do peixe e a dar-lhe outros sentidos?

Com o emaranhado de linhas, nosso interesse não foi o de proceder uma simples identificação das mesmas, mas ao acompanhar seus trajetos, percursos, tentar fortalecer algumas delas, aquelas que nos sinalizam o fortalecimento da vida, da potência inventiva dos trabalhadores no campo da saúde pública.

Nesse emaranhado traremos algumas questões que entendemos importantes de serem mencionadas neste percurso.

Situações diferentes de trabalho, diferentes estratégias inventadas, diferentes terrenos... diferentes humanizações. Reafirmamos a inexistência da Política (por si mesma), mas, sim, *uma* Política, ou diversas políticas, diversas modos de fazer *Humanização* no SUS. De maneira similar ao trabalhador que entrevistamos acima, uma trabalhadora afirma uma diferença produzida pela PNH:

Porque as vezes quando você fala de parto humanizado nas cartilhas de obstetrícia, você fala daquela humanização tipo pintar parede e eu não acho que o SUS seja isso, pintar parede [...] de uma cor, de sorrir, de dizer bom dia. Acho que a política de humanização é de uma outra maneira. Tipo, olha o SUS é isso aqui e isso aqui não é sonho, não, não é utópico, não, dá pra fazer isso e isso se faz desse

jeito! [...] e o parto humanizado passa também pela questão de técnicas, ne. Então, técnicas de parto humanizado [...] a sala de parto, o mínimo de iluminação possível, com silêncio, com temperatura... passa por uma questão de técnicas também e a humanização como é proposto pela PNH é um [...] outro referencial teórico, é uma outra coisa, só o nome que coincide. Até se encontra em algum momento... (Trabalhadora-formanda).

O curso oportunizou também muitos questionamentos no tocante à forma que o Estado do ES investe em formação. Nesse contexto, um cenário que favoreça toca nesse *modos operandi* do Espírito Santo em conduzir os processos formativos oficiais. Nesse sentido, ao apontar que o cenário do Espírito Santo não favorece a ampliação de uma formação como é provocada pela PNH, percebemos que esta, por sua vez, provoca esse questionamento e sua ramificação. Se não é favorável o que temos feito? O que podemos fazer? O que é mais estratégico?

A forma de pensar saúde diferente do tecnicismo encontra espaço de debate nas problematizações pela Política. Uma ponderação crítica desde os processos vivenciados de formação-trabalho, em que o que é costume, possível, impossível são discutidos para além de resolução de problemas locais (que também é importante, mas não suficiente). Rotina, processos de instrumentalização empresarial, mundos produzidos separados e mantidos assim, mundos afins com a perspectiva da resolução de problemas...

Os processos de trabalho são completamente diferentes. No hospital é o seguinte: se eu for trabalhar 30 anos num hospital, eu vou fazer 30 anos a mesma coisa todo santo dia. Todo santo dia. Não muda. Tanto que tem a palavra 'rotina', eu tenho procedimentos que são [...] um manualzinho, um passo-a-passo de como passar isso, como fazer aquilo. Esse conjunto instrucional a gente chama de rotina. Então você vai fazer a mesma coisa os 30 anos. Muda o paciente, claro cada paciente é um paciente, cada pessoa é uma pessoa... (Trabalhador-formando).

Eu não sei a diferença, não sei explicar, mas desde a formação, eu me formei a pouco tempo, vai fazer 3 anos, na faculdade a gente tinha essa divisão, essa coisa assim do enfermeiro com perfil de hospital, enfermeiro com perfil de saúde coletiva (Trabalhadora-formanda).

O enfermeiro que a gente fala que tem perfil de hospital é o cara que tem um **foco**, que tem uma **capacidade organizativa**... (Trabalhador-formando).

Que sabe resolver o problema (Trabalhadora-formanda).

Sabe **resolver o problema**, é o cara que consegue gerenciar... é o enfermeiro-gerente. É o cara que tanto gerencia processos, gerencia pessoas, gerencia conflitos [...] você pode pegar esse cara, **tira esse cara da enfermagem do hospital e coloca ele na frente de uma empresa, ele sabe administrar uma empresa. É o enfermeiro-administrador**. Esse é o cara que a gente chama enfermeiro de perfil hospitalar⁶¹ (Trabalhador-formando).

30 anos fazendo a mesma coisa! De que repetição esses trabalhadores estão falando? Tudo se repete? A rotina é o que sobra quando as problematizações vêm sendo sobrecodificadas? Será essa uma análise generalista? Será que essas problematizações já não são poeira de uma onda de novidade? A continuidade dessa conversa aponta as origens históricas da enfermagem moderna, nos confrontando com um *fevilhar* em que a organização de uma enfermagem administrativa e profissional salvou vidas, revolucionou os cuidados em Saúde: a guerra!

Florence Nightingale, assim resumidamente, ela foi a precursora da enfermagem moderna, da enfermagem profissional. Então ela era uma aristocrata inglesa que vai pra guerra da Criméia e serve como enfermeira no campo de batalha. Então, quando ela chega e vê os hospitais de campanha, o que que ela faz? Ela organiza. Isso que a gente fala do enfermeiro hospitalar. **Ela organizou todo o fluxo dos hospitais de campanha do exercito britânico da guerra da Criméia**. Então desde assim, distanciamento de leito pra leito, entendeu, normatização de um paciente por leito. Parece estranho falar isso né, mas eles ficavam dois, três soldados em cima de um leito. Então um paciente por leito, troca rotineira de lençóis, de roupa de cama, abertura de janelas pra circulação de ar. **Então coisas que hoje pra nós parecem muito óbvias, foi ela quem criou tudo isso**. E então naquele momento, estava na balburdia total, aquilo foi revolucionário. **Aquilo foi uma onda de revolução e ela enfrentou muita... muitas resistências**. E aqui no Brasil foi o que Ana Néri fez⁶² (Trabalhador-formando).

Guerra, Inglaterra, Criméia, Paraguai, Brasil! A guerra acabou; e agora? A guerra acabou? Qual guerra? O campo de batalha gera necessidades... Nossos colegas

⁶¹ As palavras em negrito são grifos nossos.

⁶² As palavras em negrito são grifos nossos.

trazem em outras palavras as considerações de Foucault (2005) sobre a continuidade da guerra pela política? Nightingale, Néri, guerra!

Ana Néri fez esse processo também na guerra do Paraguai. O que Nightingale fez na guerra da Criméia, Ana Néri fez aqui. E ela também sofreu muita resistência até conseguir organizar os hospitais de campanha na guerra do Paraguai. Tudo bem, só que... isso ficou normatizado e pronto agora não estamos no tempo de guerra e isso é o correto. **Os hospitais de agora em diante vão se organizar dessa forma que a gente viu que fica legal assim e parou no tempo. E agora?** Será que hoje a gente não pode parar agora e repensar isso? Será que não surgiram... será que a gente não detecta outras necessidades? Não é? Essas do tempo da guerra a gente já conseguiu equalizar. E agora? A gente não fez isso⁶³ (trabalhador-formando)

Porque os hospitais continuam a se organizar assim? Os trabalhos de Nightingale e Néri difundiram uma enfermagem profissional e ponto? Obviamente não falamos aqui ‘apenas’ dos caminhos da enfermagem e dos modos de organizar os cuidados num hospital. A difusão de uma enfermagem organizativa, com suas técnicas e procedimentos que se tornaram ‘óbvios’ (e corretos), falam dos processos de ramificação e bifurcações de saber-poder, de como o modo-hospital foi sendo inventado nos modos de se pensar saúde, cuidado, trabalho, formação... É num entendimento de que o modo de fazer política que não pretende neutralizar a guerra e seus efeitos, muito menos o desequilíbrio que eclode nas batalhas visíveis, que as guerreiras da enfermagem nos provocam.

O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reiseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. Seria, pois, o primeiro sentido a dar a esta inversão do aforismo de Clausewitz: a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra. E a inversão dessa proposição significaria outra coisa também, a saber: no interior dessa “paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força – acentuações de um lado, reviravoltas, etc –, tudo isso, num sistema político, dever ser interpretado apenas como as continuações da guerra [...] Sempre se escreveria a história dessa mesma guerra, mesmo quando se escrevesse a história da paz e de suas instituições (FOUCAULT,

⁶³ As palavras em negrito são grifos nossos.

2005: p. 23)

São tramas como essa que ganham visibilidade numa formação com espaços de práticas de liberdade. As trabalhadoras e trabalhadores que evocam as fundadoras históricas de uma enfermagem empresarial movimentam o debate sobre políticas de cognição (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008) e de formação no contemporâneo. Muito embora não sejam claras nem as soluções (“*E agora?*”), nem as possibilidades e os possíveis para criar em meio a essa guerra (“*Será que hoje a gente não pode parar agora e repensar isso? Será que não surgiram... será que a gente não detecta outras necessidades? Não é? Essas do tempo da guerra a gente já conseguiu equalizar. E agora?*”), há a percepção de um descompasso, de um ‘fora do tempo’, de uma guerra... e há o debate, que circula.

Tratamos, assim, na Política de Humanização, e no curso de formação gerado no ES, não de conceitos e ideias, problematizações distantes, mas, sim, da vida das pessoas, de decisões, impasses e superações no conviver, sentido corporalmente, no mal e no bem estar, no falar, propor, calar, trabalhar...

4. CONCLUSÃO

Concluir uma pesquisa, uma escrita é enunciar uma finalização provisória. Estivemos interessados ao longo deste percurso em afirmar a marca do inacabamento dos processos de trabalho, de formação, da produção de saúde, de subjetividade, de políticas, da abertura histórica que sempre escapa às formatações. Importa lembrar mais uma vez que o inacabado não é da ordem do consumo/descarte de formas, de técnicas, de modelos. O signo do inacabamento marca o devir e a errância constitutiva da vida, a potência de (trans)formações que nunca se esgota, potencia de Vida que pode, por meio das políticas subjetivas em curso, ganhar visibilidade e ser fortalecida numa lógica de ampliação do viver, ou tender para a invisibilidade e captura em favor de uma lógica produtiva mantenedora de modos de existência hegemônicos.

Acompanhar o curso de Apoiadores Institucionais no Espírito Santo foi colocar-se em meio a uma arena onde se misturam diferentes forças, entendimentos, modos formativos, modos de se organizar para trabalhar, de produzir saúde, de viver. Expostos à complexidade deste campo, não nos dispusemos, assim, a explicá-lo, mas a por em análise seus efeitos, problematizar práticas nestas andanças a fim de construir outros possíveis, práticas e efeitos por vezes dissonantes. Assim, tivemos a mobilização até mesmo de um serviço ‘mastodôntico’⁶⁴ que, por meio de um trabalho pensado coletivamente, pode passar a coletar sangue em localidades mais próximas do doador⁶⁵ – isso é PNH! Por outro lado (outro?), acompanhamos também situações difíceis vivenciadas pela equipe responsável pelo curso como saídas repentinas de alguns apoiadores pedagógicos, enfrentamento de questões da ordem de financiamento gerando atrasos no pagamento destes trabalhadores. Em meio às alegrias, conquistas, ao clima amistoso favorecedor de um movimento de cooperação se deu também climas tensos em que nem sempre se tinha clareza do

⁶⁴ Termo utilizado trabalhador da saúde entrevistado.

⁶⁵ Experiência do HEMOES – São Mateus que constituiu o plano de intervenção dos trabalhadores desta localidade que participaram do curso.

que se passava, configurando-se um 'exercício paradoxal' dos possíveis e das invenções humanas; isso também é PNH!

Os impasses na feitura de um trabalho de pesquisa, a imbricação de vida e pensamento lateralizaram e compuseram uma análise e escrita marcada por um processo formativo em que emergem como analisadores os impasses dos trabalhadores em seu cotidiano do fazer-saúde, dos impasses dos formadores em tentar realizar uma ação de formação ocupada com a circulação da palavra, com a produção de autonomia e fortalecimento da transversalidade de uma política pública que se constitua ela mesma como obra aberta (REDEHUMANIZASUS, 2009). PNH dispositivo de análise, dispositivo de dispositivos!

O curso que acompanhamos, assim, não foi apenas "o curso da PNH". Foi um curso em que entram em cena diferentes compositores que o experimentaram de diversas formas, fizeram dele diversos usos e possibilitaram ressonâncias imprevisíveis. O curso, então, pedindo emprestado a quase imagética escrita de Heckert (2004) talvez se aproxime mais do um curso de rio, com seus fluxos e margens que ora se repetem, se fixam e ora se diferem desenhando movimentos que nos coube acompanhar, sendo partícipe de sua fabricação.

Curso como espaço de compartilhamento das mazelas, do que é adoecedor, mas também para o que sopra como novos ventos, novas intensidades, para aquilo que se faz com prazer e se vê sentido em compartilhar para que se possa fazer intercessor no trabalho de outros, com outros. Curso como espaço de lembrança que ativa a potência disruptiva, que abre brechas para que se continue, comece e/ou recomece a acreditar no sistema público de saúde. Uma Política Pública com capacidade resolutive, produtora de saúde para usuários, familiares e trabalhadores, sem prescindir do olhar crítico diante das cronicidades, do enfrentamento dos paradoxos experimentados por quem habita/produz um espaço de trabalho, de cuidado, de exploração, de lutas e contrasensos.

Curso como oferta de uma 'mala de ferramentas' que permita criar espaços de discussão sobre os processos de trabalho com sua equipe de saúde de forma mais articulada, com maior possibilidade de criar coletivamente critérios para acompanhamento e avaliação de projetos com lastros locais. Modos de trabalho que

escapem à lógica da delimitação binária do 'certo' ou 'errado', do puro prescrito arraigado em normas fabricadas em outros lugares e tempos.

Curso também como ofertamento de um espaço para que se possa ouvir as vozes 'cantando' diferentes entendimentos sobre o humano, a humanização, o cuidado humanizado e que oportuniza possíveis provisórios (problemas, soluções, caminhos, torções) e possíveis permanentes (conquistas trabalhistas), a construção de um comum sem o apagamento das singularidades.

Um curso ainda que prevê lista de presença, que registra as faltas, que requisita entrega de material para aprovação e certificação. Curso que não alcança a todos, que por vezes não dá passagem a intensidades e questionamentos, seja pelo aperto do tempo, do cronograma, seja pela fala difícil que não se faz entender, pelas marcas de outras formações em que especifica restringindo os lugares: do aprendiz, depositário do saber e ensinamentos do mestre.

Enfim, um curso em que a experimentação maior talvez tenha sido a de como operar deslocamentos, como ultrapassar as queixas e se construir outros movimentos em saúde, como afirmar cotidianamente o Vital do humano e a criação no trabalho que fabricam sempre outros modos de se conjugar os verbos da vida (NEVES, 2002).

O curso... um percurso formativo que nos encontros se serviu de uma partitura. Desta partitura, fica o desejo de que ela não se torne um modelo a ser seguido e reproduzido, mas que seja tomada como ponto de apoio para a produção de novos arranjos nas mãos e instrumentos dos artistas-trabalhadores. Fica o desejo, sobretudo, de que mesmo após a 'finalização' dessa atividade formativa e dessa pesquisa, os seus participantes continuem a fabricar suas canções nas redes de saúde.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, M. E. B. *Trabalhar: usar de si – sair de si*. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 11, n. 22. 2007, p. 345-363.
- _____. Modos de gestão e produção de subjetividade. In: BARROS, M. E. B.; ABDALA, M. (Orgs.). *Mundo e Sujeito: aspectos subjetivos da globalização*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2004, p. 93-114.
- BARROS, M. E. B.; BENEVIDES, R. *Da dor ao prazer no trabalho*. In: SANTOS-FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. (orgs.). *Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007, p. 61-71.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BENEVIDES, R. A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? In: *Psicologia e sociedade*. Vol. 17, n. 2. 2005, p. 21-25.
- BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? In: *Interface – comunicação, saúde, educação*. s/d.
- BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. 10(3), 2005, p. 561-571.
- BERGSON, H. *O Pensamento e o Movente*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Col. Os pensadores).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portal do PNH. Fonte: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1342. Acesso: 09 de Maio de 2009.

- _____. Curso de Formação em Humanização para a Atenção e Gestão em Saúde: construindo redes de produção de saúde. In: *Projeto para o Curso de Formação de Apoiadores Institucionais no Espírito Santo*. Vitória, Maio de 2008.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. – 4. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008a. (Série B, Textos Básicos de Saúde).
- CALVINO, I. *As Cidades Invisíveis*. 2ª. ed. 7ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CAMPOS, G. W. S. Um método para análise e co-gestão de coletivos. São Paulo, Hucitec, 2000.
- CAMPOS, G. W. S. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança: revolução das coisas e reforma das pessoas. O caso da saúde. In: MERHY, E. E.; CAMPOS, G. W. S.; CECILIO, L. C. O. (orgs) *Inventando a mudança na saúde*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 29-88.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1966.
- CYRINO, A. P. P. *As competências no cuidado com o diabetes mellitus: contribuições à educação e comunicação em saúde*. Tese (doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COIMBRA, C.; LEITÃO, M. B. S. *Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades*. In: *Revista Psicologia e Sociedade*, vol.15 no.2 Porto Alegre, 2003, p. 6-17.
- COIMBRA, C. M. B. Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível? In *Revista de Departamento de Psicologia – UFF*. Vol. 7. nº. 1. Niterói, 1995, p. 52-80.

DELEUZE, G. Platão e o simulacro. In: *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 259-272.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. A intuição como método. In: DELEUZE, G. *Bergsonismo*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 7-26.

_____. Controle e devir. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 209-218.

_____. *Post-Scriptum*. Sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992a, p. 219-226.

_____. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

ESCÓSSIA, L. O coletivo como plano de criação na Saúde Pública. In: *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. v. 13, supl. 1, 2009, p. 689-694.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. (Orgs.) *Pistas do método da Cartografia*. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 92-108.

ESCÓSSIA, L.; MANGUEIRA J. M. Produção de Subjetividade: Saúde e Autonomia Individual e Coletiva. In: *Cadernos UFS – Psicologia*. Universidade Federal de Sergipe, Vol. 8, fascículo 3. São Cristóvão: Editora da UFS, 2006.

FONSECA, T. M. G.; BARROS, M. E. B. **Entre prescrições e singularizações: o trabalho em vias da criação**. *Fractal, Rev. Psicol.* [online], vol.22, n.1, 2010, p. 101-114.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. São Paulo: edições Graal, 2008, p. 15-37.

_____. Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978. In: MOTTA, M. B. (org.) *Estratégia, poder-saber/Foucault*. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 335-351.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade In: MOTTA, M. B. (org.) *Ética, sexualidade, política/Foucault*. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 264-287.

_____. A Vida: a Experiência e a Ciência. In: MOTTA, M. B. (org.) *Arqueologia da Ciências e História dos Sistemas de Pensamento/Foucault*. Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 352-366.

_____. O que são as luzes? In: In: MOTTA, M. B. (org.) *Arqueologia da Ciências e História dos Sistemas de Pensamento/Foucault*. Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 335-351.

_____. *História da sexualidade 2. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: edições GRAAL, 1998.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DEYFRUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FUGANTI, L. *Saúde, desejo e pensamento*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

GUATTARI, F. A transversalidade. In: *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 88-103.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 33-148.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HECKERT, A. L. C. Ética e técnica: exercício e fabricações. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. (Org.). *Cuidar do cuidado: responsabilidade com a integralidade das ações de saúde*. 1ª ed. Rio de Janeiro: CEPESC/ABRASCO/IMS, 2008, v. 1, p. 213-230.

_____. Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.) *Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: ABRASCO/CEPESC, 2007, v. 1, p. 199-212.

_____. *Narrativas de resistências: educação e políticas*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Educação. Orient. Profª Drª Célia Frazão Soares Linhares. Niterói (RJ): UFF, 2004. 311 p.

_____. Ética e técnica: exercício e fabricações. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. (Org.). *Cuidar do cuidado: responsabilidade com a integralidade das ações de saúde*. 1ª ed. Rio de Janeiro: CEPESC/ABRASCO/IMS, 2008, v. 1, p. 213-230.

KASTRUP, V.; TEDESCO. S.; PASSOS, E. Introdução. In: KASTRUP, V.; TEDESCO. S.; PASSOS, E. *Políticas da Cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 9-17.

KASTRUP, V. *A invenção de si e do mundo*. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

- _____. *A cartografia como método*. Palestra ministrada na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, em 02 de Junho de 2007b.
- KIRST, P. G. et al. Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Orgs.). *Cartografias e devires: A construção do presente*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- LAVRADOR, M. C. C. Modos de vida. In: *Loucura e Vida na Contemporaneidade*. Tese de doutorado em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006, p. 35-77.
- LISPECTOR, C. *Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- LOURAU, R. O instituinte contra o instituído. In: ALTOÉ, S. (org.) *René Lourau: Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 47-65.
- _____. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, S. (org.) *René Lourau: Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004a, p. 186-198.
- _____. O estado da Análise Institucional. In: ALTOÉ, S. (org.) *René Lourau: Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004b, p. 140-153.
- _____. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. René Lourau na UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- _____. **Referencias teoricas del analisis institucional**. In Lourau et al. *El Analisis Institucional*. Madri: Campo Abierto, 1977.
- MACHADO, L. D. O desafio ético da escrita. In: *Revista Psicologia e Sociedade*. Vol. 16, n. 1. Número especial. Porto Alegre, 2004, p. 146-150.
- MERHY, E. E. *Saúde: a cartografia do trabalho vido*. São Paulo: Hucitec, 2002. (Saúde em debate).

- MERHY, E. E. (*et al*). Em busca de ferramentas analisadoras em saúde: a informação e o dia-a-dia de um serviço, interrogando e gerindo trabalho em saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (org.) *Agir em saúde: um desafio para o público*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2002a. (Saúde em debate. Série Didática), p. 113-150.
- MORAES, M. A. Psicologia como reflexão de práticas humanas: da adaptação à errância. In: *Revista Estudos em Psicologia*. Vol. 8, n. 3, 2003, p. 535-539.
- NEVES, C. A. B. *Interferir entre desejo e capital*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia Clínica. São Paulo (SP): PUC, 2002. 166 p.
- PASCHE, D. F. Princípios do SUS e a Humanização das práticas de saúde. Texto produzido para o Seminário *A Humanização do SUS em debate*. Realizado em Vila Velha-ES, em 25 e 26 de Jun. 2008.
- PASSOS, E. Quando o grupo é afirmação de um paradoxo. In: BARROS, R. B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 2ª. Ed. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2009, p. 11-23.
- PASSOS, E. Oficina em Curso de Formação de Apoiadores Institucionais pela Política Nacional de Humanização (PNH). Vitória-ES, Out. 2008.
- PASSOS, E.; BENEVIDES, R. B. Clínica, política e as modulações do capitalismo. *Revista Lugar comum*. Rio de Janeiro, n. 19-20, 2004, p. 159-171.
- _____. Clínica e Biopolítica na Experiência do Contemporâneo. *Revista de Psicologia Clínica*. PUC/RJ, v.13(1), 2001, p. 89-100.
- PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 109-130.

REDEHUMANIZASUS. *A dor do parto por Eduardo Passos*. Vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HA1PAAC4tHo&NR=1>. Acesso em: 09 de Maio de 2009.

ROCHA, M.; AGUIAR, K. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão, Conselho Federal de Psicologia*, ano 23, n. 4, 2003, p. 64-73.

RODRIGUES, H. B. C. Sejamos realistas, tentemos o impossível. Desencaminhando a Psicologia através da análise Institucional. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: NAU editora, 2005.

_____. Análise Institucional Francesa e a transformação social: o tempo (e contratempo) das intervenções. In: RODRIGUES, H. B. C., ALTOÉ, S. *Análise Institucional – Saúdeloucura 8*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 115-164.

RODRIGUES, H. B. C.; BARROS, R. D. B. Socioanálise e práticas grupais no Brasil: um casamento de heterogêneos. *Revista Psicologia Clínica – PUC*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2003, p. 61-74.

ROLNIK, S. À Sombra da Cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, M. C. R. (org.). *Na Sombra da Cidade*. São Paulo: Escuta, 1995, p. 141-170.

_____. *Cartografia Sentimental – Transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

_____. Toxicômanos da identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In:

ROSA, F. A. Entendendo o quadro contemporâneo In: AUTOR, PRIMEIRA LETRA MAIÚSCULA DO PRENOME. *As tecnologias da inteligência e as mutações culturais contemporâneas no CEFET/MT*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. *Revista Pro-posições*. Faculdade de Educação. Unicamp, 1994, p. 13-44.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica: 2007.

WIKIPEDIA. **ISO**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ISO#Normas>. Acesso em: 14 de Maio de 2009.

ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o Possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, E. (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000: p. 333-355.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo com a participação no projeto de pesquisa abaixo discriminado nos seguintes termos: **Projeto:** Formação e Trabalho no cotidiano do fazer-saúde: a invenção de problemas e a criação de outros possíveis. **Responsável:** Aline Morschel. **Orientadora:** Prof^a. Dr^a. Maria Elizabeth Barros de Barros. **Identificação do sujeito:**

Nome: _____

Idade: _____ **R.G. n.º:** _____

End.: _____

Justificativa e objetivo da pesquisa: Tomamos os processos de formação e de trabalho como campo estratégico para efetivar mudanças nas práticas de saúde que possibilitem a efetivação do SUS como política pública. Assim, o objetivo desta pesquisa é pensar o que se passa neste campo de formação e trabalho em saúde, fomentar discussões e produzir conhecimento sobre esta temática que nos parece imprescindível para o enfrentamento dos impasses **vivenciados** pelos trabalhadores, bem como para que outros possíveis possam ser criados no cotidiano do fazer-saúde. Objetivamos, ainda, pensar como a Política Nacional de Humanização tem entrado na composição deste campo.

Descrição dos procedimentos para produção de dados com o sujeito: Realização de entrevista com roteiro abordando as temáticas de formação e trabalho na saúde pública, bem como a participação da Política Nacional de Humanização nestes processos. As entrevistas serão realizadas tanto com profissionais formadores do curso realizado pela PNH que iremos acompanhar quanto com trabalhadores da saúde em formação. As entrevistas serão gravadas em áudio e posteriormente transcritas. A pesquisadora se compromete em validar os dados construídos com os entrevistados, garantindo sigilo sobre a identificação destes.

Contribuições esperadas: Esperamos com esta pesquisa contribuir nas discussões sobre os processos de formação e trabalho no campo da saúde pública e no fomento de novas práticas capazes de efetivar a dimensão pública de nossa política de saúde. Para tal, possibilitaremos a divulgação do conhecimento produzido nesta pesquisa em periódicos e congressos da área.

Estando assim de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias.

Vitória, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL - R.G.: _____

RESPONSÁVEL PELO PROJETO -

R.G.: _____

ANEXO B – ROTEIROS DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista 1

1. Em qual serviço você trabalha e qual a sua função?
2. Como tem sido essa experiência de formação de apoiadores institucionais pela realizado pela PNH?
3. Que repercussões o curso de formação está tendo em seu cotidiano de trabalho?
4. Há diferença entre este curso de formação e outros que você já participou? Quais?
5. Atualmente você está participando de alguma outra formação na área da saúde? Qual? Elas se articulam? Caso sim, como? E, se não, você identifica ações, princípios ou método conflitivos?

Roteiro de entrevista para os formadores (denominados apoiadores pedagógicos):

Roteiro de Entrevista 2

1. Qual outra ação de formação você participou ou participa? A que instituição está vinculada e onde acontece?
2. Em que estas formações se aproximam e em que divergem? Há alguma articulação entre elas?
3. Qual a relevância da formação no campo da saúde?